

FILANTROPIA

#83

OSCs NO BRASIL

LEVANTAMENTO DO IPEA
MOSTRA QUE BRASIL TEM 820
MIL OSCs, QUE EMPREGAM 3
MILHÕES DE PESSOAS

INDICADORES DE IMPACTO

MÉTODOS DE MEDIÇÃO
DE IMPACTO GERAM
MAIS EFICIÊNCIA E
TRANSPARÊNCIA ÀS
AÇÕES SOCIAIS

FILANTROPIA ESTRATÉGICA

EM AMPLO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO NO PAÍS, O TERCEIRO
SETOR SE CONFIGURA COMO UM IMPORTANTE PILAR DA ECONOMIA

ENTREVISTA • Ativista em prol da causa animal, Luisa Mell
fala de como se engajou nesta luta e da criação de seu instituto



Junte-se à maior rede de Gestão para ONGs do Brasil! **FILANTROPIA**

Recentemente a Revista Época elegeu as **100 melhores ONGs do Brasil**.
55 delas são integrantes da Rede Filantropia. Coincidência?
NÃO! Elas vão atrás de conteúdo e de capacitação para sua equipe!

143 TURMAS

Eventos presenciais e on-line. Ganhe descontos de até 100%!

+ DE 6 MIL EDITAIS!

Encontre as melhores oportunidades.

FIFE 2018 - RECIFE

Maior evento de gestão para organizações sociais do país.

VÍDEO-AULAS

Gravadas em módulos de curta duração.
Assista quando e onde quiser.

+ DE 10 MIL TEXTOS

Artigos, entrevistas e matérias especiais.
Acesse o maior conteúdo sobre Terceiro Setor.

+ DE 800 PÁGINAS

Mais de 10 e-books publicados!



Saiba mais em filantropia.org/beneficios



THAÍS
IANNARELLI
Diretora executiva
da Rede Filantropia



MARCIO
ZEPPELINI
Presidente da
Rede Filantropia

A Filantropia nossa de todo dia!

Ei, você sabe como surgiu a palavra Filantropia? Sua origem é grega, da época de Platão (347 A.C.). O filósofo instruiu seu sobrinho a investir os recursos da família para financiar uma universidade fundada por ele - a Academia Platônica. Os recursos ajudavam alunos e professores a manter a academia funcionando.

Ou seja, mesmo que a origem da palavra (etimologicamente falando) signifique “Amor à Humanidade”, seu contexto histórico já demonstra que a Filantropia vai muito além da caridade: envolve esforços para promover o fortalecimento concreto da sociedade. Diferentemente da caridade, que busca eliminar o sofrimento causado pelos problemas sociais, a Filantropia foca na **eliminação ou na redução dos problemas em si**.

Hoje, a **filantropia estratégica, que envolve mudança efetiva, investimentos sociais e desenvolvimento**, é um conceito crescente e em evolução no Brasil. As organizações têm adquirido mais conhecimento para uma atuação planejada, organizada e eficiente. Além disso, a realização de ações conjuntas entre iniciativas públicas, iniciativa privada e sociedade civil (Terceiro Setor) fortalece o setor social na economia do país - *aliás, em tempos de Eleições, é importantíssimo estarmos atentos às ações que podem impactar o nosso setor*.

Considerando que a Filantropia envolve, então, o “Amor à Humanidade”, a “promoção do fortalecimento da sociedade” e a “atuação estratégica do Terceiro Setor”, estamos falando de algo incrível: do poder que a sociedade civil organizada tem para exercer ações em prol das mais diferentes causas, gerando impacto e resultados concretos que mudam - de verdade - vidas e realidades no mundo todo.

De acordo com a mais recente pesquisa do IPEA, hoje, no Brasil, há 820 mil organizações da sociedade civil. Dados da RAIS/MTE mostram que há quase 3 milhões de pessoas com vínculos de emprego nas organizações espalhadas pelo país. É um universo em pleno crescimento.

Nós, da Rede Filantropia (nome que abraçamos com convicção), acreditamos muito na força da filantropia estratégica, no real impacto que as organizações geram no país, e na importância de capacitar e informar os gestores por trás dessas iniciativas - justamente para que possam se profissionalizar e atuar de forma inovadora em sua busca diária por recursos, parcerias e resultados positivos.

E você, como define a Filantropia?

Boa leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA

FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

Idealizadores:



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial



ZEPPELINI
PUBLISHERS



Impressão:



PAULUS

Auditoria de tiragem:



Tiragem auditada

15.000 exemplares

Editor geral

Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)

Editora-chefe

Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)

Coordenação

Valeuska de Vassimon

Redação

Luciano Guimarães

Paula Craveiro

Edição

Daniel Gallo

Imagens ilustrativas

shutterstock.com/depositphotos.com

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasoli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello



MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C108975

NESTA EDIÇÃO...

Você vai continuar sendo um palhaço?	8
Ponto de Vista	22
A conexão através da comunicação	26
Quer avançar sua captação de recursos? Contrate um captador!	38
Como captar recursos por meio de campanhas digitais?	40
Projetos de voluntariado exitosos: como fazer diferente para fazer a diferença	42
Voluntariado Empresarial como um indutor de Integridade	44
OSCs e negócios de impacto: aproximações e dilemas	46
Visto para missionários religiosos no Brasil	60
A educação no contexto da liberdade constitucional	63
10 aspectos importantes para criar e manter uma associação ou fundação	66
Geração de Renda – Pets	91
Restituição da contribuição social	92
Eu tô que tô	95

MULTIPLICANDO O SUAS

CONVIVÊNCIA	
Como entender o sentido da vida?	28
FICÇÃO	
A fluidez das relações sociais vistas no cotidiano	30
SUAS BRASIL AFORA	
O protagonismo da terceira idade	32
CONSELHOS E CONSELHEIROS	
Para além das imunidades	35

NOTAS

Radar Social	16
Cursos Filantropia	20
Painel de Controle	86
Filantropia Responde – Jurídico	89



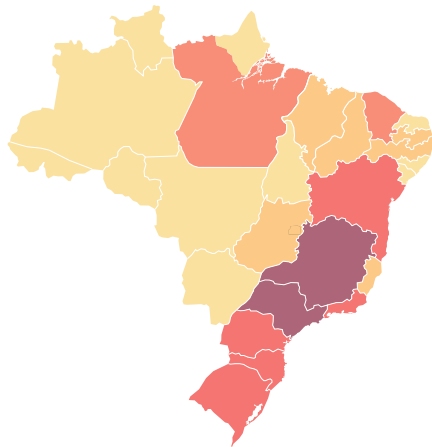
10

Luiza Mell conta como começou sua atuação reconhecida em prol da causa animal no país



80

A importância de medir indicadores de impacto



52

IPEA traz dados e revela que Brasil tem 820 mil OSCs, com 3 milhões de pessoas empregadas



68

A Filantropia Estratégica como ferramenta efetiva de desenvolvimento social

77

A violência contra a mulher em números





FILANTROPIA

INFORMAÇÃO • CAPACITAÇÃO • DESENVOLVIMENTO

www.filantropia.org

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

Ricardo Baboo

COORDENAÇÃO GERAL

Bruna Adele Alberti

PARCERIAS

Amanda Manarim

RELACIONAMENTO

Leila Souza

ACOLHIMENTO

Evandro Santilli

SECRETARIA

Rogério Costa

SUPRIMENTOS

Mauricio Dias Lopes

AUDIOVISUAL

Fabiano Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Carolina Carrenho

Guilherme Reis

Marcos Biasioli

Ader Assis

José Avando

Maria Iannarelli

Dulcineia Reginato

Leila Navarro

Octavio Florisbal

Francisco

Lirio Cipriani

Rosana Pereira

Fabiana Dias

Marcelo Monello

Warley Dias

Flávia Lang

Marco Iarussi

Wellington Nogueira

CONSELHO DIRETOR

Ana Carolina Zanoti

Marcelo Estraviz

Roberto Ravagnani

Daniel Gallo

Marciele Dallastra Torres

Rogério Martir

Danilo Tiisel

Michel Freller

Rogério Paganatto

Felipe Mello

Ricardo Monello

Thaís Medina

INCENTIVADORES



PARCEIROS ESTRATÉGICOS



APOIO INSTITUCIONAL



Agregar valor na Gestão das Entidades do Terceiro Setor é o nosso compromisso há mais de 50 anos.

- ✓ Contabilidade por projetos
- ✓ Prestação de Contas
- ✓ Administração de RH especializada em Departamento Pessoal
- ✓ Gestão de voluntários e terceirizados
- ✓ Controle da regularidade fiscal, certidões e retenções fiscais
- ✓ Sistema Integrado de Gestão - ERP



seteco
ASSESSORIA CONTÁBIL
www.seteco.com.br
(11) 3500-3500

asplan
Soluções Inteligentes
www.asplan.com.br
(11) 3500-5300



FIFE 2019

FÓRUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA

Rio de Janeiro
9 a 12 de abril de 2019
Centro de Convenções SulAmérica

TECNOLOGIA LEGISLAÇÃO
COMUNICAÇÃO E MARKETING
RECURSOS HUMANOS SUSTENTABILIDADE
CAPTAÇÃO DE RECURSOS CONTABILIDADE
ASSISTÊNCIA SOCIAL ADMINISTRAÇÃO





O MAIOR EVENTO SOBRE GESTÃO DO TERCEIRO SETOR!

+ DE 100 ATIVIDADES!
+ DE 60 PALESTRANTES!

Saiba mais em: fife.org.br

REALIZAÇÃO

FILANTROPIA





Você vai continuar
sendo um palhaço?



MARCIO
ZEPPELINI

A MÁQUINA

Num reino não muito distante, inventaram uma máquina que transformava homens bons, não muito bons e maus em super-heróis. Ao entrar na máquina, tudo o que eles diziam parecia ser verdade, e toda promessa, digna de ser cumprida sem qualquer suspeita.

Por fora da máquina havia alguns botões. O verde era o mais perigoso: além de soltar um som bem peculiar, transformava a pessoa que o apertasse imediatamente em um palhaço por, pelo menos, 4 anos.

Até que no ano de 2018, algo aconteceu... (esta metáfora terminará de ser escrita nos próximos 4 anos)

QUAL É A SUA ATITUDE DIANTE DO VOTO?

Há anos venho escrevendo e palestrando sobre ATITUDES que fazem você se desenvolver financeira, profissional e pessoalmente. E a minha coluna de hoje não será diferente: falarei sobre ATITUDE.

Mas, antes de continuar, quero esclarecer duas coisas:

1. Não quero e nem vou defender ou ofender nenhum candidato, partido ou posição política.

2. Não quero ofender a maravilhosa arte *clown*, a qual respeito muito e sou apaixonado. O termo "palhaço" usado acima, nesse caso, é apenas metafórico em face à sua etimologia*.

Vamos lá:

Estamos a poucas semanas das eleições brasileiras. Uma das mais importantes da história, sobretudo pela divisão ideológica que ela vem causando na população brasileira. Muito se fala em RENOVAR, o que será, de fato, uma ATITUDE sábia dos brasileiros.

Mas renovar o que? Presidente, Senadores, Deputados? Sim... prestem atenção: nessa eleição não elegeremos só um presidente - e vice (!!!). Tem mais gente para prestarmos atenção!

Mais que isso, é necessário renovarmos nossa CONFIANÇA e PATRIOTISMO.

Para isso, precisamos ter um papel mais ativo na política... saber em quem estamos votando, analisar suas propostas e, em especial, monitorar os eleitos para que cumpram - sem desvios de ética - aquilo que prometeram em campanha.

Então, o primeiro passo para essa renovação acontecer está na SUA ATITUDE como eleitor: PESQUISE sobre seus

candidatos. Conheça seu passado, sua história, suas convicções, seus problemas com a justiça. Veja se ele/ela foi bem profissional (como político ou não) nos cargos que tenha exercido. Veja se suas convicções sobre armas, drogas, família, gênero, propriedade, dentre tantos assuntos polêmicos, "batem" com as SUAS ideologias... não vote naquele/naquela que sabe falar melhor ou porque tem o rosto mais bonitinho. Analise suas propostas e veja se elas são úteis e como elas podem interferir em sua vida.

Acredite no seu direito de voto. O SEU voto é o mais importante de todos - afinal, é SEU. Não desperdice votando em "qualquer um" ou, pior, nem aparecendo nas urnas. Pelo menos no primeiro turno, vote em quem você ACREDITA - independentemente de que posição ele/ela tenha nas pesquisas. No dia 7 de outubro TODOS os candidatos começarão o dia com a mesma quantidade de votos: ZERO. Portanto, todos têm as mesmas chances.

Por último: Não anule nem vote em branco. Isso anula VOCÊ. É lenda esse papo de que se não obter X votos válidos, haverá novas eleições. Anulando ou deixando em branco, você estará dando mais chance a quem estiver na frente. Caso no segundo turno votar em "alguém" seja algo torturante, coloque as propostas dos candidatos finalistas numa balança e vote naquele/a que ficar com um "saldo" melhor, entre as boas e más ideias.

Abraços cheios de cidadania e atitude,
Marcio Zeppelini

O SEU voto é o mais importante de todos - afinal, é SEU

Marcio Zeppelini é presidente da Rede Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Criatividade.

*ETIM it. pagliaccio 'palha triturada, bufão de circo, pessoa pouco séria que se comporta de modo ridículo e com pouca dignidade'



EM NOME DOS animais

Em mais de uma década e meia atuando em defesa dos direitos dos animais, a ativista, atriz e apresentadora Luisa Mell nunca conseguiu ficar indiferente a uma denúncia de maus-tratos

POR LUCIANO GUIMARÃES

Por ser fiel a esta característica, Luisa Mell já realizou resgates nos locais mais detestáveis, flagrou cenas de crueldade sem limites e encontrou gente, de todas as classes sociais e acima de qualquer suspeita, capaz de explorar vidas inocentes para ganhar dinheiro. E chorou. Chorou muito.

Um desses momentos ocorreu em julho de 2004, quando comandava o programa *Late Show*, o primeiro do gênero na tevê aberta (*Rede TV*), que colocou em debate não somente o crescente mercado pet, mas divulgou o péssimo estado dos animais em abrigos públicos e privados, ajudando a mudar a visão dos brasileiros sobre a adoção responsável, especialmente a de vira-latas.

À época, denúncias de protetores levaram Luisa ao Centro de Controle de Zoonoses de Osasco, onde cães eram mantidos em condições sanitárias terríveis e até mesmo mortos a pauladas. “Encontrei um pedaço de pau com sangue, animais tremendo, morrendo, sem água, sem comida. Foi a visão do inferno”, relata.

Outra passagem ruidosa se deu em outubro de 2013, quando Luisa e um grupo de ativistas invadiram o Instituto Royal, em São Roque, e resgataram 178 beagles, raça de cães preferida nas pesquisas científicas por ter menos variações genéticas, tornando os resultados dos testes mais exatos. O episódio teve repercussão mundial, colocando o tema em debate na sociedade e incentivando muitas pessoas e celebridades a se posicionar contra testes de produtos em cobaias.

De família judia, a paulistana Marina Zatz de Camargo nasceu em 19 de setembro de 1978 e foi criada no bairro do Bom Retiro. Seu nome artístico surgiu da escolha do primeiro nome da avó, Luisa, vítima fatal de atropelamento. O sobrenome, que seria em homenagem ao ator Luís Mello, de quem é fã, foi usado apenas na primeira aparição na tevê. A supressão da letra “o” se deu por acaso, quando sua mãe, Sandra, fez uma pausa em um texto de divulgação que escrevia no computador, parando justamente em “Mell”, palavra prontamente apontada por seu pai, José Alfredo, como a ideal.

Mãe de Enzo, de 3 anos, fruto da união com o empresário Gilberto Zaborowsky, e adepta do veganismo, Luisa é fundadora da ONG (*ilm.org.br*) que leva o seu nome e atua denunciando, resgatando e promovendo campanhas de adoção em todo o Brasil, em um grande esforço em busca de apoio para continuar operando para salvar o maior número possível de animais vítimas de crueldade e conscientizar a população e os legisladores.

Na entrevista a seguir, conheça um pouco mais sobre a ativista, que recentemente lançou, pela Globo Livros, o livro de memórias “Como os animais salvaram minha vida”, no qual relata parte de sua infância e adolescência, o início na tevê, a gravidez, o veganismo e o envolvimento com os animais, que a ajudaram a superar limites e a vencer a depressão.



Ações de resgates são frequentes no trabalho desempenhado pela ONG da ativista

Revista Filantropia: Considerado um marco na tevê brasileira, o Late Show foi um programa essencial na luta pelos direitos dos animais e denunciou abusos. Como era fazer todo aquele trabalho?

Luisa Mell: O Late Show estreou em setembro de 2002, e o nome foi ideia do meu pai, numa brincadeira com o programa homônimo do David Letterman [*transmitido pela CBS, com esse apresentador, entre agosto de 1993 e maio de 2015*]. O objetivo era informar e divertir os donos de pets. Mostrávamos as características de cada raça de cachorro, fazíamos matérias em zoológicos e aquários. Naquela época, eu ainda acreditava que eram ótimos lugares para quem gosta de bicho. Mas, aos poucos, a cruel verdade chegava até mim. E eu mostrava na tevê. Comecei a gravar matérias em santuários que recebiam animais vindos de circos. Sem dentes, unhas e doentes, eram abandonados na velhice, quando não serviam mais para os espetáculos. Descobri que elefantes, que aparentemente dançavam nos circos, tinham sido condicionados a levantar as patas recebendo choques.

Os maus-tratos nos circos foram revelados na tevê aberta. A partir dali, começou o fim dos circos com animais no Brasil. Foi gradativo. A legislação federal até hoje não foi alterada, entretanto várias cidades proibiram “espetáculos” com bichos. E o público parou de querer assistir a esse tipo de show. Os circos tiveram de modificar suas atrações.

O Late Show denunciou maus-tratos e crueldade contra os animais de rua. E o vira-lata começou a ser mais adotado.

RF: À época do programa, qual foi o caso de maus-tratos e resgate que mais te marcou?

Luisa: Essa era a parte mais forte do Late Show, em que o público chorava assistindo a todos aqueles absurdos. Comecei a pular muros, a arrombar portas para salvar vidas. As pessoas começaram a se envolver cada vez mais e ficavam do meu lado, emocionadas, mas os patrocinadores estavam cada vez mais irritados, pois queriam amenidades. A coisa piorou quando comecei a mexer com o poder público.

Recebi uma denúncia sobre o Centro de Controle de Zoonoses de Osasco. Protetores diziam que cães eram mortos a pauladas, enquanto outros, nos canis, estavam em péssimas condições. Lá, eu tive uma das visões mais aterradoras e cruéis da minha vida. Caí no choro com todo aquele horror. Encontrei um pedaço de pau com sangue, animais tremendo, morrendo, sem água, sem comida. Foi a visão do inferno.

Colocamos no programa e a repercussão foi inacreditável. Depois do escândalo todo, medidas foram tomadas e o CCZ de Osasco foi totalmente transformado. Hoje, faz-se um ótimo trabalho lá. Minhas lágrimas, meus escândalos e as confusões me prejudicaram muito, mas fizeram a diferença na vida de inúmeros animais.

RF: Como se deu a fundação do seu Instituto?

Luisa: Foi um sonho realizado. O Instituto Luisa Mell de Defesa aos Animais e Meio Ambiente nasceu em 2 de fevereiro de 2015. Conseguimos unir pessoas dispostas a fazer um trabalho sério e totalmente voluntário pelos animais. A partir desse

dia, nunca mais estive sozinha nessa luta. Em todos os momentos tenho uma equipe unida que luta, trabalha, encara dívidas e desafios comigo salvando muitas vidas e fazendo a diferença.

Durante muitos anos, desde que me envolvi com resgates de cães e gatos, sempre visitei ONGs e protetores de animais do país inteiro. Eu nunca vou entender quem abandona um animal. Não consigo aceitar quem, na primeira dificuldade, tem coragem de jogar na rua um grande amigo. Mas entendo perfeitamente quem se descontrola por amor.

RF: Qual tem sido seu maior desafio para levar o trabalho da ONG adiante?

Luisa: Hesitei muito em ter minha própria ONG. Como sou muito conhecida por ajudar animais, recebo diariamente centenas de pedidos, pelas redes sociais, por e-mail, de pessoas que me encontram nas ruas e até das que descobrem meu telefone. Meu maior desafio foi aprender a dizer não. Minha compaixão não tem limites, mas meu abrigo tem. Tive de aceitar que não posso salvar todos, porém todos os que eu resgatar terão absolutamente tudo de que precisarem. Minha maior sorte foi ter encontrado pessoas dispostas a ajudar os animais só por compaixão, mas sem perder a razão. Conseguimos formar um time perfeito e, juntos, fazer a diferença na vida de milhares de animais.

Embora o Instituto leve o meu nome, ele só existe por causa de todos os que nos ajudam. Cada pessoa que doa qualquer quantia ou compra algum produto que ajuda a nossa ONG é também responsável por tudo isso. Cada um que doa seu tempo e trabalha como voluntário do nosso Instituto também é peça fundamental.

RF: Como é o trabalho realizado?

Luisa: O nosso abrigo tem 27 mil metros quadrados. Atualmente, temos um hospital veterinário próprio em nossa sede, que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana. Mantemos um abrigo com cerca de 300 cães e gatos. Três veterinárias se revezam para atender os animais que chegam dos resgates, os que estão internados por problemas de saúde e os animais de pessoas sem condições financeiras para pagar uma consulta.

Para manter toda essa infraestrutura, realizamos grandes eventos de adoção duas vezes por mês. Nosso trabalho vai além, chegando ao pós-adoção. Além de auxiliar na adaptação, continuamos acompanhando os animais por fotos e vídeos que recebemos dos donos. Quando suspeitamos de algo errado, alguém do Instituto vai até o local conferir. Eu faço visitas-surpresa periodicamente na casa de alguns adotados. Também começamos a resgatar cavalos, mulas, burros e jégues.

RF: Um dos casos mais emblemáticos dos quais você participou foi o resgate dos cães no Instituto Royal. Como você se envolveu e quais foram os resultados práticos daquela ação?

Luisa: Em 13 de outubro de 2013, soube que ativistas estavam acorrentados ao muro do Instituto Royal, em São Roque, protestando contra os testes da indústria farmacêutica realizados naquele local, em que se usavam cães da raça beagle como cobaias.



FOTO ARQUIVO PESSOAL

Luisa após o resgate de 135 cães de um canil em Osasco, na Grande São Paulo, em 2017



FOTO: UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL

Durante o 1º Encontro Brasileiro de Vereadores Defensores da Causa Animal, realizado em outubro de 2017, na sede da Fiesp, Luisa pediu leis eficazes e punitivas



Luisa com o filho Enzo e os vira-latas Léo e Pinguinha (à dir.), que foi adotada após ser abandonada grávida na porta da ONG da ativista

Eles pediram e eu divulguei meu apoio, ao vivo, em uma entrevista para a *Rádio Globo* e nas minhas redes sociais. Recebi informações com denúncias sobre as atrocidades e irregularidades cometidas naquele imóvel, que já vinha sendo monitorado pelos ativistas desde 2011.

O Instituto realizava testes em animais para empresas privadas, mesmo sendo uma Oscip. Descobriram que o local estava com a documentação toda irregular. Entraram com uma ação civil pública contra o Instituto. Laudos de peritos constataram maus-tratos. O lugar realizava pesquisas sem supervisão desde 2005 e tinha recebido R\$ 5 milhões do governo federal enquanto possuía apenas alvará de canil. O Instituto Royal fechou as portas em novembro de 2013, 19 dias após o resgate.

Os beagles foram adotados e hoje vivem como pets. Todos os anos, em 18 de outubro, a ativista Adriana Greco, hoje uma das minhas melhores amigas, organiza uma festa com o reencontro dos beagles. Além de cada animal salvo, nossa grande vitória foi o início da conscientização da população brasileira. A história da proteção animal no Brasil se divide entre o antes e o depois do resgate dos beagles no Instituto Royal. Minha história também. Foi naquele momento que resgatei totalmente a minha fé. Eu não dava mais a mínima para ter de volta um programa na televisão. Entendi que minha missão era bem maior do que isso.

RF: Como você conheceu o veganismo, quando começou e que benefícios trouxe para sua saúde? E como foi ter levado adiante esse tipo de dieta, sem carnes nem derivados de leite, durante a gravidez?

Luisa: A correria da vida profissional e os problemas cotidianos me proporcionaram fortes dores de estômago. Em 2005, meu médico me mandou mudar de vida, ou poderia ter câncer. Resultado, acabei virando 100% vegetariana. As dores sumiram. Foi somente em agosto de 2013 que me tornei vegana, e esse estilo de vida era um assunto pouco debatido no Brasil. A maioria das pessoas, inclusive da minha família, não entendia a minha escolha.

O veganismo é um movimento que também luta pelos direitos dos animais. A dieta é livre de quaisquer alimentos de origem ou derivados de animais, e quem pratica não utiliza sapatos, roupas, cosméticos e produtos farmacêuticos testados ou que tenham ingredientes de origem animal.

A dieta vegana mudou a minha vida. Por anos sofri com problemas de pele. Cheguei a tomar medicamentos perigosos e controlados — entre eles o Roacutan. Mas, desde que parei de tomar leite, nunca mais tive problemas cutâneos. Também deixei de usar remédio ou creme específico.

Na gravidez, me dei conta de que a opção de criar meu filho no veganismo seria um grande desafio. Enfrentei críticas de todos os lados, questionamentos de todos os tipos. Mas com o apoio de médicos e nutricionistas, aprendi a me alimentar e a nutrir meu filho de forma saudável e de acordo com meus ideais. Enzo sempre foi uma criança forte, esperta e com crescimento acima da curva normal. Andou com 10 meses e falou cedo. Será preciso mesmo uma prova melhor do que esta? 🌸

Editais Filantropia / Plataforma Êxitos

Oportunidades de **Captação de Recursos**
para sua organização.



Busca de Oportunidades

Oportunidades de captação filtradas de acordo com o perfil do usuário.

Download de Documentos

Modelos de documentos considerados obrigatórios em cada oportunidade de captação.

Checklist

Documentos necessários para cada tipo de oportunidade de captação.

Treinamento e Suporte

Central de suporte para esclarecimento de dúvidas.



FILANTROPIA

INFORMAÇÃO - CAPACITAÇÃO - DESENVOLVIMENTO

www.filantropia.org/editais

TECNOLOGIA
ÊXITOS



FIFE 2019 JÁ TEM PALESTRANTES CONFIRMADOS

Embora o Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE 2019) só aconteça entre os dias 9 e 12 de abril do ano que vem, a organização do maior evento do Terceiro Setor nacional já divulgou o nome de 25 palestrantes.

São eles: Ana Carrenho, Carol Zanoti, Danilo Tiisel, Fabiana Dias, Felipe Mello, Fábio Silva, Graciela Hopstein, Guilherme Reis, José Alberto Tozzi, Maria Iannarelli, Ricardo Monello, Marcio Zeppelini, Marcelo Monello, Marco Iarussi, Marcos Biasioli, Michel Freller, Renata Lima, Rosana Pereira, Roberto Ravagnani, Rogério Martir, Rosa Morales, Sérgio Monello, Thais Medina, Thaís Iannarelli e Warley Dias.

Com 30 horas de duração, o FIFE 2019 tem programadas mais de 100 atividades entre palestras, debates e temas livres que discutem administração, contabilidade, legislação, captação de recursos, gestão de pessoas e outros temas relacionados à gestão de projetos e organizações sociais.

O FIFE 2019 será no Centro de Convenções SulAmérica (Rua Paulo de Frontin, 01, Cidade Nova, Centro), na cidade do Rio de Janeiro. O acesso principal será pela Rua Beatriz Larragoiti Lucas.

🌐 **Mais informações em:** www.fife.org.br

NIC.BR LANÇA CATEGORIA ONG.BR

A partir do dia 27 de agosto, as organizações sem fins lucrativos, associações, grupos de interesse e outros conjuntos de usuários já podem registrar endereços sob a categoria (DPN) "ong.br", mesmo não tendo personalidade jurídica.

Lançado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR — NIC.br, que coloca à disposição mais de 120 categorias para o registro de domínios ".br", o "ong.br" passa a fazer parte da categoria de domínios genéricos, somando-se a "com.br", "art.br", "eco.br", "emp.br" e "net.br". O registro pode ser feito em: <http://registro.br>.

A categoria "ong.br" foi criada propositadamente com uma restrição permanente: somente aceita o registro de nome já presente no "org.br" quando o pedido for feito pelo respectivo titular. Esse procedimento impede a existência de homônimos entre "org.br" e "ong.br". A anuidade de um domínio ".br" custa R\$ 40.

🌐 <https://nic.br/>



PESQUISA VAI MAPEAR PERFIL DE DOADOR DE CLASSE MÉDIA

A ONG Conectas, da área de defesa dos direitos humanos, e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) estão desenvolvendo uma pesquisa sobre o perfil do doador brasileiro de classe média, com informações hoje pouco conhecidas dos gestores do Terceiro Setor.

O projeto foi contemplado pelo edital Fundo BIS – primeiro fundo brasileiro destinado exclusivamente para ampliar a cultura, o volume e a qualidade das doações no país.

O financiamento advindo de doações da própria sociedade não é ainda uma das principais formas de sustentabilidade do campo das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), majoritariamente promovido por recursos públicos, privados e da cooperação internacional.

A percepção da existência de uma lacuna de informações a respeito de um tipo de potencial doador, o brasileiro com alta faixa salarial, foi o disparador para a ação. Pesquisas existentes sobre o assunto traçam esse panorama a respeito dos pequenos ou grandes doadores, mas não contemplam esse grupo que pode ser ativado e mobilizado para doar mais.

<https://gife.org.br/>

CONFERÊNCIA ETHOS 2018

Em comemoração a duas décadas de trabalho para incentivar práticas sustentáveis e responsáveis nas empresas, o Instituto Ethos promove a Conferência Ethos 20 Anos nos dias 25 e 26 de setembro. O evento vai relembrar fatos importantes da história do Instituto e avançar ainda mais no seu propósito: construir diálogos entre diversos setores da sociedade sobre temas transversais à sustentabilidade, sem deixar de lado as realidades regionais. Com um time de lideranças e profissionais que estimulam novos olhares para os desafios da economia e desenvolvimento social e ambiental, os frequentadores poderão interagir e compartilhar as principais soluções para um contexto em que a sustentabilidade e inovação tornam-se palavras-chave. A Rede Filantropia apoia a Conferência Ethos 20 anos – São Paulo e estende a seus parceiros a inscrição promocional no valor de R\$ 950,00 (o valor regular é de R\$ 1.300,00).

[Mais informações em https://www.conferenciaethos.org/](https://www.conferenciaethos.org/)



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO

2018

Relatório conciso de gênero

CUMPRIR NOSSOS COMPROMISSOS COM A IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO 2018



LANÇADO RELATÓRIO CONCISO DE GÊNERO

A Unesco liberou para download a versão em português do Relatório Conciso de Gênero, que propõe análises das questões de gênero a partir de conclusões e dados coletados anualmente pelo Relatório de Monitoramento Global da Educação.

Essa edição aborda a responsabilização para o sucesso da Agenda Educação 2030, que designa o próprio relatório como instrumento de controle e monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”.

O Relatório Conciso de Gênero aponta que a substituição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pela agenda dos ODS traz um conjunto mais amplo de fontes de informação e indicadores para monitoramento dos Objetivos, principalmente o quarto.

Segundo o relatório, 34% dos países não alcançaram a paridade de gênero na educação primária (que equivale aos primeiros anos do Ensino Fundamental), 55% não alcançaram a paridade no primeiro nível da educação secundária (equivalente aos anos finais do Ensino Fundamental) e 75% dos países não alcançaram a paridade no Ensino Médio.

<https://gife.org.br/>



EDITAL DO ITAÚ INCENTIVA PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LGBT+

O Itaú Unibanco e a consultoria Mais Diversidade lançaram o edital LGBT+ Orgulho, que vai selecionar projetos que promovam a valorização das questões de diversidade LGBT+ no Brasil.

Poderão se inscrever para o processo seletivo pessoas físicas e jurídicas, grupos ou coletivos que já desenvolvem ou pretendem criar iniciativas voltadas à comunidade LGBT+, com propostas adequadas ao foco do edital, sem vínculo com partidos ou grupos político-partidários e constituídos e atuantes no território nacional.

As inscrições podem ser feitas até o final de novembro pelo site www.prosas.com.br, onde também pode ser acessado o edital. Serão aceitas propostas de caráter cultural, educacional, esportivo ou social e que contemplem o respeito e a valorização da diversidade LGBT+ em todo o país.

O edital prevê a destinação de R\$ 200 mil no total, que serão distribuídos para até quatro projetos selecionados a partir da curadoria da Mais Diversidade e banca composta pelo Itaú e membros da sociedade civil.

www.prosas.com.br



PESQUISA REVELA COMO ONGS USAM CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Noventa e dois por cento das organizações da sociedade civil realizam ações de comunicação e marketing. Nesse universo, 33% já utilizam a Internet com principal canal de ligação com seus públicos nos últimos 12 meses. Esses dados fazem parte da pesquisa "Práticas de Marketing e Comunicação para a Captação de Recursos", realizada em parceria entre a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), a ESPM e a empresa internacional de pesquisas Ipsos.

O estudo mostra ainda que a mídia impressa foi usada por 16% das ONGs; o telefone e o rádio, por 9%, enquanto a TV, por 8%. E impressionantes 26% alegaram ter feito divulgação interpessoal.

Os resultados da pesquisa - que inclui não somente os dados quantitativos, que consolidam os formulários respondidos, como também qualitativos, frutos de entrevistas realizadas pela equipe com organizações da sociedade civil selecionadas - estão disponíveis para download.

[A pesquisa completa está no site captadores.org.br](http://captadores.org.br).



SANTAS CASAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS TERÃO LINHAS DE CRÉDITO COM JUROS MENORES

Santas Casas e hospitais filantrópicos poderão ter acesso a linhas de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar a complementação de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Assinado em 16 de agosto pelo presidente Michel Temer, o projeto precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional em 120 dias para não perder a validade. A proposta é destinar 5% (ou R\$ 4 bilhões) do orçamento do FGTS.

A linha de crédito não terá carência e o prazo máximo para pagamento será de dez anos, com taxa de juros em torno de 8,66% ao ano. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vão operar as linhas de crédito.

Esses empréstimos darão um respiro para as entidades, que atualmente trabalham com juros médios de 17% a 18% ao ano. Hoje, segundo o presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), Edson Rogatti, as instituições acumulam dívidas de R\$ 21 bilhões, que levaram ao fechamento de 11 mil leitos do SUS.

O Ministério da Saúde informou que, em 2017, destinou R\$ 22 bilhões a Santas Casas e hospitais filantrópicos para o custeio de serviços ambulatoriais e de média e alta complexidade, como internações de cardiologia, transplantes, quimioterapia e cirurgias oncológicas.



APROVADA NOVA DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A captação de recursos no mundo deu um passo adiante, com a aprovação e publicação, no dia 5 de julho, durante a *International Fundraising Summit*, em Londres, da nova Declaração Internacional de Princípios Éticos na Captação de Recursos.

O documento, subscrito por associações de captadores de vários países, incluindo a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), agora orienta a profissão em todo o mundo. Entretanto, ela não replica, substitui ou suplanta quaisquer leis ou códigos de conduta que estejam em vigor em qualquer país individualmente.

A Declaração reforça a captação de recursos como profissão, com ética própria, dotada de uma série de orientações que devem ser observadas por aqueles que levam adiante o trabalho de mobilizar recursos para causas.

🌐 O texto em português pode ser acessado no site captadores.org.br.



CADÊ O ATIVO? CONTROLE, INVENTÁRIO, CONTABILIDADE E TESTE DE VALOR (IMPAIRMENT)

As diversas mudanças ocorridas nas legislações contábeis, especialmente nas que se refletem no Terceiro Setor, precisam ser amplamente entendidas pelos profissionais que atuam nesta área. Este treinamento apresentará aos participantes uma visão aprofundada das normas de contabilidade – IFRS, bem como as alterações advindas da Lei nº 11.638/2007 e dos Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na elaboração e análise das demonstrações contábeis, em especial a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment).

Data: 23 de outubro de 2018, das 9h às 18h.

Local: Auditório Engº João Francisco Zeppelini (Rua Bela Cintra, 178 Consolação (Centro) - São Paulo/SP, CEP 01415-000.

Palestrante: Warley Dias.

I FÓRUM NACIONAL DE CONTABILIDADE E AUDITORIA DO TERCEIRO SETOR

Organizado pela Rede Filantropia e pela Audisa Auditores, em Recife (PE), este evento visa proporcionar uma ampla visão sobre todos os aspectos do funcionamento da contabilidade, do E-social, Prestações de Contas e da auditoria no Terceiro Setor. É indicado para qualquer profissional – gestores, advogados, contadores, auditores, captadores de recursos e servidores públicos que atuam em pastas sociais em âmbito municipal, estadual e federal com as organizações da sociedade civil (OSCs).

Data: 25 de outubro de 2018, das 9h às 18h.

Local: Porto Social (Sede da Interne Educação - Rua Marques Amorim, 356 B - Ilha do Leite Recife/PE, CEP: 50070-330.

Palestrantes: Marcio Zeppelini, Ricardo Monello, Alexandre Chiaratti, Ivan Pinto, Mateus Yutaki, Tatiane Balhes, Carlos Silva, Eduardo Melo, Marcelo Monello, Gustavo Carioni.



CURSO ON-LINE: CONSTRUÇÃO DE UM CONSELHO CONSULTIVO E DE SUSTENTABILIDADE ATIVO

Este curso tem como objetivo apresentar os aspectos que devem ser levados em conta na hora da construção de um conselho consultivo e de sustentabilidade eficaz e comprometido com a organização. Também abordará um modelo de governança que tem trazido resultados positivos para as organizações.

Data: 31 de outubro de 2018, das 14h às 18h.

Local: On-line.

Palestrante: Monica Kondziolková.

NOVA OFICINA INTENSIVA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

O processo de elaboração de projetos tem grande importância instrumental, técnica-administrativa e de avaliação econômica – tanto do ponto de vista privado como do social. Por isso, instituições governamentais, bancos e órgãos de desenvolvimento que administram os programas de incentivo generalizam a exigência do projeto como condição para o recebimento desses recursos, transformando-o no principal instrumento para a validação dos benefícios.

Para abastecer os participantes de mais conhecimento, os palestrantes deste treinamento intensivo abordarão temas nevrálgicos para o Terceiro Setor, tratando das principais etapas de um projeto – da criação à fase final de avaliação. São eles: Como elaborar as diversas etapas de um projeto e participar de editais empresariais, de governos ou fundações; Quem deve participar da elaboração do projeto; Que indicadores de avaliação são importantes para serem apresentados aos financiadores; Orçamento e cronograma na prática; Quem são os agentes financeiros nacionais e internacionais.

Data: 05 a 08 de novembro de 2018, das 9h às 18h.

Local: Auditório Eng^o João Francisco Zeppelini (Rua Bela Cintra, 178 Consolação (Centro) - São Paulo/SP, CEP 01415-000.

Palestrantes: Carol Zanoti, Cláudio Ramos, Danilo Tiisel.

NÃO PERCA!

OUTROS CURSOS EM NOVEMBRO

- | | |
|---------------|--|
| 06/11 | Filantropia Itinerante Rio de Janeiro: Seminário sobre Gestão do Terceiro Setor |
| 08/11 | Comunicação e Marketing no Terceiro Setor |
| 08/11 a 06/12 | Curso On-line: Eneagrama, Formação de Equipes com Alto Desempenho |
| 12/11 | Curso On-line: Captação de Recursos via Internet |
| 13/11 | Nova Portaria Normativa MEC 15/2017: Ministério da Educação |
| 21/11 | Sincov em 4 Etapas: cadastro, projeto, captação e prestação de contas |
| 22/11 | LBI: Lei Brasileira de Inclusão, Definições e Oportunidades
Advocacy e Políticas Públicas |
| 26/11 | Voluntariado Empresarial: Gestão Inovadora
Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente em 4 etapas: Planejamento, monitoramento, captação, prestação de contas |
| 27/11 | Curso on-line: Gestão e fidelização de voluntariado nas organizações e movimentos sociais |

Informações e inscrições:
www.filantropia.org



FOTO: ACERVO PESSOAL

AÇÕES ESTRATÉGICAS E CAPACITAÇÃO

POR PAULA CRAVEIRO

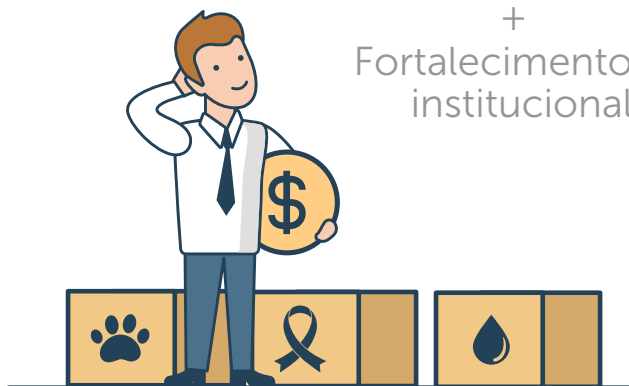
Coordenada por Graciela Hopstein, doutora em Política Social, a Rede Filantropia de Justiça Social foi criada há cerca de seis anos com o objetivo de promover e fortalecer a cultura da filantropia de justiça social no Brasil. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Graciela explica o papel da Rede frente às OSCs brasileiras e comenta a necessidade de apoiá-las a partir de doações e do desenvolvimento e fortalecimento de capacidades.

Revista Filantropia – Conte-nos como a Rede Filantropia para Justiça Social foi criada.

Graciela Hopstein – A Rede Filantropia é um coletivo que reúne sete fundos e três fundações comunitárias. Ela começou a se estruturar em 2012, mas a iniciativa de criar uma rede de fundos independentes é anterior a essa data; ela surgiu em meados dos anos 2000, quando começaram a aparecer grupos

de instituições brasileiras interessadas em financiar organizações da sociedade civil (OSCs). Naquele momento em que acontecia a retirada da cooperação internacional, bem como do financiamento internacional no país, começaram a surgir iniciativas de fundos que passaram a buscar novas formas locais de financiamento para as OSCs brasileiras, para preencher o vácuo deixado pela cooperação.

Grantmaking =
Investimento
+
Fortalecimento
institucional



Filantropia – Qual é o objetivo da Rede?

Graciela – Nossa missão é promover e diversificar a cultura da filantropia no Brasil, e auxiliar o trabalho de *grantmaking*, que é o apoio financeiro às organizações da sociedade civil, para que haja mais recursos, em especial para aquelas que trabalham nas áreas de justiça social e direitos humanos. Portanto, a Rede visa fortalecer as OSCs que trabalham com direitos humanos, questões raciais, socioambientais, de gênero, justiça social, mudança climática, saúde e desenvolvimento comunitário.

Filantropia – Como a Rede funciona? Ela é procurada por outras organizações ou há publicação de editais?

Graciela – Nosso trabalho está voltado a pensar de forma conjunta e colaborativa sobre como promover debates e discussões vinculados à filantropia e à justiça social, diversificando essa cultura e, basicamente, falando sobre a necessidade de promover o *grantmaking*. Nosso trabalho como rede está muito mais vinculado com a promoção de conhecimento, criação de debates, troca de experiências internas, organização de seminários, participação em mesas e seminários nacionais e internacionais.

Em relação à publicação de editais, até agora não lançamos um edital conjunto, mas isso não quer dizer que não pode vir a acontecer.

A Rede é hoje um espaço de articulação entre seus membros, e com parceiros importantes que atuam no campo. Temos parcerias relevantes com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) e com redes internacionais como *Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (Wings)*, *Human Rights Funders Network* e *Edge Funders*. Contamos, portanto, com articulações nacionais e internacionais.

Nosso trabalho, como rede, é muito mais trabalhar com parcerias estratégicas do que no apoio direto. Os fundos da Rede, por sua vez, trabalham no apoio direto às OSCs. A Rede

O que fazemos é um trabalho coletivo de produzir conhecimento, criar articulações estratégicas. Nos interessa influenciar no campo filantrópico e estimular a cultura da filantropia no Brasil

é, muitas vezes, procurada por organizações que querem chegar até os fundos. Por exemplo, quando surge alguém interessado em conhecer uma organização atuante na área de defesa de gênero, ele é direcionado ao Fundo Social Elas; ou apoio na área de saúde, então eu direciono para o Fundo PositHIVo. Esse tipo de procura sempre tem, mas a procura maior é por articulação estratégica no campo da filantropia.

Filantropia – Pensando em articulação estratégica, então, a Rede faz a ponte entre uma instituição e outra.

Graciela – Na verdade, fazemos mais do que isso, embora “ponte” seja um conceito interessante. O que fazemos é um trabalho coletivo de produzir conhecimentos, criar articulações estratégicas com financiadores, com parceiros nacionais e internacionais. Nossa missão é um pouco mais complexa, porque, na realidade, nos interessa influenciar no campo filantrópico e estimular a cultura da filantropia de justiça social no Brasil. Por sermos uma rede, um coletivo, temos condições de dar visibilidade ao trabalho de filantropia de justiça social em alguns fóruns nacionais e internacionais.

Filantropia – Vocês conseguem mensurar o impacto da Rede nas organizações beneficiadas?

Graciela – Não temos a dimensão do impacto da Rede (ainda é muito cedo para falar de números), mas temos alguns dados que nos ajudam a ter uma ideia a respeito, com base no quanto as organizações-membro da rede doaram para a sociedade civil. Entre os anos 2000 e 2017, essas organizações doaram, de forma direta, ou seja, por meio de repasse financeiro, um total de R\$ 146.895.761,29 para 10.669 organizações não governamentais e movimentos sociais no Brasil. Em relação às doações indiretas, ou seja, os repasses feitos pelos fundos para formação e capacitação de equipes, eventos e publicações, por exemplo, em 2016 foram investidos R\$ 5.392.681,98 e, em 2017, R\$ 6.025.998,96.

Dados da Rede (2000-2017)

Repasso financeiro
de
R\$ 146.895.761,29



10.669 ONGs
e movimentos
sociais atendidos
no Brasil

Filantropia – Há algum tipo de acompanhamento das organizações auxiliadas?

Graciela – Essa atividade fica a cargo dos fundos; eles fazem diretamente o monitoramento e a avaliação da aplicação dos recursos destinados às OSCs.

As principais etapas desse acompanhamento passam pela seleção, formação e desenvolvimento de capacidades, aspecto muito importante, porque, como a maioria dos fundos apoia pequenas e médias organizações da sociedade civil, muitas vezes elas não estão preparadas para gerir projetos complexos ou uma quantidade importante de recursos financeiros. Também a troca de experiências ou promoção do trabalho em rede para fazer parcerias, para trabalhar de forma articulada com outros atores e promover diálogos com *stakeholders* que atuam nas diversas áreas são atividades estratégicas desenvolvidas pelas organizações-membro. Esse programa de fortalecimento de capacidades, diálogos, seminários e formações representa atividades estratégicas para as organizações da Rede, bem como as ações de monitoramento e avaliação. Essas atividades são fundamentais também para valorizar e potencializar os conhecimentos das OSCs – o capital imaterial – para que elas reconheçam seus potenciais e ativos nas áreas e territórios de atuação.

O monitoramento pode ser feito de diversas formas pelos fundos; alguns focam mais em dados estatísticos, outros fazem um monitoramento mais qualitativo por meio de análises de relatórios apresentados pelas OSCs apoiadas, ou baseiam-se em visitas, entrevistas. Independentemente do modo escolhido para esse monitoramento, é um trabalho muito importante de ser feito, uma vez que permite avaliar resultados e impactos do apoio. Depois, há ainda a prestação de contas, que faz parte do processo. Todas as organizações entregam

relatórios de atividades e prestam contas sobre como gastaram os recursos recebidos.


Filantropia – No tocante à capacitação, este continua sendo um gargalo para as organizações do Terceiro Setor?

Graciela – Capacitação de equipe é um grande desafio nas organizações brasileiras. Essa defasagem é claramente notada na área de gestão de projetos. Eu diria que grande parte do problema das organizações passa, em certa medida, por esse quesito: como gerir um projeto, como avaliar, como mobilizar recursos. Muitas organizações são realmente boas, conhecem muito bem as temáticas, os territórios, os atores-chaves, têm conhecimentos importantes sobre redes, mas têm esse gargalo.

Acredito que as organizações da Rede fazem esse trabalho de desenvolvimento de capacidades muito bem, porque, depois de gerir um projeto apoiado por algum dos fundos, elas estão mais aptas a buscar outros financiamentos. Isso é uma das coisas que a gente observa bastante. Para muitas organizações, os fundos são o primeiro apoio e, depois disso, elas começam a ter mais fôlego para procurar novas fontes de financiamento, porque já estão qualificadas para isso.

Filantropia – Como a Rede é mantida? Há mantenedores ou os fundos fazem esse papel?

Graciela – Temos as duas situações. Os fundos da Rede contribuem com anuidades, e também procuramos recursos com financiadores para projetos específicos, como uma pesquisa que queremos fazer, um seminário, uma publicação. Os recursos da Rede que vêm das anuidades servem para mantermos o funcionamento básico, uma vez que não temos muitas despesas. A Rede conta com uma equipe bastante enxuta. 🤖



**QUAL O CAMINHO
PARA MOBILIZAR
RECURSOS PARA
SUA ORGANIZAÇÃO?**

QUEM SOMOS

A Criando presta serviços para Organizações da Sociedade Civil e Negócios Sociais que queiram participar ativamente do desenvolvimento cultural e socioambiental.

SERVIÇOS



PLANO ESTRATÉGICO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS



ELABORAÇÃO DE PROJETOS



ESTATUTOS E CERTIFICAÇÕES



INCENTIVOS FISCAIS



CRIAÇÃO DE INDICADORES



CURSOS E OFICINAS



INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

CONTATE-NOS

A CONEXÃO ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO

Contribuir para uma gestão mais eficiente, estabelecer canais de diálogo, promover interação, compartilhar informações com os diversos públicos. No dia a dia das organizações, a comunicação constitui um patrimônio valioso para alcançar objetivos sólidos e permanentes. Mas nem sempre foi assim. A presença da comunicação como setor estratégico de uma instituição é relativamente nova e ainda tem muita resistência. Mas os resultados são perceptíveis às organizações que valorizam as estratégias e ações bem estruturadas.

Mais do que nunca, comunicar bem não só é preciso, como é imprescindível. E para isso, a comunicação precisa assumir papel de destaque nos planejamentos organizacionais. Aquela velha crença da comunicação como área de apoio, que é a primeira a ser cortada em momentos de crise, não sobrevive mais. Muito pelo contrário. A comunicação deve ser prioridade no planejamento dos gestores em qualquer tipo de organização, seja ela tradicional ou moderna, de grande ou pequeno porte, com ou sem fins lucrativos. Para quem trabalha com filantropia, não tenho dúvidas de que este desafio seja ainda maior. Afinal, são fundamentais as parcerias e apoios para viabilizar projetos e a própria manutenção da instituição no mercado. Mas tanto é possível, como necessário.

Estudar, planejar, agir e, sobretudo, saber como e quando comunicar-se. Ser estratégico significa otimizar os processos, fluxos e dinâmicas de comunicação, analisar os diferentes cenários, estabelecer objetivos, metas e indicadores de resultados, conhecer seus públicos e avaliar os diversos canais, linguagens e as melhores formas de entregar uma mensagem. Na comunicação, entende-se que a responsabilidade é do emissor e ninguém quer que um entendimento sobre a organização seja equivocado ou mal interpretado. Por isso, é fundamental comunicar-se bem para fortalecer a imagem institucional.

E, de uma vez por todas, é preciso entender que nenhuma empresa sobrevive de forma isolada, ou é autossuficiente.



ROBERTO SÁ MENEZES

Todas as instituições estão inseridas em um contexto maior, de relacionamento com outras organizações, com clientes, colaboradores, entidades públicas, imprensa, parceiros e com a sociedade como um todo. A comunicação é inerente à operação de um negócio, você queira ou não. Mas como fazer isso sem muitos recursos? Essa perspectiva a qual me refiro, de valorizar a comunicação, faz parte do trabalho de gestão implantado nos últimos anos na Santa Casa da Bahia, uma instituição filantrópica fundada em 1549. Afinal, hoje entendemos que não existe administração sem comunicação. Temos investido em diferentes ações, desde a consolidação de uma marca padronizada e alinhada com os novos tempos - unindo tradição e inovação como fundamentos da nossa identidade, até a capacitação constante de profissionais, e também à adoção de novas ferramentas de comunicação com nossos stakeholders, inclusive com presença online significativa. O digital cresce e se atualiza em uma velocidade cada vez maior. É preciso estar atento a essas mudanças. A forma de se comunicar evolui e as instituições precisam acompanhar esse processo também.

Tudo isso exige muito compromisso, criatividade, dedicação e, é claro, credibilidade com os diversos públicos. Não devemos esquecer que comunicar é relacionar-se. Estabelecer relacionamentos pressupõe, antes de mais nada, uma partilha. Aliás, esse sentido é intrínseco ao da própria palavra comunicação, que deriva do latim “communicare”, que significa partilhar, participar, tornar comum.

É exatamente dessa forma que acreditamos ser necessário pensar a comunicação no contexto das organizações: conexão, formação de vínculos, criação de pontes cada vez mais sólidas com os seus respectivos públicos. Isso também é parte da gestão.

Como prestadora de serviços nas áreas de saúde, educação, cultura e assistência social, a Santa Casa da Bahia tem buscado estabelecer essas conexões diariamente porque acreditamos que é este o caminho. E você, o que tem feito para se comunicar cada vez melhor? 🌐

Roberto Sá Menezes é Provedor da Santa Casa da Bahia, fundador e presidente do Grupo de Apoio à Criança com Câncer da Bahia (GACC-BA), membro do Conselho Fiscal da Associação Obras Sociais Irmã Dulce (AOSID) e do Conselho Consultivo da Confederação das Santas Casas do Brasil (CMB), e integra o Conselho Fiscal da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp).

Consultoria e Assessoria especializada em entidades sem Fins Lucrativos.









Serviços com foco no Terceiro Setor

A QUALITY É O PARCEIRO IDEAL PARA ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, COLÉGIOS E FACULDADES QUE BUSCAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS **CONTÁBIL, FISCAL, FINANCEIRA E TRABALHISTA**.

SOMOS ATUALMENTE UMA DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO BRASIL.

TRABALHAMOS NO MAIS ALTO NÍVEL DE EXCELÊNCIA DE PROCESSOS DE GESTÃO E TECNOLOGIA PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DE NOSSOS SERVIÇOS E A SATISFAÇÃO COMPLETA DE NOSSOS CLIENTES.



-  TERCEIRIZAÇÃO CONTÁBIL e FISCAL
-  TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA e RH
-  GESTÃO FINANCEIRA e PRESTAÇÃO DE CONTAS
-  FORMALIZAÇÃO, ESTATUTO e ATAS
-  ISENÇÕES, IMUNIDADES e CERTIFICAÇÕES
-  CONSULTORIA E TREINAMENTOS

SUAS - CONVIVÊNCIA



Como entender o sentido da vida?

POR KELLER REIS FIGUEIREDO

Esta pergunta é muito comum ocorrer durante a nossa adolescência, e sem muito conteúdo histórico para ajudar a obter uma resposta, nós provocamos movimentos circulares que não nos permitem sair do lugar. O que às vezes é angustiante e torna a vida sem sentido. Não que a vida não tenha um sentido, mas temos pouco conteúdo nessa idade para criarmos respostas.

A história da existência do homem na Terra remonta a milhões de anos, o que é uma pequena parte da história da Terra, que remonta a bilhões de anos. O registro de sociedades humanas organizadas não passa de 10.000 anos. Ou seja, em um curto espaço de tempo, o homem evoluiu mais em dez mil anos do que em milhões de anos. Ao conhecermos a história humana, onde está o sentido de se ter uma passagem temporal pela Terra?

A vida humana é algo que passa, estamos todos destinados à morte. O tempo é a medida que dá a origem e o fim a tudo. Mesmo cientes de nosso destino, a morte, somos capazes de nos apegarmos ao que nos dá sentido à vida, como o bem-estar material, o sucesso, a família, a religião, a política, a ética, a moral, o trabalho etc.

O que mais buscamos durante a nossa curta existência? A sobrevivência e a perpetuação da espécie via a formação de uma família. À nossa frente está o abismo, que é a morte, mas estamos sempre lutando para escapar dele. Será esse movimento que dá sentido à vida? A luta pela existência eterna?

Para muitos existe a crença de que devemos estar preparados para o sacrifício em nossas vidas, por um bem maior. Ou seja, o sentido da vida não está apenas em uma vida de prazeres, que satisfaça os nossos desejos e paixões. Mas uma vida consciente, que permite a elevação humana e a faz transcender a uma existência terrena. Que torna o homem capaz de viver a ética através de uma moral transformadora, seja religiosa ou filosófica, e que vai além de uma vida meramente animal, mas se transforma em uma vida humana e racional.

São as nossas obras referendadas pelo que acreditamos e pensamos que dão sentido a nossas vidas. Se pararmos para pensar na morte e em suas consequências para a vida, veremos que um universo de possibilidades nos abre e somos estimulados à ação, como forma de nos perpetuarmos através de nosso legado.

Podemos estudar, trabalhar, fazer amigos, casar, ter filhos, ganhar dinheiro, fazer muito sucesso, mas o que faremos após a morte, se não podemos levar conosco nada do que conquistamos

na Terra? Então o que realmente fica e pode dar sentido à existência humana? São as obras que realizamos na vida das pessoas que reverberam ao longo da existência humana e têm consequências históricas.

Se a vida não tem um sentido objetivo, então cabe ao ser humano dar sentido à vida. Onde podemos situar as nossas ações no tempo e no espaço existencial? O homem faz questionamentos, como “de onde vim?”, “para onde vou?”. E se conseguir crer em uma referência que justifique o seu comportamento, o ser humano torna possível dar um sentido a sua vida.

Os jovens do século 21 estão se sentindo mais seguros, mais bem informados? Qual é o papel dos meios de comunicação, como a televisão, os canais por assinatura, as redes sociais e a internet? Eles estão contribuindo para a construção do cidadão do futuro, capaz de enfrentar os desafios?

Até que ponto os jovens dialogam com seus pais e estão emocionalmente integrados na família, têm força e resistência para enfrentar as adversidades da vida? São as respostas que farão compreender os casos de comportamentos autodestrutivos na juventude.

O suicídio de jovens cresce de modo lento, mas constante no Brasil. Dados ainda inéditos mostram que, em 12 anos, a taxa de suicídios na população de 15 a 29 anos subiu de 5,1 por 100 mil habitantes em 2002 para 5,6 em 2014 - um aumento de quase 10%.

Os números obtidos com exclusividade pela BBC Brasil são do Mapa da Violência 2017, estudo publicado anualmente a partir de dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

Esses números podem até ser mais elevados, pois há muitos jovens que tentam o suicídio e não aparecem por falharem em suas tentativas ou desistirem. Sendo assim, eles se mantêm em silêncio e guardam para si essa perigosa experiência. Muitos têm vontade de tentar, mas não têm coragem. A questão é: por que o jovem sente o desejo de dar fim à própria vida?

Entender o sentido da vida é uma necessidade existencial, cria uma referência para ser na vida, caminhar em frente e superar os obstáculos com luta, determinação, objetivo e crença no futuro. Abrir mão de se viver essa experiência é negar a própria vida e o seu sentido último, o amadurecimento, a doação de si por um objetivo maior. O futuro só é possível porque no presente existem pessoas que acreditam, vivem e lutam para construir no hoje, o que será o amanhã. 🌀



A fluidez das relações sociais vistas no cotidiano

POR DANIELE LOPES

Há algum tempo li uma notícia sobre uma campanha no Rio Grande do Sul que estimulava o bate-papo das pessoas nos transportes públicos. A ideia era colocar uma faixa com sugestões de assuntos próximos aos assentos, a fim de motivar as pessoas a deixarem o celular e perceberem quem está ao lado. Tal fato me levou a observar a relação das pessoas em determinados ambientes públicos, trazendo-me uma reflexão sobre a individualidade do ser humano, a qual encontra-se de maneira tão generalizada na sociedade, que somos incapazes de perceber suas sequelas.

Ao estudar o conceito de Modernidade Líquida do filósofo polonês Zygmunt Bauman (1925-1917), pude vinculá-lo a essa reflexão. Segundo sua filosofia, a sociedade pós-moderna encontra-se em estado de calamidade, uma vez que as relações passaram a assumir um papel fluido, criando uma tendência em que as pessoas buscam fugir de compromissos, gerando laços cada vez mais líquidos e que se desfazem com muita naturalidade. Essa tendência pode ser facilmente evidenciada ao observarmos nossas próprias relações na sociedade. Ao entrar em um transporte público, observo o isolamento

Daniele Lopes é aluna do segundo semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da FAPCOM – Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação.



das pessoas, quase como se pertencessem a espécies diferentes, pois o distanciamento as coloca em patamares diversos. O uso do fone de ouvido cria um isolamento entre os indivíduos que já se tornou inconsciente para as pessoas, as quais têm buscado cada vez mais o afastamento físico e a proximidade virtual. Nos deparamos em um ciclo vicioso nas relações sociais, porquanto somos incapazes de ficarmos sozinhos e buscamos companhia no celular, na medida em que ignoramos companhias físicas e reais que estão ao nosso lado.

Sob tal perspectiva, é possível perceber o cenário das nossas relações sociais como algo que está enraizado em períodos anteriores à modernidade e traz como consequência o distanciamento entre as pessoas, fato que resulta em diversos outros problemas da sociedade contemporânea., Para resolvê-los, é necessário mudar os parâmetros da nossa relação com o outro, pois somos incapazes de perceber como nossas atitudes influenciam mutuamente todos a nossa volta.

Segundo o próprio Bauman, “nós somos responsáveis pelo outro”, estando atentos a isso ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo, e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas. Dessa forma, após uma simples reflexão sobre nosso comportamento diante da sociedade, citando como exemplo o transporte público, faço aqui uma ponte com a filosofia de Bauman, que na minha visão é a melhor maneira de exemplificar como o conceito de Modernidade Líquida encaixa-se perfeitamente na nossa realidade e pode ser evidenciado em simples ocasiões cotidianas, em que buscamos nos afastar das pessoas, criando laços vulneráveis e fluidos.

A convivência nos tempos do Bauman me inquieta e me apresenta o mundo do meu tempo, sem as chaves do tempo anterior muito claras, mas nada que me impeça de exercer um olhar calmo, curioso e instigante para o que ainda virá. Para a realidade que busco hoje me preparar para ajudar a construir. De preferência um lugar muito melhor para vivermos. 🌀

SUAS BRASIL AFORA



O protagonismo da terceira idade

Experiência em Recife, Pernambuco,
utiliza a formação como estratégia para inclusão de idosos

POR SILVANA QUEIROZ DO NASCIMENTO, BÁRBARA CRISTINA MELO,
LUCIANA TORRES DE AGUIAR PEREIRA E EDSON DE SOUZA LIMA

De acordo com as orientações nacionais sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ele deve ser complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família / Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduo (PAIF/PAEFI). As atividades são escolhidas e planejadas mediante necessidade do público e do contexto social, político e cultural que vivenciam. Para as pessoas idosas, partindo de seu reconhecimento enquanto público de uma sociedade na categoria de Terceira Idade e de seu caminhar com ou sem violências, desenvolve-se um protagonismo desde sua alimentação até o fortalecimento de vínculos na família e comunidade, com exercícios esportivos por um bem viver.

Além disso, é na lógica de prevenção das violações de direitos e de atendimento ao público com direitos violados, dentro dos perfis prioritários, que o SCFV se debruça e fomenta espaços e momentos de interação, norteados por eixos de “conteúdos” sociopedagógicos para estimular mais práticas saudáveis.

Em uma primeira experiência de convivência social com idosos, foi realizada a palestra “Alimentação Saudável na Terceira idade”, com informações sobre mudanças na alimentação e a fomentação da importância da prática de

exercícios físicos para melhorar a qualidade de vida e tratar as patologias da idade. Em seguida, na roda de diálogos, foram apresentados os alimentos que mais prejudicam e que acarretam doenças características da Terceira Idade, como diabetes, colesterol alto, triglicérido alto e hipertensão. Também foram esclarecidas as dúvidas sobre quais práticas auxiliam na qualidade de vida, com uma rica discussão sobre autoestima e envelhecimento ativo.

A temática “Terceira Idade na Atualidade” também foi apresentada, enfatizando que os idosos não estão mortos socialmente e podem contribuir em várias atividades de forma individual ou coletiva, ou ainda buscar ações que proporcionem prazer na cidadania ativa. Em seguida, houve uma roda de diálogos com frases estigmatizadas e abusivas sobre o papel dos idosos, como “no fim da vida”, “que não servem para nada”, “que só esperam a morte”, muitas usadas pelos próprios familiares. Após esse momento foi-se edificando o quanto a sociedade subestima o papel da Terceira Idade, assim como a necessidade de oportunizá-los nesse novo protagonismo.

Também houve uma roda de diálogos e oficina com a temática “Igualdade de Direitos das Mulheres”, em que foram trabalhadas a sensibilização e a construção de seu empoderamento, desde sua identidade até sua atuação nos âmbitos



privado e público. Além disso, fez-se uma reflexão sobre a historicidade da mulher e a “cultura do plano B” convencionada na sociedade. Antes de ser idosa, é ser mulher. Tratar desse tema é fazer uma retrospectiva sobre a própria história, por isso a escolha da música de acolhimento “Logo de Manhã Bom dia”, de Zizi Possi, a fim de proporcionar um clima de abertura e conexão ao momento. Em seguida, várias frases sobre o que a sociedade machista espera de uma mulher submissa foram expostas para leitura. Por meio dessa escuta foi possível fazer a linha do tempo de vida das mulheres e alimentar um processo reflexivo sobre sua trajetória.

A partir desse percurso intencional observou-se uma categoria em construção entre as pessoas participantes, pouco a pouco, envolvendo sua reorganização pessoal, social e política, sobretudo nessa transição de etapas de vida para aposentados. Também a observância de particularidades, em suas respectivas comunidades, posicionamentos, vivências, potencialidades, das relações interpessoais e como é sua forma de ver o mundo, de reagir e de expressar sentimentos - porque não é e nunca foi fácil se reconhecer enquanto idosos que lutam por expectativa e perspectiva de vida. A avaliação das atividades aconteceu de maneira sistematizada com o objetivo de registrar e apreciar os resultados obtidos em relação às metas socioeducativas estabelecidas previamente na participação. Levando em conta que o ser profissional da educação social significará participar da emancipação das pessoas, sabendo que o objetivo é ajudar a torná-las mais livres e menos dependentes do poder econômico, político e social.

O método utilizado foi a avaliação participativa, em que os sujeitos colocaram suas impressões sobre os trabalhos

propostos na perspectiva de aferir se as estratégias atenderam as expectativas dos usuários e se esses processos trouxeram ganhos efetivos do ponto de vista sociopedagógico. Segundo Paulo Freire, existe frequentemente a “negação do direito de ‘ser mais’ inscrito na natureza dos seres humanos”, por isso subscreve-se a avaliação participativa para positivar o idosos.

Diante desse objetivo formativo, ocorre uma transformação social em cada um, ao saírem de cada convivência mais leves e se comprometendo a cuidar de sua alimentação alinhada a exercícios físicos. A autoestima elevada também contribui para que eles não mais se enxerguem como seres submissos ou inferiores, e sim como autores de suas próprias vidas.

Concluimos que a relação entre a Educação, os Direitos Humanos e a Assistência Social fortalece o SCFV para que a construção das atividades seja embasada nas políticas e em formação que tragam conhecimento atualizado de temáticas relevantes para o grupo de idosos. Compreendemos que o percurso torna as experiências significativas e o trabalho no SCFV norteia a construção de atividades focadas nos sujeitos e na perspectiva de fortalecimento dos vínculos sociais e familiares.

Assim, enfatizamos a importância de trabalharmos numa política pública de assistência social que seja conectada em rede, destacando a realidade vivida no território pelo grupo de idosos, com respeito às histórias pessoais e coletivas da comunidade. Essa finalidade pode subsidiar outros saberes e fazeres na gestão pública para desenvolver com mais qualidade o SCFV e garantir espaços de diálogos, construções e resistências. 🌀

Para além das imunidades

POR CLAUDIA ORRICO

A assistência social é parte do sistema de seguridade social previsto no art. 194 da Constituição Federal (“CF/88”), sendo a descentralização, coordenação e execução de suas ações duas das diretrizes fixadas no artigo 204, I. Ao longo do texto constitucional, além dos dispositivos voltados à atuação estatal no âmbito da assistência social enquanto agente responsável por prover essas políticas públicas, há dispositivos voltados à regulação da assistência social realizada por entidades privadas.

Sob o aspecto das fontes de financiamento das atividades assistenciais, verifica-se a permissão constitucional de o Poder Público contratar, com parceiros privados, a consecução de projetos voltados ao atendimento, assessoramento, proteção e garantia de direitos, bem como a instituição das imunidades tributárias previstas nos art. 150, VI, c e 195, §7º, todos da CF/88, cujo objetivo principal é o incentivo à prática da assistência social por entidades privadas de caráter beneficente.

Sendo constitucionalmente assegurado o compartilhamento entre o Estado e entidades particulares no tocante à assistência social e do interesse de ambos seu pleno desenvolvimento, o

Estado abre mão de enxergar as atividades de assistência social como fonte de arrecadação tributária. Ao contrário, por saber que a carga tributária é elemento de decisão acerca do exercício ou não de determinada atividade, a própria Constituição Federal viu por bem retirar as atividades assistenciais do rol de incidência tributária, de modo a torná-las mais sustentáveis e longevas.

A imunidade é um mecanismo de incentivo ao exercício da assistência social pelo particular que exerça atividades de interesse público, não podendo jamais ser considerada um fim em si mesma

Desse modo, portanto, fica claro que a imunidade é um mecanismo de incentivo ao exercício da assistência social pelo particular que exerça atividades de interesse público, não podendo jamais ser considerada um fim em si mesma, tampouco mera concessão de benesses tributárias para entidades privadas. Com isso, pode-se dizer que as entidades de assistência social, para alcançar todos os benefícios concedidos pelo Estado para o incentivo de suas atividades,

devem atender e preencher não apenas todos os requisitos legais formais para a fruição da imunidade tributária, mas também observar estritamente o preenchimento dos demais requisitos materiais afeitos a suas atividades.

Os requisitos para gozo da imunidade fixados pela CF/88 e a legislação infraconstitucional (art. 14, CTN) são: não distribuírem



É imprescindível que as entidades adotem mecanismos de compliance fiscal para garantir que as atividades por elas exercidas estão sendo devidamente vertidas em informação fidedigna e válida para análise pelo Fisco e para a fruição da imunidade

qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplicarem integralmente, no país, seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; e manter escrituração contábil regular. Todas essas exigências são voltadas estritamente para que os Fiscos Estadual, Municipal e Federal tenham ferramentas para aferir a retidão do exercício das atividades da entidade, bem como a fidelidade desta com os requisitos legais para a concessão da imunidade.

Não basta, portanto, as entidades privadas exercerem apenas em tese suas atividades assistenciais e usufruir, como consequência natural, da imunidade. É preciso ir além. Desse modo, é imprescindível que as entidades adotem mecanismos de *compliance* fiscal para garantir que as atividades por elas exercidas estão sendo devidamente vertidas em informação fidedigna e válida para análise pelo Fisco e para a fruição da imunidade.

Nesse contexto, o *compliance* fiscal seria um conjunto de medidas adotadas pela entidade para garantir que suas atividades sejam efetivamente realizadas em conformidade com a legislação aplicável. Dentre essas medidas, podem-se citar: a revisão periódica das demonstrações contábeis, com objetivo de verificar se os lançamentos contábeis estão sendo realizados adequadamente, sem configurar desvio no exercício das atividades da entidade; a revisão da documentação-suporte das operações da entidade; e a análise das declarações fiscais e de documentos societários, com o objetivo de verificar se a entidade vem cumprindo regularmente suas funções e se há qualquer incorreção na forma de apurar e informar suas receitas e despesas aos entes fazendários.

Todas essas medidas possuem o principal objetivo de tornar as informações contábeis, financeiras e tributárias da entidade mais verossímeis e capazes, de fato, de refletir sua realidade. Com isso, os riscos de questionamento do Fisco em relação à organização fazer jus ou não a usufruir da imunidade tributária seriam bastante mitigados. Adicionalmente, vale mencionar que todas as entidades, independentemente do porte, devem se utilizar dos mecanismos de *compliance*. Evidentemente, eles devem ser dimensionados de modo que sejam condizentes com o porte e perfil das atividades da organização. Desse modo, qualquer uma está apta a criar e implementar seu programa de conformidade; mais vale um programa de conformidade que possa ser efetivamente implementado do que um programa tecnicamente robusto, porém inexecutável.

É importante observar que todas as questões acima abordadas relacionam-se com o cumprimento de formalidades

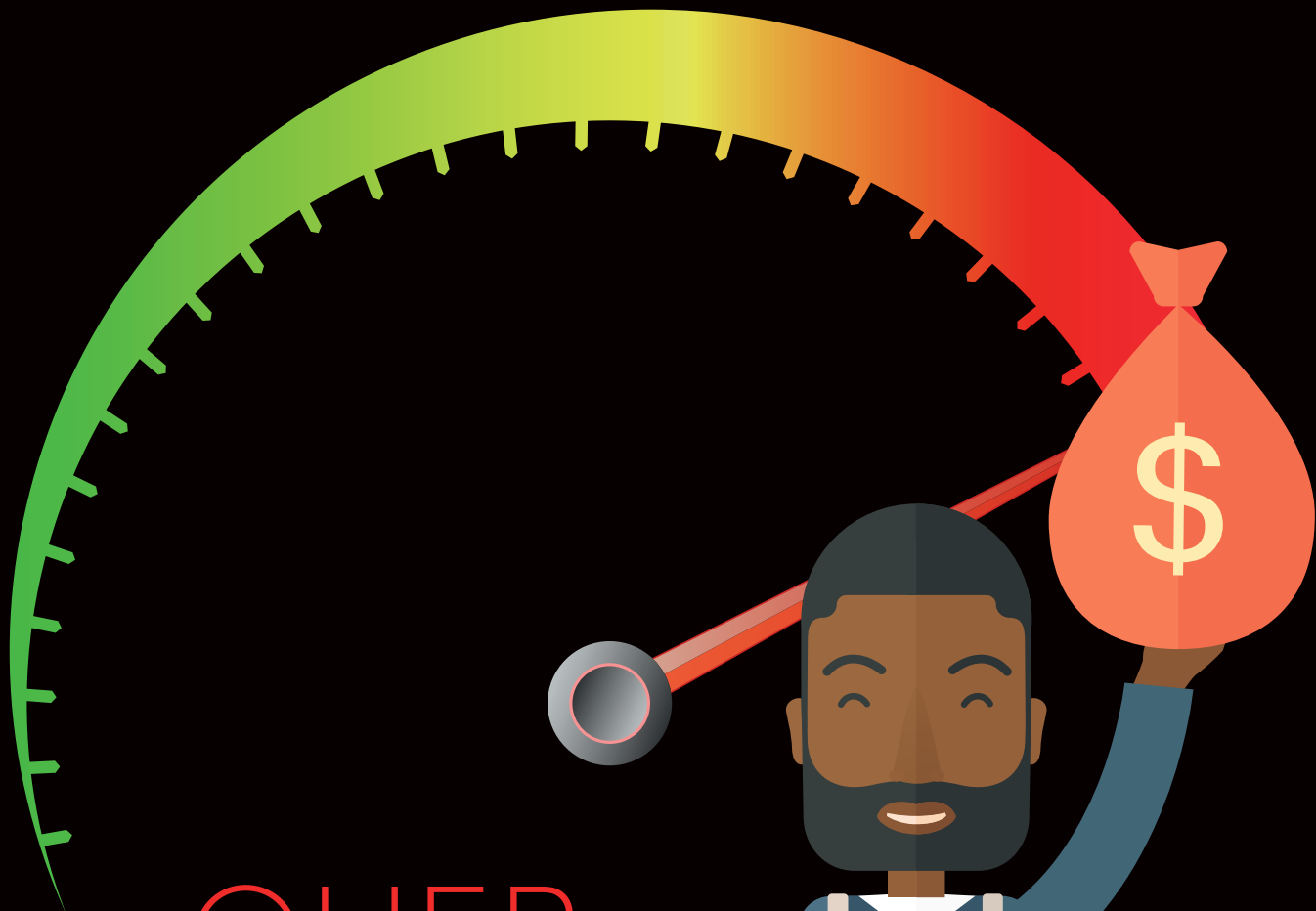
tributárias perante os órgãos fazendários e a utilização da imunidade tributária como mecanismo para fomentar o exercício de atividades assistenciais por particulares.

Assim, mais do que um ente voltado para atender requisitos estabelecidos pelo Fisco ou da Certificação CEBAS (Lei 12.101/2009), as entidades de assistência social possuem um compromisso ainda maior com a efetiva prestação dos serviços assistenciais. É preciso, portanto, que haja uma preocupação em buscar aperfeiçoar cada vez mais o serviço assistencial, dotando-o de elevada qualidade.

Nesse contexto, a compreensão do *compliance* deve se expandir, saindo da esfera apenas de seu componente fiscal para contemplar também um conjunto de medidas adotadas pelas entidades com o objetivo de fazê-las alcançar patamares mais elevados de governança e qualidade na execução de suas atividades. Não basta, portanto, que a organização exerça, nos termos de seu objeto social, atividades assistenciais, nem que esteja meramente previsto nos seus atos constitutivos e que haja previsão de, em caso de dissolução ou extinção, a destinação de eventual patrimônio remanescente para entidades congêneres (cf. Lei 12.101/2009).

É preciso que as organizações busquem estar alinhadas com princípios basilares de governança, consistentes na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade pelas suas atividades sociais. Esse movimento qualitativo possui um paralelo já ocorrido na última década com as empresas brasileiras no tocante à apresentação de informações para o mercado, após o advento de uma série de normas e regulamentos, tais como a recepção de normas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) pela legislação brasileira (Lei 11.638/2007), que demandam das empresas maior transparência quanto às suas informações, não apenas financeiras.

A provocação deste artigo, portanto, consiste em lançar a discussão acerca da necessidade de as entidades de assistência social buscarem adotar níveis mais elevados de *compliance* e governança para que, por consequência, haja um enriquecimento do ecossistema assistencial em virtude do incremento da qualidade dos serviços prestados e maior possibilidade de controle social das organizações que, por via indireta, são financiadas, ainda que parcialmente, por recursos públicos. Para além das imunidades, portanto. E com a certeza de que há ainda um grande caminho a ser percorrido. 🌀



QUER
AVANÇAR
A SUA CAPTAÇÃO
DE RECURSOS?
CONTRATE
UM CAPTADOR!

No final de 2017, a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) divulgou os primeiros resultados da sua mais recente edição do *Censo ABCR*, pesquisa nacional que mapeia e busca entender quem são os profissionais que se dedicam a mobilizar doações para causas.

Dentre os números inicialmente apresentados, um chama a atenção, justamente por reforçar algo que quem promove a sustentabilidade financeira das organizações já sabe: o captador de recursos, de forma geral, trabalha dentro das instituições e, na maioria dos casos, como funcionário dela.

Essa foi a opção indicada por quase 55% dos participantes da pesquisa, superando largamente as demais alternativas. Entre os participantes do Censo, apenas 15% dos captadores são conselheiros ou diretores de suas organizações, e outros 15% são consultores, conforme a tabela abaixo.

É conselheiro ou dirigente	15,28%
É funcionário de organização	54,63%
É voluntário de organização	6,94%
É consultor de captação	15,74%
Trabalha para órgão público	4,17%
É produtor cultural	3,24%

Esse resultado está bastante alinhado com as melhores práticas de captação de recursos em todo o mundo além do que se acredita que é fundamental para a promoção da sustentabilidade das organizações da sociedade civil.

Difícilmente vamos ver a administração pública sem uma área para cobrar impostos – todos os governos as têm. Também não vamos encontrar muitos exemplos de empresas sem área comercial ou de marketing, para vender seus produtos e serviços. Por que, portanto, deveríamos fazer diferente, e não ter uma área de captação de recursos para trazer as doações, que são o que nos financia?

Não deixa de ser, portanto, entusiasmante saber que a maioria dos profissionais que atua no setor e faz parte da rede da ABCR, já é profissional contratado pelas organizações da sociedade civil.

E isso impacta diretamente na remuneração desses profissionais.

Um captador sem relação direta com a organização não a representará plenamente, nem terá motivos para “vestir a camisa” - e quem pede tem que acreditar na causa, não pode fazer apenas pelo dinheiro

Um trabalhador tem de ser adequadamente remunerado, e o captador é um profissional como todos os demais, devendo ser valorizado e receber o justo pagamento pelo seu empenho e dedicação.

Por isso, no Censo, nós também quisemos saber qual é a forma de remuneração dos captadores, e não foi nenhuma surpresa. Em consonância com o resultado anterior, descobrimos que a grande maioria dos profissionais recebe salário, representando mais da metade dos entrevistados (quando somados todos que recebem remuneração fixa).

Dos demais, quase 30% é voluntário, e somente 12% recebe apenas uma comissão proporcional ao valor captado, modalidade que não remunera o captador pelo seu trabalho, apenas pelo resultado:

Exclusivamente remuneração fixa	46,73%
Remuneração fixa + bônus	5,53%
Remuneração fixa + variável	7,04%
Exclusivamente comissão	11,56%
Não recebe remuneração	29,14%

Sem dúvida, esses resultados são muito saudáveis para a profissão. Nós, captadores, atuamos por causas e para causas, e idealmente devemos estar vinculados às instituições para as quais captamos.

O pedido vem de dentro para fora, da instituição para o indivíduo e para a sociedade. Um captador sem relação direta com a organização não a representará plenamente, nem terá motivos para “vestir a camisa” - e quem pede tem que acreditar na causa, não pode fazer apenas pelo dinheiro.

Os números, portanto, já mostram isso. Agora é com você: quer avançar na captação de recursos da sua instituição e garantir sua capacidade de fazer um país melhor? Contrate um captador! 🌐



JOÃO PAULO VERGUEIRO

COMO CAPTAR **RECURSOS** POR MEIO DE CAMPANHAS DIGITAIS?





MARCELO
JAMBEIRO

Plano de mídia, CPA, CPL, retarget, remarketing, segmentação, teste A/B, SEO, SEM, indicadores de performance, navegabilidade, usabilidade, otimização de ficha, jornada do apoiador, etc. Nossa, quanta coisa!!! Por onde eu começo?!!

Já faz um bom tempo que é inegável a crescente importância do digital para obter ainda melhores resultados nas estratégias de captação de recursos de todas as organizações.

Independentemente se a sua organização é pequena, média ou grande – e se tem mais ou menos familiaridade com o digital – a oportunidade está aí para todos. Diz um ditado que é melhor arriscar o quanto antes, cometer erros no caminho, aprender com eles e acertar a rota do que se acomodar na zona de conforto e nunca tentar.

De fato! As organizações que vêm trilhando o caminho do digital e aprendendo dia a dia durante este processo são aquelas que têm obtido os melhores resultados de captação.

Colocando desta forma parece simples, mas atenção aos detalhes porque eles fazem absolutamente toda a diferença! E em se tratando de digital, eles são muitos.

Neste sentido, para cada estratégia e ação, antes de mais nada, traga à tona quem é a organização, sua história, identidade, trabalho e impacto gerado. A voz da sua organização tem que ser e soar genuína e acima de tudo falar para aqueles que se identificam – ou ainda não sabem que se identificam – com a sua organização e a causa que ela abraça.

Analise quais são os assuntos (programas, campanhas ou simplesmente quais informações) que têm o maior potencial de gerar engajamento de indivíduos no meio digital em um determinado momento ou período.

Feito isso, será preciso então polir essas informações para que elas sejam “palatáveis” e atraentes para diferentes grupos que possam vir a se interessar por sua organização e causa. Aqui comece a criar distintas mensagens sobre um mesmo assunto para diferentes grupos – e vá continuamente testando como cada grupo reage a cada mensagem. Por exemplo, quantos likes, shares, comments e cliques em um determinado anúncio ou post levam para o seu site, ficha de cadastro ou ficha de doação.

Na etapa seguinte de engajamento, o trabalho árduo continua! Se o seu potencial apoiador quer, por exemplo, deixar seus dados para receber um contato, como garantir que ele preencherá os dados fundamentais sem desistir? Caso desista, o que fazer para recuperá-lo? Se o seu potencial apoiador foi para o seu site, qual é a melhor experiência que você pode oferecer para que ele se interesse a ponto de ir para a ficha de doação e efetivamente doar? Se ele foi direto para a ficha de doação, como garantir que ele não vai desistir antes de efetivar a sua doação?

Imagine todo esse processo como um jogo em que temos várias etapas para mover uma peça do ponto A ao ponto B com

As organizações que vêm trilhando o caminho do digital e aprendendo dia a dia durante este processo são aquelas que têm obtido os melhores resultados de captação

sucesso, e que em cada etapa temos muitas variáveis para ajustar, testar e refinar para assegurar que essa peça siga então para a próxima casa e assim sucessivamente até chegar ao ponto B.

A jornada do potencial doador no digital funciona exatamente assim: iniciamos no ponto A, onde estamos refinando a mensagem e observando como diferentes grupos reagem a ela, e vamos seguindo pelas etapas seguintes sempre olhando os detalhes para não deixar esse potencial apoiador desistir antes de chegar ao ponto final B, quando então acontece a efetivação da doação ou o preenchimento do cadastro para receber mais informações.

Em suma, para que sua organização tenha uma presença digital que traga bons resultados de captação é fundamental olhar para a jornada do potencial doador como um todo. Elaboração das melhores mensagens, busca de indivíduos que vão se interessar pela sua ONG e causa, garantir uma comunicação e experiência digital coesas – do anúncio ou post até seu site e/ou ficha de cadastro e doação – e isso inclui, sobretudo, oferecer conteúdo relevante e alinhado à sua campanha e audiência. Além disso, é preciso acompanhar os indicadores de engajamento diariamente para ajustar todos os detalhes e assim trazer os melhores resultados.

Se você está pensando em começar suas ações em digital, vá passo a passo. Escolha uma campanha ou temática que você acredita ter o maior potencial de mobilização e comece testando inicialmente em uma plataforma que possibilite acessar muitas pessoas de diferentes perfis, como o Facebook. Não tenha medo de errar! Só assim você vai aprender o que funciona e o que não funciona. Faça o máximo de testes que puder e crie um repositório com os aprendizados para ir otimizando a comunicação cada vez mais.

Não perca de vista todo o trajeto do ponto A (anúncio de Facebook, no caso) ao ponto B (seu site e ficha de doação) – esse percurso entre um ponto e outro tem que ser coerente do ponto de vista de comunicação, navegação e usabilidade.

Quando você menos esperar, já estará conquistando os primeiros doadores da sua organização e se sentindo cada vez mais estimulado a seguir testando e melhorando seus resultados de conversão. O próximo passo será testar outras plataformas e formatos digitais.

Boa sorte! 🍀

PROJETOS DE VOLUNTARIADO EXITOSOS: COMO FAZER DIFERENTE PARA FAZER A DIFERENÇA



SILVIA MARIA
LOUZÃ
NACCACHE

Será que é tão complicado ter um programa de sucesso? Como trazer novas estratégias para fazer a diferença? O programa de voluntariado que faz a diferença para quem executa e para quem recebe a ação precisa ser customizado, divertido, colaborativo, relevante, realizador, inovador e ainda global



1 CUSTOMIZADO

É necessário individualizar os programas, inclusive as ações voluntárias. Personalizar de acordo com a faixa etária interessada e o perfil do voluntário. Os projetos de voluntariado exitosos são personalizados, pois as pessoas são diferentes. Atualmente, a cada dez anos temos uma nova geração com características bem diversas. Sendo assim, o programa de voluntariado deve valorizar o melhor de cada geração, seja ela X, Y, Z, Millenium. E as outras que virão também devem estar no radar do gestor do programa. Não há como mudar as experiências de vida nem as expectativas que cada pessoa traz ao procurar uma organização para a ação de voluntariado, mas podemos criar um ambiente que seja acolhedor a todos, tirando de cada um o seu melhor. Segundo o jornalista Henrique Cabral, “muita gente já está cansada de ouvir falar em jovens inovadores e sobre suas diferenças com relação a pessoas de uma geração anterior. Ficamos pensando que, talvez, os jovens de agora sejam melhores que de outros tempos, que são mais rápidos e mais eficazes, e não atentamos para um fator muito simples que envolve todas essas gerações, as novas e as anteriores: o tempo”. Independentemente de qual seja a geração, cada um espera de seu voluntariado algo com o que realmente se identifique.

Silvia Maria Louzã Naccache é palestrante e consultora na área de Voluntariado, Terceiro Setor e Responsabilidade Social. É responsável pelos projetos e pelo conteúdo de Voluntariado e Voluntariado Empresarial da Rede Filantropia; coordenou por 14 anos o Centro de Voluntariado de São Paulo - CVSP. Articula parcerias com organizações da sociedade civil, governos, escolas, universidades e empresas. Organiza, ministra e facilita cursos, palestras, oficinas e eventos. É conselheira voluntária da Associação Vaga Lume e voluntária como Regional Voice Lead do Movimento Impact 2030. Membro organizador do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial. Graduada em Ciências Biomédicas pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.



2 DIVERTIDO

Programas de voluntariado precisam ser engajadores, lúdicos. Devem gerar prazer e alegria. Mas além de atrair talentos e energia, precisam reter voluntários. Uma das tendências atuais é a gamificação (ou *gamification*, em inglês) É isso mesmo, tudo está sendo “gamificado”, ou seja, é o uso de mecânicas e dinâmicas de jogos para engajar pessoas, resolver problemas e melhorar o aprendizado, motivando ações e comportamentos em ambientes no contexto de jogos. Rafaela Espindola da Edolls afirma que usar a estratégia dos jogos tem o principal objetivo de aumentar o engajamento e despertar a curiosidade dos usuários e, além dos desafios propostos nos jogos, na gamificação as recompensas também são itens cruciais para o sucesso. A gamificação é, basicamente, usar ideias e mecanismos de jogos para incentivar alguém a fazer algo. Por que não praticar isso no voluntariado?



3 COLABORATIVO

A conexão em equipe gera ideias e transformação. Fazer junto é fertilizador. Quando todos trabalham em conjunto por um objetivo comum, os resultados alcançados são melhores. Mas, para que isso aconteça, é preciso equilibrar disciplina com flexibilidade, cultivar a ética, encontrar um propósito comum, criar uma estrutura e ferramentas de colaboração e compartilhamento.



4 RELEVANTE

O dinheiro não é a única maneira de se comprovar que algo foi realizado e deu resultado. No voluntariado, apesar de não haver remuneração, existe relevância tanto para quem recebe a ação como para quem pratica. Para bons resultados é preciso que haja sentido na prática da ação voluntária: para que e por que vou me engajar nessa prática? Fundamental lembrar que atualmente existem pessoas que buscam participar, mas que precisam realmente ter um conhecimento claro de seus indicadores de êxito e resultados. É preciso avaliar o resultado e comunicar de forma clara e objetiva para fazer sentido.



5 REALIZADOR

O que dá sentido ao voluntariado é o momento “mão na massa”. O voluntário traz a sua atitude e a organização tem de criar oportunidades significativas. Realizar com alegria.



6 INOVADOR

A tecnologia não é a única forma de inovar no programa de voluntariado, mas é impossível não pensar nela como ferramenta estratégica para a gestão de voluntários e para ações diversas, lembrando que hoje 94% dos jovens têm celular.



7 GLOBAL

Em um momento em que as Nações Unidas apresentam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o planeta, pensar em atuar como voluntário para contribuir com esses desafios e alcançá-los até 2030 tem sido um incentivador. Alinhar as ações voluntárias a temas como os ODSs, direitos humanos, inclusão, diversidade, meio ambiente e clima é engajador, realizador e inovador. Assim, o é possível agir localmente para a promoção de um mundo melhor.



VOLUNTARIADO EMPRESARIAL COMO UM INDUTOR DE **INTEGRIDADE**



FÁBIO
RISÉRIO

A forma mais comum de disseminar o tema da integridade nas organizações é o conjunto de métodos e disciplinas utilizados para fazer cumprir regras externas (leis, normas) e diretrizes internas (procedimentos, regimento, política interna, regulamentos) de uma organização, conhecido como procedimentos de compliance.

Fábio Risério é Relações Públicas pela UNESP, pós-graduado em Comunicação Empresarial pela ECA/USP e em Sustentabilidade e Inteligência de Mercado pela FIA/USP. É sócio-fundador da Além das Palavras: Negócios Éticos e Sustentáveis, consultoria especializada no engajamento em temas de integridade e sustentabilidade nas organizações. Atua na área de investimento social, responsabilidade social e voluntariado há 18 anos, com passagens em organizações como o Instituto Parceiros da Vida, Visanet, Instituto Ethos e Grupo Promon. Coordenou por dez anos o Programa de Voluntariado Promon, sendo responsável pela articulação de parcerias com organizações da sociedade civil, governos, escolas, universidades e empresas.

Essa estratégia é indispensável para criar um ambiente em que o comportamento correto é incentivado e o comportamento inadequado punido, servindo de balizadores de conduta para os públicos de relacionamento da organização.

Porém, para garantir uma conduta ética numa organização, é preciso ir muito além dos procedimentos de compliance. Eles não são fins em si mesmos, mas meios para a construção de algo muito maior e mais efetivo: uma cultura de integridade que leve cada pessoa a refletir sobre a ética contida em cada escolha cotidiana, em qualquer dimensão da vida.

Cada vez mais as organizações enfrentam desafios de integridade em seus negócios nos quais o simples estabelecimento de procedimentos se mostra pouco eficaz. Nenhum conteúdo de código de conduta é capaz de transformar a forma de gerir negócios de uma organização ou de criar, sozinho, uma cultura pautada em valores éticos.

Na maioria das vezes as organizações são incapazes de alcançar soluções efetivas sobre suas questões éticas, porque são incapazes de escutar. A escuta requer abertura. Os padrões de escuta, no tratamento de problemas éticos nas organizações, são táticos, e não relacionais. Ouve-se o que se deseja ouvir. Selecionam-se as visões dos outros, deixando passar apenas aquilo que se pode usar para formar o próprio ponto de vista.

Diante dessa realidade, observa-se nas organizações uma sensação cada vez maior de impotência e uma confiança crescente no uso do controle. O primeiro aspecto reflete a consciência de que os desafios da ética nas organizações estão cada vez mais complexos e difíceis de lidar. O segundo reflete uma resposta desesperada a essa consciência.

Mas onde emerge o papel do voluntariado empresarial como um indutor de integridade nas organizações nesse contexto?

Poucos espaços são tão ricos para essa abertura necessária para lidar com questões éticas nas organizações como são os programas de voluntariado. São espaços de aprendizados significativos no campo da valorização e promoção da conduta ética das pessoas que participam de suas atividades. Eles sobrevivem, desenvolvem e têm resultados apenas quando apresentam essa postura em torno da qual as pessoas encontram espaço para se expressar, dialogar e construir conjuntamente soluções para os desafios que enfrentam.

Programas de voluntariado empresarial também são um convite da organização para compartilhar com as pessoas os seus valores éticos a fim de se articular para agir na realidade em que está inserida.

Nesse sentido, os programas de voluntariado empresarial possuem pelo menos três oportunidades importantes como indutores da discussão de temas de integridade nas organizações:



Na própria essência do voluntariado está a diversidade de visões, interesses, motivações e perspectivas, o que fortalece a necessidade de encontrar uma conduta representada pela forma de escutar, falar e agir bem definida;



O voluntariado promove encontros entre mundos diferentes, seja do ponto de vista social, econômico, cultural, religioso, político, entre outros, o que exige uma postura que valoriza o diálogo e não a força como meio de impor uma única conduta como a mais válida;



O voluntariado lida com realidades diversas e com a diversidade humana em que questões éticas surgiram naturalmente e, nesse momento, a discussão sobre qual caminho deve ser seguido pode representar um amadurecimento na busca de soluções de problemas de natureza ética dentro da organização.

O voluntariado empresarial representa um espaço aberto valioso para discutir temas relacionados à integridade nas organizações. E é cada vez maior o número de organizações que acredita que o progresso com relação aos graves problemas éticos vividos pela sociedade atualmente virá apenas com a abertura das mentes, corações e vontades das pessoas. 🌍

ESPECIAL



OSCs

E NEGÓCIOS DE IMPACTO: APROXIMAÇÕES E DILEMAS



RODRIGO
ALVAREZ



FABIO
DEBONI

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

O chamado Setor da Sociedade Civil (ou 3º Setor) vem mudando, tentando acompanhar as rápidas transformações que vivemos. O que antes era restrito ao universo das organizações não-governamentais (ONGs), hoje conta com uma variedade bem maior de atores. Desde 2013, o *Center on Philanthropy and Civil Society*, de Stanford, passou a cunhar o termo *Social Economy* (Economia Social) ao campo do investimento de recursos privados em benefício público, ocupado por uma variedade mais rica e complexa de organizações – doadores, investidores, ONGs, negócios de impacto, cooperativas, fundações, empresas etc.

Nesse processo, novos termos foram sendo criados. Passamos a chamar as ONGs de organizações da sociedade civil (OSC). Saímos da negativa do que não somos/éramos para a afirmação de onde viemos/estamos, reafirmando certo caráter identitário, ainda que não seja uma realização plena na atualidade.

A partir desse campo e de toda a sua complexidade, potencialidades e dilemas, temos observado alguns movimentos no setor e apresentamos algumas percepções neste artigo, com o objetivo de contribuir para o debate.

Rodrigo Alvarez é Administrador de Empresas, com Especialização em Fundraising pela FGV/Indiana Fundraising School, formação em Processos de Desenvolvimento pelo PROFIDES/Instituto Fonte e em Pedagogia Social pela Associação Brasileira de Pedagogia Social de Base Antroposófica.

Fabio Deboni é Engenheiro Agrônomo e mestre em recursos florestais pela ESALQ/USP. É gerente-executivo do Instituto Sabin e membro do Conselho do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

MOVIMENTOS DO SETOR

São alguns movimentos que temos observado de uns tempos para cá:

1

Fronteiras menos óbvias

Aquele conceito clássico dos três setores – governo, empresas e Terceiro Setor – já não parece mais dar conta de explicar toda a complexa teia de relações entre as esferas pública e privada, entre indivíduos e instituições, entre empresa e sociedade, entre Estado e sociedade. Afinal, na atualidade, até onde vai o papel das empresas, dos governos, dos cidadãos e das organizações da sociedade civil? Difícil responder de forma resumida e simplista.

2

Coexistência entre o modelo tradicional e o novo

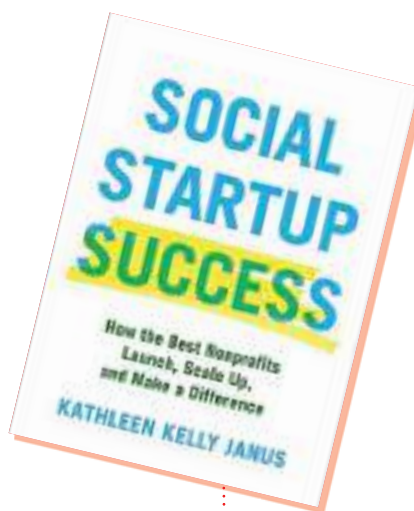
Vivemos tempos de coexistência de modelos de atuação – nos três setores. Governo aberto, inovação pública, *Pitch Gov* e inúmeras iniciativas de redesenho de políticas públicas têm mostrado que o próprio Estado vem procurando se reinventar, ainda que muitos o critiquem pela velocidade em que essas mudanças (ou projetos de) estejam ocorrendo.

O setor privado vem também procurando se reinventar de um lado, abrindo-se mais para iniciativas cidadãs, para diversas agendas contemporâneas complexas – dentre elas, diversidade, mudanças climáticas, anticorrupção, *compliance* etc., além de avançar em direção a modelos de negócio mais responsáveis (vide o movimento global emergente das Empresas B, por exemplo).

Ao mesmo tempo, o próprio setor privado vem sendo bastante questionado pelos consumidores e cidadãos a ser mais efetivamente engajado, a transpor ações de marketing social, *greenwashing* e *sharewashing* e a serem *players* mais transparentes e efetivos na geração de valor que podem/devem entregar à sociedade.

Já o terceiro setor também se depara com essas profundas transformações. Diversas OSCs percebem que é preciso repensar seu modelo de atuação. Algumas percebem a necessidade de reconstruir suas teorias de mudança, tentando redefinir o que de melhor e mais efetivo podem entregar para a sociedade em termos de impacto positivo, considerando os recursos

As organizações sociais são cada vez mais cobradas a serem mais efetivas, leves, inovadoras e menos burocráticas



disponíveis e suas limitações. As organizações sociais são cada vez mais cobradas a serem mais efetivas, leves, inovadoras e menos burocráticas.

O livro “Social Startup Success”, da professora de Stanford Kathleen Kelly Janus e lançado recentemente nos EUA, baseia-se em longa pesquisa sobre as organizações que estão conseguindo superar os desafios dos tempos modernos e identifica que essas organizações compartilham algumas características:

- Testam ideias e provam conceitos com poucos recursos (às vezes, com os recursos com que já contam) para, num segundo momento, mobilizar recursos mais volumosos;
- Medem impacto desde o início, muitas vezes utilizando métricas criativas;
- Experimentam novos modelos de financiamento, misturando modelos de negócios (vendas de produtos e serviços) com estratégias tradicionais de mobilização de recursos filantrópicos;
- Atuam de forma colaborativa com outras organizações, indivíduos, empresas e governo;
- Sabem contar boas histórias.

3

Qual o nosso “modelo de financiamento”?

Nossa OSC tem clareza de quanto custa por mês para além do custo de cada projeto, de onde provêm as fontes de recursos, quanto poderia ser diversificado em termos de receitas, o que poderia ser reduzido em termos de custos e despesas?

A questão fundamental aqui é a de refletir sobre qual o valor que a OSC gera à sociedade no tempo presente e qual o valor ela quer/pode continuar gerando num futuro próximo, o que representa a IDENTIDADE DA ORGANIZAÇÃO.

Ao mesmo tempo, refletir sobre quem são os públicos de interesse de nossa organização e como acontecem as trocas entre a organização e seus públicos de interesse. São trocas que podem ser monetizadas? Ou nossa atuação possui um público de interesse atendido e outro pagante?

Essa reflexão sobre IDENTIDADE e RELAÇÕES é fundamental e determinante para pensar o modelo de financiamento da organização – e se esse modelo terá um caráter mais de negócio ou mais filantrópico.

Nossa percepção é que o modelo de financiamento autêntico para uma organização deve ser aquele em que propósito, competências organizacionais e modelo de geração de receitas estejam alinhados.

Dessa forma, ela consegue também refletir sobre qual o melhor formato jurídico (ser ONG ou empresa, ou ter os dois formatos coexistindo), qual o melhor modelo de ‘negócio’, governança, gestão etc.

Muitas vezes, tendemos a seguir atuando no piloto automático em nossas organizações, lutando heroicamente para renovar parceiros e projetos, emplacar novos projetos em editais, manter atendimentos e intervenções, sem, antes, refletir se todas essas ações continuam nos levando na direção que nossa organização quer/deve estar.

4

Medir impacto

Será que a forma como nossa organização segue atuando é a mais eficaz e eficiente para gerar maior impacto?

Nossa organização está disposta a mensurar de alguma forma os impactos que ela supõe gerar? Se ainda não temos nenhuma sistemática de mensuração, precisamos avançar nessa direção.

Cada vez mais financiadores, investidores sociais e parceiros vão querer de nossas organizações duas coisas básicas: transparência e clareza no impacto gerado. Quando um apoiador

nos doa X reais, o que entregamos para ele/para a sociedade de volta? Mesmo que a gente não consiga ter uma megafórmula, um supersistema informatizado ou uma consultoria top para nos ajudar nisso, é necessário, ao menos, ter alguma medida do impacto socioambiental positivo que geramos.

5

Não se trata apenas de formato jurídico

Dúvidas sobre o formato jurídico mais adequado para nossa organização são muito comuns atualmente, mas elas podem ser cortinas de fumaça ao debate real que deveríamos fazer: “então nossa OSC precisa se tornar uma empresa, precisa virar um negócio”?

Vamos lembrar que o formato jurídico de uma organização é apenas um meio e não o fim em si mesmo. É apenas uma maneira de a organização alcançar da melhor forma possível sua missão, sua razão de existir. Se para isso é melhor ser uma associação, OK. Se for melhor ser empresa, OK. Se é melhor ter dois CNPJs (ser híbrido), OK.

O que não podemos concordar é que tenhamos que colocar o carro na frente dos bois ao resumirmos esse debate ao suposto ‘melhor’ formato jurídico para a organização. Antes de entrar nessa ‘onda’, procure referências de organizações que passaram/passam por essa situação – híbridas, OSCs que viraram empresas, empresas que viraram OSCs. Certamente a vida prática e o mundo real nos trarão excelentes aprendizados que serão muito úteis à realidade que nossa organização está passando.

Portanto, não vamos buscar soluções prontas, de prateleira, ou seguir o que a ‘moda’ está tentando nos ditar.

6. Interações múltiplas e não triviais

Como as fronteiras entre os setores estão cada vez mais borradas e menos óbvias, tendemos a sofrer interações (positivas e negativas) com diversos outros setores. Alguns mais óbvios, outros nem tanto.

Estamos preparados para reconstruir formas de nos relacionarmos com empresas, governos, cidadãos, universidades, coletivos, outras OSCs, fundações, startups, negócios de impacto, aceleradoras etc.?

Hoje, o rol de interações possíveis é muito mais intenso, diversificado e complexo e requer de nós maior capacidade para construir pontes e falar diferentes ‘línguas’ com esses ‘atores.’ Também requer uma clareza de quem somos de fato. É mais fácil nos deixarmos levar por modismos quando não temos uma clareza firme de nosso propósito, nossa essência, nossa história.

INSPIRAÇÕES DO MUNDO DAS STARTUPS

O boom de startups e negócios de impacto bem como de programas de incubação e aceleração tem trazido insights e aprendizados interessantes ao setor da sociedade civil organizada.

Sobre essa confluência entre esse campo e o da filantropia, ISP e organizações da sociedade civil, é preciso questionar alguns ‘mitos’ que pairam no ar e nas conversas de cafezinho:

“Institutos e fundações passarão a alocar menos recurso para a filantropia para alocar mais ao campo dos negócios de impacto”

Vamos problematizar essa narrativa.

Haverá menos recurso para OSCs? Supostamente os investidores sociais passam/passarão a preferir alocar recursos em iniciativas que tragam impacto social com retorno financeiro. Talvez esse seja um caminho real para algumas fundações e não para outras. Difícil cravar essa tendência como algo geral a todos os investidores sociais privados.

Parece-nos que uma questão fundamental nesse debate é esta: “Haverá menos recursos para que tipo de OSCs?”

O que está em jogo, na verdade, é que esse movimento de negócios de impacto deixa mais evidente o cenário atual de que os investidores sociais tendem (não todos, nem de forma unânime, nem ao mesmo tempo) a financiar cada vez menos organizações pouco transparentes, excessivamente burocráticas e pouco ágeis, que não consigam medir o impacto que geram, e que não consigam falar também a língua das empresas, de institutos e fundações.

Nem todos os institutos e fundações, por sua vez, trilharão esse caminho. O tema dos negócios de impacto é ainda recente no universo dos investidores sociais e há ‘muita água pra passar embaixo dessa ponte’. Merece destaque publicação recém lançada pelo Gife sobre o tema, a qual tenta sistematizar um panorama atual desse debate.

A pergunta que cabe aqui é: sendo um gestor de instituto, fundação ou OSC, é possível permanecer ileso e imune a esse movimento? É possível fazer de conta que “não temos nada a ver com isso”?

Achamos não apenas que a resposta clara é ‘não’ como seria um erro estratégico ausentar-se desse debate.

“Os negócios de impacto vieram para substituir as OSCs. Agora, as OSCs precisam virar um negócio.”

Esse tipo de narrativa tem, pelo menos, dois equívocos importantes.

O primeiro, reproduz debate dos anos 80-90 no Brasil de substituição do Estado pelas ONGs. Quem viveu essa época sabe muito bem que desaguamos nos tempos atuais na relevância da colaboração intersetorial e não na substituição de um setor pelo outro. Aliás, cada vez mais percebemos que o debate sobre o fortalecimento da esfera pública nunca se mostrou tão necessário e relevante.

Portanto, os negócios de impacto não vieram substituir as OSCs, mas causarão impactos nelas, como já se nota. As OSCs não ficarão inertes a esse fenômeno, como já vimos anteriormente. Isso não significa que todas elas precisarão ‘molhar os pés’ ou ‘mergulhar’ no tema, mas certamente não passarão inertes a esse fenômeno.

O segundo equívoco reside no fato de que as OSCs não têm que virar negócio, não precisam se tornar uma empresa, não têm que sair da natureza de ‘sem fins lucrativos’ para ‘com fins lucrativos’. Há dois movimentos embutidos nessa questão:

1. A de OSCs rediscutirem seus formatos jurídicos, podendo até se tornarem uma empresa (ou ter modelo híbrido). Mas, como já dissemos anteriormente, esse não é um caminho natural, automático e mandatório, sendo apenas uma opção que deve vir a reboque de uma reflexão organizacional anterior.
2. De que as OSCs precisam ter a mente mais aberta para manejar melhor a dimensão econômico-financeira. Isso não necessariamente implica em “vender-se” ao mercado, mas sim na capacidade de aprofundar melhor a compreensão dessa questão e de seus desdobramentos internos e externos, inclusive aprendendo a falar melhor essa ‘língua’.

LIÇÕES APRENDIDAS ATÉ O MOMENTO

O tema e suas confluências e desdobramentos ainda é novo e requer maior reflexão. Um estudo recente muito interessante chamado “Lições na Prática”, liderado pelo ICE, CEATS/USP e Ashoka, aprofundou essa reflexão com dezenas de OSCs e concluiu que há, ao menos, quatro caminhos possíveis que elas têm encontrado para lidar com essa questão:

- Prestação de Serviços
- Criação de unidades de negócio
- Criação de uma empresa
- Transformação do modelo de atuação

Em síntese, o estudo evidenciou que:

“A missão institucional deve ser (...) o centro dos esforços das organizações da sociedade civil. A incorporação de uma lógica de mercado deve ser vista como uma maneira de expandir a missão. Nesse sentido, a criação de um portfólio de produtos e serviços deve ser coerente e alinhada com o propósito da organização, tornando claro que o objetivo é a realização da missão” (Lições na Prática, 2017, pg. 9).

Portanto, fica claro que cada OSC deveria concentrar esforços no seu propósito, buscando os modelos jurídicos e formatos de atuação mais adequados e eficientes para potencializá-lo.

Infelizmente, nos diálogos que temos participado no campo, temos percebido que há entendimentos diversos e contraditórios sobre essa questão. Há uma certa narrativa no ar de que as ‘OSCs devem virar negócio’, o que não reflete em absoluto a realidade. É como se, nessa narrativa, os meios tivessem substituído os fins, e não o inverso.

ACELERAÇÃO DE OSCS

Igualmente inspirados em programas de incubação e aceleração de startups e negócios de impacto, começam a emergir programas similares para OSCs. Eles procuram adaptar ferramentas, linguagens, escopo, e também, por serem recentes, tentam encontrar um modelo adequado às diferentes realidades (de OSCs) com as quais têm se deparado.

Em geral, as diversas consultorias e organizações de suporte (apoio técnico, de gestão e avaliação) que atuam no terceiro setor já realizam iniciativas similares a esses programas. Portanto, em síntese, não temos grandes inovações nesse campo.

Talvez o ponto mais inovador seja justamente na adaptação de modelos de programas de capacitação para OSCs como um ‘produto de prateleira’ de ideação, incubação ou aceleração.

O quadro a seguir procura refletir sobre três ‘camadas’ possíveis e existentes de programas oferecidos à ‘aceleração’ de OSCs. De cima para baixo, o quadro sintetiza programas com foco em ideação para iniciativas ainda sem formalização (pessoas, lideranças comunitárias, empreendedores sociais, projetos sociais etc.), passando por OSCs já formalmente constituídas, mas num porte pequeno ou médio (incubação), e por OSCs formalmente constituídas com porte grande e que enfrentam desafios mais robustos de gestão, sustentabilidade e escala.

Perfil do Programa	Estágio das iniciativas	Características principais	Desafios
Ideação	Ideia / Projeto Social não institucionalizado Líderes comunitários, empreendedores sociais	Ideia de um projeto, coletivo ou intervenção socioambiental Projeto socioambiental em funcionamento, sem formalização e/ou com baixa institucionalidade	Institucionalização e formalização Equipe permanente, estrutura organizacional Alta dependência de voluntários Ausência de orçamento (apoios e doações pontuais)
Incubação	OSC já formalizada e em atividade, mas com desafios mais estruturais	OSC em funcionamento, com problemas estruturais – de gestão, jurídico, financeiro etc.	Melhorias de processo e fortalecimento da gestão, comunicação, governança, captação de recursos etc.
Aceleração	OSC já formalizada e em atividade, com desafios de escala	OSC em funcionamento e consolidada. Enfrenta desafios de escala	Melhorias de processo de gestão, tendo como panorama os desafios de escala e expansão.

A SEGUIR, CENAS DOS PRÓXIMOS CAPÍTULOS

Como vimos ao longo do texto, as reflexões aqui compartilhadas estão longe de se constituírem em respostas finais sobre o tema. As confluências e interconexões são inúmeras e as variáveis que interferem são bastante dinâmicas. Além disso, há um dinamismo grande nessa agenda, com iniciativas ainda recentes e passíveis de ajustes, validações e experimentações diversas.

A mensagem que fica até aqui é de que, a nosso ver, o campo da inovação social poderia ser percebido como sendo a melhor confluência de conexão e diálogo entre o campo do terceiro setor (*lato sensu*) e o campo emergente das finanças sociais e negócios de impacto (o qual, em síntese, busca implementar inovações sociais com ênfase em soluções de mercado). Entre esses dois campos, a nosso ver mais complementares do que divergentes, é possível construir diversas pontes e diálogos frutíferos. 🌱

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

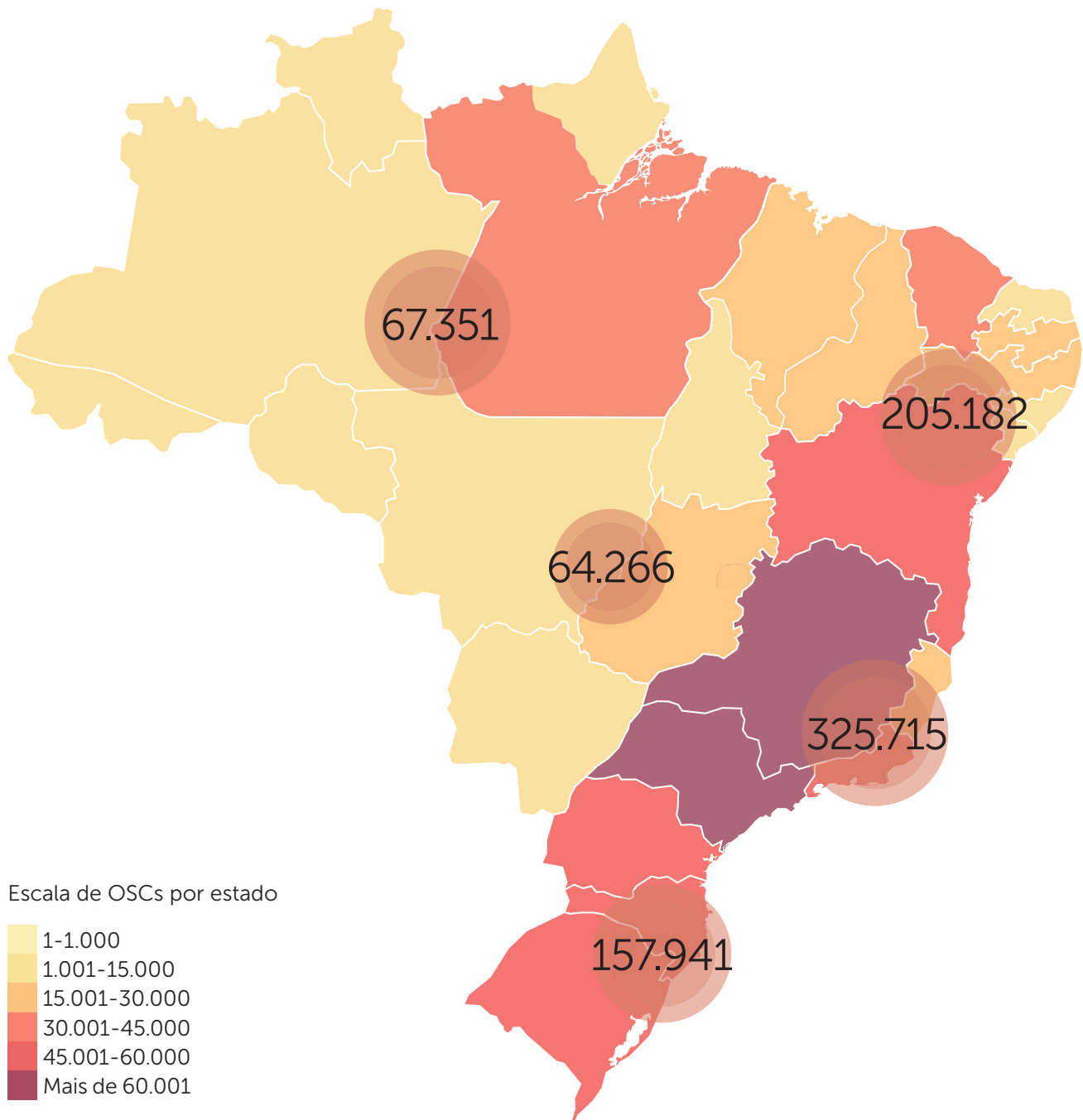
Levantamento realizado pelo Ipea traz dados sobre as principais características das OSCs brasileiras

POR PAULA CRAVEIRO

Desde 2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) faz uma série de estudos e pesquisas acerca do funcionamento das estruturas do Estado brasileiro e como estas se relacionam com as organizações da sociedade civil. Esse levantamento vem contribuindo para a ampliação da base de conhecimento existente sobre as instituições participativas federais, as conexões entre burocracias e grupos

de interesse, e o papel e a relevância das OSCs na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas.

Em 2016, o Ipea lançou o *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*, uma ferramenta que encontra, por georreferenciamento, organizações em todo o território nacional, e que vem sendo constantemente aprimorada, dispondo de funcionalidades que também ajudam a captar recursos por meio de editais e chamadas públicas ou privadas.



No segundo trimestre de 2018, o Instituto lançou a publicação *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* – resultado do trabalho conjunto entre a equipe responsável pelo *Mapa das OSCs* e um grupo de pesquisadores e especialistas no tema de universidades públicas, institutos de pesquisa e OSCs articuladoras –, que conta com dados e análises que apresentam um retrato inédito sobre as mais de 820 mil OSCs com Cadastros Nacionais de Empresas Jurídicas (CNPJ) ativos no Brasil, com informações detalhadas

da mão de obra ocupada referentes a um universo menor, composto por 525 mil OSCs.

Segundo Felix Garcia Lopez Júnior, organizador do *Perfil das Organizações*, “este ‘retrato’ é de grande importância, uma vez que o perfil e a diversidade das OSCs fornecem subsídios para que o gestor público formule políticas públicas mais qualificadas e efetivas em parceria com as organizações, além de entregar ao pesquisador um conjunto de dados para formular novas questões sobre o tema,

e possibilitar às OSCs e à sociedade conhecerem melhor esse universo”.

Lopez Júnior explica que, para que haja um debate público de qualidade, são requeridos dados consistentes “para apoiar narrativas mais realistas sobre os papéis das OSCs no país, que suplantem imagens difundidas em análises parciais ou preconceitos pouco fundamentados. O *Perfil das OSCs no Brasil* é um esforço nesse sentido. O ambiente legal do país também demanda mais informações sobre as organizações”.

A publicação contou com duas fontes principais para estimar o número total de OSCs: o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), da Secretaria da Receita Federal (SRF), com dados referentes ao ano de 2016, e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com informações de 2010 a 2015.

OSCS PELO BRASIL

De acordo com o levantamento realizado em 2016, existem cerca de 820 mil OSCs com CNPJ ativo no Brasil. Os dados apresentados na publicação retratam um setor amplo, que se expandiu nos últimos anos – apesar da contração ocorrida em 2014 –, com relevância econômica no mercado de trabalho e em ações de interesse público.

Sua distribuição geográfica acompanha, de modo geral, a disposição da população. A região Sudeste é a que concentra o maior número de organizações da sociedade civil (40%), seguida pelo Nordeste (25%), pelo Sul (19%), pelo Centro-Oeste (8%) e pelo Norte (8%). Vale registrar que todos os 5.570 municípios do país possuem pelo menos uma OSC. Quanto à sua localização nas cidades, não há concentração nas capitais, que abrigam 24% da população brasileira e 22,5% das OSCs.

De acordo com o relatório, a região Sul apresenta índice superior de OSCs em comparação ao percentual da população nacional ali residente (19% e 14%, respectivamente). Somente essa região apresenta estados com densidade populacional superior à média nacional.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A publicação do Ipea identificou oito grandes áreas de atuação das organizações brasileiras, que se dividem nas seguintes finalidades: saúde, educação e pesquisa, cultura e recreação, assistência social, religião, associações patronais e profissionais, defesa de direitos e interesses e outras atividades associativas.

As principais finalidades identificadas no levantamento foram “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses” e “religião”, o que representa seis em cada dez organizações atualmente em

Todos os municípios do país (5.570) possuem pelo menos uma OSC

atividade. As 339.104 organizações ligadas à defesa de direitos e interesses representam 41,3% do total de OSCs e estão distribuídas da seguinte forma: 108.337 no Nordeste, 104.526 no Sudeste, 71.424 no Sul, 31.950 no Norte e 22.867 no Centro-Oeste. As 208.325 OSCs com finalidades religiosas, por sua vez, compõem 25,4% do total e 112.713 estão localizadas na região Sudeste, 35.025 no Nordeste, 27.677 na região Sul, 19.353 no Centro-Oeste e 13.557 no Norte.

Em relação à porcentagem de “organizações de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses”, a região Sudeste – onde estão mais de quatro em cada dez OSCs – apresenta menor número de organizações, quase dez pontos percentuais inferiores à média nacional, e o Nordeste apresenta a maior concentração dessas organizações entre as regiões (53%).

NATUREZA JURÍDICA

No universo de 820 mil OSCs, 709 mil (86%) são associações privadas, 99 mil (12%) são organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações. Uma parcela residual equivalente a 0,1% figura como organização social.

A distribuição entre naturezas jurídicas não difere da disposição das OSCs no território nacional, exceto por uma concentração pouco maior de fundações (43%) e pouco menor de associações (38%) na região Sudeste, comparado ao total de OSCs, que é de 40%.

As fundações privadas estão, em sua maioria, concentradas nas finalidades “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses” (23%) e “religião” (18%). O *Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil* destaca, ainda, que as proporções das OSCs nas finalidades “educação” (17%), “assistência social” (9%) e “saúde” (6%) são superiores à proporção delas entre as associações, respectivamente 5%, 4% e 0,8%.

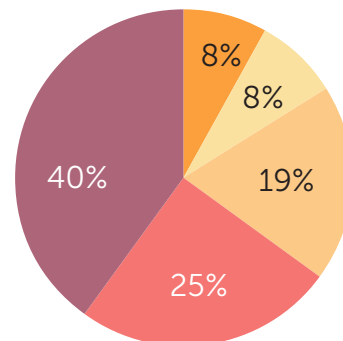
MERCADO FORMAL DE TRABALHO

Em dezembro de 2015, de acordo com dados do MTE, havia aproximadamente 3 milhões de pessoas com vínculos

Número e percentual de OSCs por região – Brasil, 2016

Região	OSC por região (%)	Total OSCs	População	OSCs por mil habitantes
Norte	8	67.370	17.707.783	3,8
Nordeste	25	205.300	56.915.936	3,6
Sudeste	40	325.376	86.356.952	3,8
Sul	19	157.898	29.439.699	5,4
Centro-Oeste	8	64.242	15.660.988	4,1
Brasil	100	820.186	206.081.432	4,0

Distribuição geográfica das OSCs brasileiras



Finalidade das OSCs



Número de OSCs, por regiões, segundo a finalidade principal de atuação – Brasil (2016)

Finalidade das OSCs	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	339.104	31.950	108.337	104.526	71.424	22.867
Religião	208.325	13.557	35.025	112.713	27.677	19.353
Cultura e recreação	79.917	4.999	14.308	31.901	23.394	5.315
Outras atividades associativas	77.550	7.742	19.076	28.849	16.036	5.847
Educação e pesquisa	39.669	3.536	11.716	15.497	5.206	3.714
Assistência social	27.383	1.132	5.684	13.523	4.915	2.129
Associações patronais e profissionais	22.261	2.030	4.743	8.749	4.474	2.265
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2.106	5.222	6.194	3.360	2.254
Saúde	6.841	318	1.189	3.424	1.412	498
Total	820.186	67.370	205.300	325.376	157.898	64.242

Total de OSCs, por ano (2010-2015)

Ano	Número de OSCs	Crescimento (%)
2010	514.027	-
2011	534.728	4,0
2012	539.792	1,0
2013	546.453	1,2
2014	509.608	-6,7
2015	525.591	3,1

empregatícios formais em OSCs, o equivalente a 3% da população ocupada do país e 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada. O *Perfil das Organizações* também identificou que 83% das OSCs não apresentam vínculos formais de emprego, enquanto outras 7% têm até dois vínculos de trabalho, o que totaliza 90% de organizações da sociedade civil que possuem até dois vínculos. As organizações com maior porte atuam nas áreas de saúde, assistência social e educação. Em saúde, 44% delas possuem mais de dez vínculos; o número de vínculos médios chega a mais de 400 entre hospitais do país, e a média da finalidade saúde (266) é bastante superior às demais finalidades. Já em educação, a média nacional é de 95 vínculos, e a subfinalidade “educação e pesquisa”, 215 vínculos.

Em relação à localização geográfica, a região Sudeste abriga cerca de 60% das pessoas ocupadas formalmente em OSCs, bem como mais de 50% das organizações com vínculos de emprego. A publicação destaca ainda que o Estado de São Paulo possui quase um terço das OSCs com vínculos de trabalho e mais de 35% das pessoas empregadas nas organizações.

Apesar de as organizações de saúde e educação representarem menos de 10% do universo de OSCs (3% e 7%, respectivamente),

Em dezembro de 2015, 3 milhões de pessoas contavam com vínculos empregatícios formais em OSCs, o equivalente a 3% da população ocupada e 9% do total de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada

elas são as que mais empregam, respondendo, em 2015, por 40% do total de pessoas ocupadas.

Dentre a população empregada, as mulheres predominam, correspondendo a 65% do total, mesmo havendo grande variação na distribuição em estados e regiões. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, encontra-se a maior proporção de mulheres ocupadas; no Amazonas, a menor.

A distribuição por sexo varia de modo significativo entre as finalidades de atuação, o que revela a associação do sexo e do gênero feminino com tipos específicos de atividades, e, provavelmente, com as ocupações. Para todas as regiões, as mulheres são maioria nas áreas de “saúde” e “assistência social”.

Dentre as pessoas empregadas, 63% são brancas e 37% são negras. Há considerável variação entre os estados, seguindo

Natureza jurídica das OSCs (Total de 820 mil OSCs brasileiras)





“Este ‘retrato’ é de grande importância uma vez que o perfil e a diversidade das OSCs fornecem subsídios para que o gestor público formule políticas públicas mais qualificadas e efetivas em parceria com as organizações”

*Felix Garcia Lopez Júnior,
organizador do Perfil das Organizações*

parcialmente a distribuição da população brasileira. No Norte e no Nordeste, há predominância de negros: 75% e 70%, respectivamente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015 apontou que nas duas regiões o percentual de negros era 77% e 63%. Nas regiões Sul e Sudeste, há predominância de brancos empregados nas OSCs (89% e 59%, respectivamente). Em Santa Catarina, 94% dos ocupados são brancos, e na Bahia, 15%.

A contratação de pessoas com deficiência varia de modo significativo em OSCs de diferentes finalidades e entre grupos de uma mesma finalidade. O percentual de contratação encontra seu máximo no subgrupo “defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas”, e seu mínimo em “associações de produtores rurais”.

O relatório concluiu, ainda, que as OSCs com mais de cem vínculos estão aquém das exigências mínimas de contratação.

ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES

Com base no universo de 3 milhões de pessoas ocupadas em OSCs, de 2015, o estudo do Ipea identificou que 66% desses profissionais não tinham nível superior completo; 13% possuíam o nível fundamental e 49% detinham o nível médio completo. A variação não é grande entre regiões ou Unidades Federativas (UF); o segmento sem nível superior completo varia entre 60% e 70%.

Escolaridade dos vínculos – Brasil (2015)

Faixas de escolaridade	N	%
Até fundamental completo	409.812	13,0
Até médio completo	1.540.684	48,8
Superior incompleto	142.883	4,5
Superior completo	1.064.936	33,7
Total	3.158.315	100,0

As mulheres predominam entre as pessoas empregadas em OSCs: representam 65% e recebem em torno de 85% do salário dos homens.

Entretanto, os níveis de escolaridade variam significativamente entre as finalidades de atuação das OSCs. As mais díspares encontram-se entre as organizações de finalidade “educação e pesquisa”, em que a escolaridade superior corresponde a 67%, e “esportes e recreação”, em que o nível superior completo corresponde a 15% dos vínculos de trabalho.

Entre 2010 e 2017, a União transferiu R\$ 75 bilhões para as OSCs. Saúde e educação receberam quase 50% deste total

REMUNERAÇÕES

A remuneração média dos trabalhadores assalariados em OSCs, com base em dados de 2015 e 2106, era de R\$ 2.869, o equivalente a 3,2 salários mínimos (SMs). O valor é maior nas organizações que atuam nos segmentos de saúde (3,8 SMs), associações patronais e profissionais (3,8 SMs) e educação e pesquisa (3,7 SMs) – com destaque para a finalidade “estudos e pesquisas” (5,9 SMs) –, e menor em organizações de assistência social (2,3 SMs) e “desenvolvimento e defesa de direitos” (2,4 SMs).

A remuneração média dos ocupados nas regiões Sul e Sudeste (R\$ 2.798 e R\$ 2.881, respectivamente) são superiores às demais. Rio de Janeiro e Distrito Federal são os estados em que as organizações da sociedade civil pagam a maior remuneração média (R\$ 3.396 e R\$ 3.300); no Amapá e no Acre, as menores (R\$ 1.842 e R\$ 1.880).

De modo geral, os salários médios reproduzem as desigualdades do mercado de trabalho brasileiro, principalmente as desigualdades na remuneração por raça e por gênero.

Para efeitos de comparação, o valor médio da remuneração mensal dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado brasileiro, à época, era de R\$ 1.960. Já no setor público municipal, o salário médio para pessoas com até oito anos de escolaridade era de R\$ 2.130; para servidores com nove a 12 anos de escolaridade, era de R\$ 2.302; e para aqueles com mais de 12 anos de escolaridade, R\$ 3.035. A remuneração dos servidores públicos estaduais era, para as mesmas faixas de escolaridade, respectivamente R\$ 2.400, R\$ 2.697 e R\$ 3.481,40. No nível federal, a remuneração era R\$ 2.745, R\$ 3.057 e R\$ 4.043.

Embora moderada, a remuneração em OSCs reflete a desigualdade existente no mercado de trabalho brasileiro: homens recebem salários superiores. Em média, as mulheres recebem 95% do salário dos homens, mas há grandes variações. Em associações profissionais, o salário das mulheres equivale a 67% do salário dos homens; nas organizações de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses os salários são praticamente os mesmos; e nas organizações de cultura e arte, o salário das mulheres é quatro pontos percentuais (p.p.) superior ao dos homens.

No tocante à questão racial, a remuneração é desigual em quase todas as áreas. Pessoas ocupadas de cor branca recebem salário médio mensal de R\$ 2.043, enquanto negros, de R\$ 1.750, ou seja, 85% da remuneração dos brancos. As diferenças, uma vez mais, variam entre OSCs com finalidades de atuação distintas. Enquanto na finalidade assistência social não há diferenças, na finalidade saúde a remuneração dos negros é 76% da remuneração média mensal dos brancos.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS

Com base em dados do *Perfil das Organizações*, os recursos públicos destinados às OSCs são uma via para compreender melhor o espaço que as organizações ocupam no tocante às políticas públicas do país. Combinadas com análises mais detalhadas do orçamento, seria possível verificar se as OSCs desempenham ações em que complementam, suplementam ou substituem a burocracia pública.


Entre 2010 e 2017, foi transferido da União para as OSCs o montante de R\$ 75 bilhões. Saúde e educação receberam quase 50% desse total. A distribuição dos recursos federais por região é mais concentrada que a localização territorial das organizações. A região Sudeste é indicada como sede de 42% das OSCs, e recebeu 61% do total de recursos federais transferidos. Concentração ainda mais alta ocorreu no interior da região Centro-Oeste: as OSCs com sede no Distrito Federal receberam 83% de todos os recursos destinados à região, apesar de abrigar apenas 22% das organizações.

EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DAS OSCS

Entre os anos de 2010 e 2016, houve variação do número de organizações da sociedade civil. Pouco mais de 50% das OSCs ativas em 2016 foram criadas neste século, a partir de 2001. A taxa de criação das organizações ainda hoje em atividade indica que houve variação significativa entre as grandes regiões do país e entre as décadas. Essa variação abre espaço para a hipótese de que o associativismo é influenciado por aspectos contextuais relacionados ao território.

Na região Nordeste foram criadas 14% das OSCs ativas do país, de 1971 a 1980, e a mesma região foi responsável pela criação de 30% das organizações ativas de 1991 a 2000. No Sudeste, na década de 1970, foram criadas 52% das OSCs do país em atividade em 2016, percentual que se reduziu a 35% na década de 1990.

Em todas as regiões não passa de 5% o total de OSCs fundadas até 1970. A região Sudeste abriga 12% das organizações criadas nessa década; no Norte e no Nordeste, apenas 5% foram fundadas no mesmo período.

A análise é aproximativa, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que é uma base de informações com volume significativo de omissões. 

HÁ MAIS DE
25 ANOS
GARANTINDO

TRANSPARÊNCIA CREDIBILIDADE

ESPECIALIZADA EM AUDITORIA E CONTABILIDADE

PARA O
TERCEIRO
SETOR



📍 Alameda Ezequiel Dias | n° 427 | 2º andar | Centro | Belo Horizonte | MG | +55 31 3324.3800

📍 Rua Bela Cintra | n° 178 | Consolação | São Paulo | SP | +55 11 2743.0175

📱 🐦 mauditoria | valuenegocios 🌐 mauditoria.com.br | valuenegocios.com.br

R&A
AUDITORIA E CONSULTORIA

value



VISTO

PARA MISSIONÁRIOS
RELIGIOSOS NO BRASIL



MARCOS
BIASIOLI



EVANDRO LUIS
DESIDERIO
DA ROCHA

O exercício ministerial possui vasta expansão histórica, desde a época romana. Os primeiros registros de missionários no Brasil foram dos jesuítas, que faziam parte de uma ordem católica denominada “Companhia de Jesus”. Eles viviam em sistemas de privações e tinham de exercer as suas atividades religiosas pelo mundo, em locais bem distantes de onde estavam acostumados a viver.

Os jesuítas chegaram ao Brasil no meio do século 16 e tinham o objetivo de disseminar as doutrinas católicas entre os povos indígenas em todo o território colonial. Essa missão ocorria por meio de uma organização que acarretava trabalhos e religiosidade.

Uma de suas primeiras catequeses ocorreu com a inauguração de um colégio na cidade de Salvador (Bahia), onde fundaram a Província Brasileira da Companhia de Jesus. Pouco tempo depois, havia colégios espalhados por quase todo o território litorâneo.

Com a chegada da família real ao Brasil, mais precisamente em 1.808, houve o decreto da abertura dos portos brasileiros, dando a oportunidade de os comerciantes adentrarem em nosso território. O decreto concedia a chamada “liberdade de consciência”, que permitia que as pessoas praticassem a sua fé com alguma tolerância. A Constituição Imperial de 1824 reconhecia o catolicismo como religião do império, porém permitia os cultos de outras religiões de forma doméstica: *“Art. 5. A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma do exterior do Templo.”*

Assim, além de realizar missões, os missionários tinham o objetivo de levar a religião para determinados locais e, por isso, enfrentavam muitas dificuldades, já que a nossa Constituição passava longe de ser “cidadã” como a atual (1.988). Há indícios históricos de que os missionários ficaram mais de 150 anos sem poder atuar no Brasil, pois a legislação da época não os deixava realizar suas tarefas.

Nesse primeiro momento da história dos missionários religiosos, eles eram independentes quase que em sua totalidade, agiam de forma individual,

O Vaticano divulgou que a América do Sul apresenta um declínio contínuo de vocações, chegando a 17,4%

contavam com seus próprios recursos e, por consequência, tomavam suas próprias decisões. Por muitas vezes iniciavam a vida missionária somente após o sucesso profissional - geralmente quando já estavam aposentados.

Em um segundo momento, os missionários passaram a ter ajuda da Igreja, facilitando as atividades daqueles que ainda não tinham sucesso na carreira profissional, mas desejavam dedicar suas vidas para Cristo e suas missões. Era uma maneira de estruturar sua vontade com certo apoio dos religiosos, possibilitando, assim, o aumento substancial e o desenvolvimento da missão no país¹.

Muito embora haja pessoas imbuídas nessa atividade ao longo da história, é fato que, atualmente, a discrepância entre os missionários e os seguidores é extremamente relevante. Conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, existem no Brasil cerca de 169.404.488 religiosos, mais precisamente 123.280.172 católicos, 42.275.440 evangélicos e 3.848.876 espíritas², entre outros.

Não é difícil de imaginar quantos missionários religiosos são necessários para atender tamanha demanda. No entanto, ao invés de se aumentar o número de vocacionados, ele está reduzindo. O Vaticano divulgou³ que a América do Sul apresenta um declínio contínuo de vocações, chegando a 17,4%. Essa diminuição afeta todos os países do subcontinente de diversas maneiras, principalmente Peru, Colômbia e Brasil.

É fato que a realidade da Igreja Católica não é a mesma da Igreja Evangélica, pois, segundo o IBGE, enquanto o catolicismo perde 1% de seguidores ao ano, os evangélicos ganham 0,7% ao ano, levando a uma estimativa de que entre 10 a 15 anos, o Brasil poderá ter mais evangélicos do que católicos.

Marcos Biasioli sócio é Titular da M.Biasioli Advogados, administrador de empresas, pós-graduado em Direito Empresarial (The European University), contabilista, Conselheiro Empresarial (IBGC/SP), idealizador da Revista Filantropia, coidealizador da Primeira Comissão de Direito do Terceiro Setor no Brasil/OAB-SP e Coordenador Geral do Congresso Brasileiro do Terceiro Setor.

Evandro Luis Desiderio da Rocha é Advogado da M.Biasioli Advogados.

¹Acessado em: 27/07/2018. <https://pt.scribd.com/doc/19049061/HISTORIA-DAS-MISSOES-EM-TERRAS-BRASILEIRAS>

²Acessado em: 27/07/2018. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>

³Acessado em 30/07/18: Annuarium Statisticum Ecclesiae: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/anuario-pontificio-2018-annuarium-statisticum-ecclesiae.html>

As organizações religiosas podem viabilizar a admissão do missionário ao reconhecer a importância de seu trabalho pastoral e intermediar a documentação que obrigatoriamente tramitará por meio da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho

Muitas razões para esse descompasso têm sido objeto de estudos da Igreja Católica, porém a minoração dos postulantes para a missão religiosa, assomada ao tempo de preparação daqueles engajados na missão, que pode durar até oito anos, pode explicar parte do desequilíbrio. O referido *Annuario Statisticum Ecclesiae* publicado pelo Vaticano aponta: “As deficiências mais evidentes de sacerdotes estão localizadas na América do Sul (12,1% de sacerdotes e 27,9% de católicos), na África (10,9% de sacerdotes e 17,6% dos católicos) e na América Central Continental (5,3% de sacerdotes e 11,6% de católicos).”

Dessa forma, ao menos para os católicos, uma das ferramentas para manter viva a promoção da fé é importar missionários religiosos para dar continuidade às atividades pastorais, de modo que é forçoso estudar, então, os mecanismos franqueados pelo nosso ordenamento jurídico para o acesso e residência dos estrangeiros que possuem este múnus como propósito de vida.

Temos, assim, um verdadeiro condão legislativo protegendo a atividade em nosso território, a começar pela Lei 13.445/2017, que revogou a Lei 818/1949 e o Estatuto do Imigrante, Lei 6.815/1980.

A nova legislação prevê tanto a possibilidade de estada no país por meio de visto temporário, como de residência. Segundo o disposto nos artigos 14, inciso I, alínea “g”, e 30, inciso I, alínea “g” da legislação: “Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses: g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário; Art. 30. A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiro ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses: g) prática de atividade religiosa ou serviço voluntário;”.

Ato contínuo, o artigo 40 do Decreto da Lei 9.199/2017 que visa regulamentar a Lei do imigrante dispõe sobre as pessoas religiosas que gozam do direito de possuir o visto temporário, sendo elas: (i) ministro de confissão religiosa; (ii) membro de instituto de vida consagrada ou confessional; (iii) membro de ordem religiosa.

Como essas atividades podem se confundir em meio a tantas outras existentes no âmbito religioso, o Ministério da Justiça e das Relações Exteriores elaborou diversas resoluções que visam dinamizar e dar celeridade às devidas autorizações, fornecendo competência de autorização para cada órgão em específico, a depender da atividade.

No caso de estrangeiros religiosos que queiram atuar no Brasil, o interessado deve seguir a regra contida na Resolução Normativa nº 1, de 01 de dezembro de 2017, pois nela constam todas as documentações necessárias para a devida legalização e autorização de residência.

Por fim, a Resolução Normativa nº 14, de 12 de dezembro de 2017, regulamenta e disciplina a concessão de visto temporário e autorização de práticas religiosas no Brasil de forma clara à figura do missionário: “Art. 1º O visto temporário, nos termos do art. 40, caput, do Decreto nº 9.199, de 2017, para prática de atividades religiosas, poderá ser concedido ao ministro de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada, ou confessional, ou de ordem religiosa, que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa, sem vínculo empregatício no Brasil. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também àqueles que venham ao Brasil na condição de missionário”.

Nesse contexto, as organizações religiosas podem viabilizar a admissão do missionário ao reconhecer a importância de seu trabalho pastoral e intermediar a documentação que obrigatoriamente tramitará por meio da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho. Após comprovado o cumprimento dos requisitos legais, o visto será concedido.

É certo que em dias difíceis como os atuais, quando nem sempre encontramos um “ombro amigo”, os missionários são muito bem-vindos. Em especial os religiosos que renunciam a bens efêmeros para dedicar o amor ao próximo, longe de sua família de sangue e de seus costumes para viver em comunhão com Deus na assistência à humanidade. Ao liderar obras sociais que formam a maestria do Terceiro Setor, eles suprem de maneira incontestável as lacunas deixadas pelo Estado. 🌐



A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA LIBERDADE CONSTITUCIONAL

De acordo com o art. 1º da Lei nº 8.742/93, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.



SERGIO
ROBERTO
MONELLO

Pode-se ainda afirmar que a assistência social se constitui em política pública e da sociedade, que aplica esforços integrados para que a pessoa, por meio de sua inserção social, possa vir a exercer plenamente sua liberdade e sua cidadania. Para atingir esses objetivos, o Estado e a sociedade utilizam de recursos humanos, materiais, econômicos e financeiros.

Somente as pessoas com informações claras, precisas e objetivas da realidade social, com formação humana e educacional, podem fazer valer os seus direitos ao pleno exercício de sua liberdade e de sua cidadania

O objetivo maior e preferencial da assistência social serão sempre as pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou seja, as hipossuficientes, sem, entretanto, deixar de prestar atendimento a quem dela necessitar (art. 203 da Constituição Federal).

Os mínimos sociais estão elencados e descritos no art. 6º da Constituição Federal e se constituem em objetivos primordiais das ações de assistência social, sendo eles a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

É fundamental que sejam oferecidas para todas as pessoas, em especial para o pleno conhecimento da realidade social, informações quanto à assistência educacional, à assistência à saúde e às políticas públicas implementadas pelas autoridades governamentais. Somente as pessoas com informações claras, precisas e objetivas da realidade social, com formação humana e educacional, podem fazer valer os seus direitos ao pleno exercício de sua liberdade e de sua cidadania.

A educação sem dúvida é um direito social garantido constitucionalmente, caracterizando-se como expressão da liberdade, do exercício da cidadania e protegida pelo estado democrático de direito.

Entendo que seja essencial a educação religiosa, uma das expressões, tanto na escola pública como na escola privada, da liberdade das pessoas e coadjuvante dos pais na formação humana de seus filhos ao exercício reto da cidadania, em especial nos dias de hoje. O ensino religioso faz com que os educadores possam fazer despertar no coração humano a necessidade da solidariedade, da justiça social e a criação de uma comunidade social mais fraterna.

O art. 6º, devidamente articulado com outros artigos da Constituição Federal, assegura os mínimos sociais devidos a todos os cidadãos em respeito à sua dignidade humana. Entre os garantidos aos cidadãos está a educação, abrangendo um processo formativo que se desenvolve em primeiro lugar na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, na sociedade, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e, enfim, nas manifestações culturais.

A educação é um direito de todos, dever do estado e da família (art. 205 da CF), inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB).

Os estabelecimentos de ensino como instrumento de educação e do exercício da liberdade desempenham um

papel formador de consciência aos educandos sobre a realidade social. Nesse contexto, eles devem procurar dar condições para que seus alunos recebam uma formação humana e profissional sólida e solidária, despertando-os para a responsabilidade e para o compromisso social. É importante haver empenho na transformação da realidade, tendo como objetivo primordial eliminar a miséria, a ignorância e a exclusão social, a fim de proporcionar à população a prática da justiça, fazendo da educação o instrumento de efetiva inclusão social.

O Brasil é um país que ainda precisa desenvolver melhor a educação. É fundamental que haja investimentos governamentais e privados na área educacional, que deve ser reconhecida pela sociedade e pelo Estado como efetiva assistência social e promocional. Só assim haverá investimentos sociais e uma redução nas diferenças sociais.

Todas as etapas do ensino são importantes para a inclusão social. É preciso investir na área educacional, seja no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, no curso superior ou na pesquisa, mesmo tendo havido um certo crescimento na área nos últimos 50 anos, inclusive da participação da iniciativa privada

A educação é assistência social na medida em que pela formação profissional e cultural se procede à inclusão social das pessoas. As Faculdades, os Centros Universitários e as Universidades podem promover ações essenciais de assistência social.

O Brasil precisa de mais escolas públicas e privadas, para que a educação através do ensino e do processo educativo/formativo do povo brasileiro, seja efetivamente uma realidade caracterizadora do exercício de sua efetiva liberdade.

As Escolas Confessionais e Filantrópicas precisam também ser mais apoiadas pelo Estado. A educação deve ser aberta à coletividade para a formação de comunidades educacionais como compromisso social.

A educação deve ser um instrumento de libertação das pessoas das injustiças, da ignorância, das diferenças sociais, enfim, ser instrumento de redenção permanente da sociedade.

Pela educação deve-se formar o homem e a mulher do amanhã para que possam assumir a função política como vocação de educadores à promoção do bem comum. Não resta dúvida alguma que, por meio da educação, a pessoa se promoverá em sua individualidade a conquistar o pleno e efetivo exercício da liberdade e da cidadania. 🌀

DESDE 2005, OFICINAS ABERTAS NO
CANTO CIDADÃO.

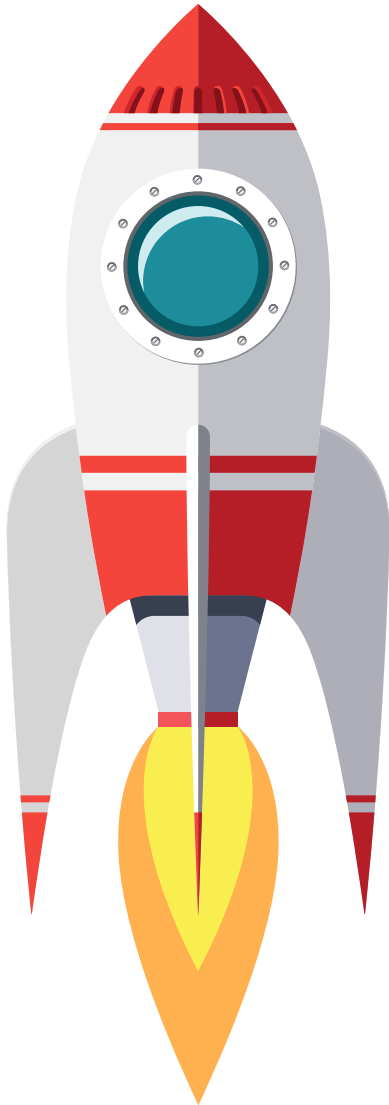
ABRA A
PORTA E
DEIXE O SEU
PALHAÇO
SAIR.

PROGRAMAÇÃO E DESCONTOS ESPECIAIS PELO:
INFO@CANTOCIDAAO.ORG.BR

CANTO CIDADÃO

WWW.CANTOCIDAAO.ORG.BR

• (11) 3667 0167



10 ASPECTOS IMPORTANTES

PARA CRIAR E MANTER UMA ASSOCIAÇÃO OU FUNDAÇÃO

Dar o primeiro passo para a criação de uma fundação ou associação exige uma série de cuidados e protocolos que devem ser seguidos rigorosamente. Mas será que todo mundo sabe por onde começar? A seguir, apresentaremos dez importantes passos que o auxiliarão nesse processo. Confira!

1

ENTENDER QUEM É QUEM

O primeiro passo é compreender o que é uma associação e uma fundação. Geralmente confundidas, a primeira organização, com base na Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), representa um grupo de pessoas com uma finalidade comum, que persegue a defesa de determinados interesses (que podem ser de ordem beneficente, científica, artística, desportiva, política, entre outros), sem ter o lucro como objetivo. Já fundação, segundo o artigo 62 da mesma lei, determina que seu instituidor deve fazer a dotação especial de bens livres, especificando a finalidade a que se destina e declarando a forma de administrá-la. São instituições formadas pela constituição de um patrimônio, que servirá para fins de interesse social em regra. Ou seja, o patrimônio é uma exigência no momento da constituição da fundação.

2

REQUISITOS PARA CRIAÇÃO

Após entender a diferença entre associação e fundação, é preciso “ficar de olho” nos requisitos necessários para se criar cada um desses tipos de organização. No caso das associações, são necessários, basicamente: constituição feita por pessoas; ter (ou não) patrimônio inicial; finalidade livremente definida pelos associados; a deliberação entre os associados é livre; e sua criação ocorre por meio de assembleia, com transcrição em ata e elaboração de estatuto.

Para as fundações, são os principais requisitos: constituição obrigatória por meio de patrimônio aprovado pelo Ministério Público; a criação deve ser por meio de escritura pública ou testamento; as regras de deliberação devem ser definidas pelo instituidor e fiscalizadas pelo Ministério Público; e todos os atos da criação são condicionados à aprovação do Ministério Público.

3 CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Regida por um estatuto social, a constituição de uma associação se dá pela manifestação da vontade de pelo menos duas pessoas, que visam se associar para determinado fim. Essa iniciativa deve seguir os pressupostos do artigo 104, do CC, que trata da validade do negócio jurídico, como ter mais de 18 anos de idade e não ter restrição legal ao exercício de seus direitos.

4 FORMALIZAÇÃO

Após o contrato, devem-se seguir alguns passos para oficializar a formação de uma associação: elaborar a proposta de estatuto; realizar Assembleia Geral com os associados para aprovação do estatuto; registrar o estatuto em cartório; realizar inscrição na Receita Federal para obtenção do CNPJ e na Prefeitura para obtenção da Inscrição Municipal. Também devem-se registrar os funcionários, se houver, junto à Delegacia Regional do Trabalho.

No caso de uma fundação, ela deve ser formada por um ou mais instituidores (pessoa física ou jurídica), que indicará um patrimônio para sua formação. Para constituí-la, vale observar os seguintes passos: efetuar escritura pública do bem em cartório; elaborar um estatuto com direitos e obrigações; e realizar lavratura da Escritura Pública em Registro de Imóveis competente. Depois, deve-se realizar inscrição na Receita Federal para obtenção do CNPJ, no INSS, na CEF para FGTS e na Prefeitura. Também é preciso registrar os funcionários, se houver, na Delegacia Regional do Trabalho.

5 ESTATUTO SOCIAL

Esse é o documento responsável pelo estabelecimento de direitos e deveres – composto por cláusulas contratuais que relacionam a associação ou a fundação aos seus instituidores, dirigentes e associados, atribuindo-lhes direitos e obrigações entre si – e pela definição de outros elementos das organizações e de seus membros.

Para que associações e fundações completem a existência formal perante a lei (personalidade jurídica), é necessário o registro de seu estatuto social e documentos de constituição no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas.

6 ADMINISTRAÇÃO

As associações geralmente são administradas por uma Assembleia Geral, responsável pela definição quanto à sua forma de atuação, um Conselho Administrativo ou Diretoria e um Conselho Fiscal. O Ministério Público faz um acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas entidades sociais. No caso das fundações, que têm como órgão principal o Conselho de Curadores, o controle é muito mais intenso, existindo até uma obrigação anual de remessa de relatórios contábeis e operacionais. Já para as associações, esse controle não é tão rígido.

O capital humano também é um fator de extrema importância para o sucesso de uma organização. Mas, mais do que contar com um grupo de voluntários e profissionais bem intencionados, é essencial que se invista em capacitação técnica

7 TÍTULOS E CERTIFICAÇÕES

Tanto as associações quanto as fundações podem pleitear junto aos órgãos públicos títulos e certificações, como: Título de Utilidade Pública Estadual e Título de Utilidade Pública Municipal; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas); Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social; qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como outros títulos que facilitam à pessoa jurídica pleitear reconhecimentos de imunidades, isenções tributárias e outros benefícios.

8 CAPACITAÇÃO

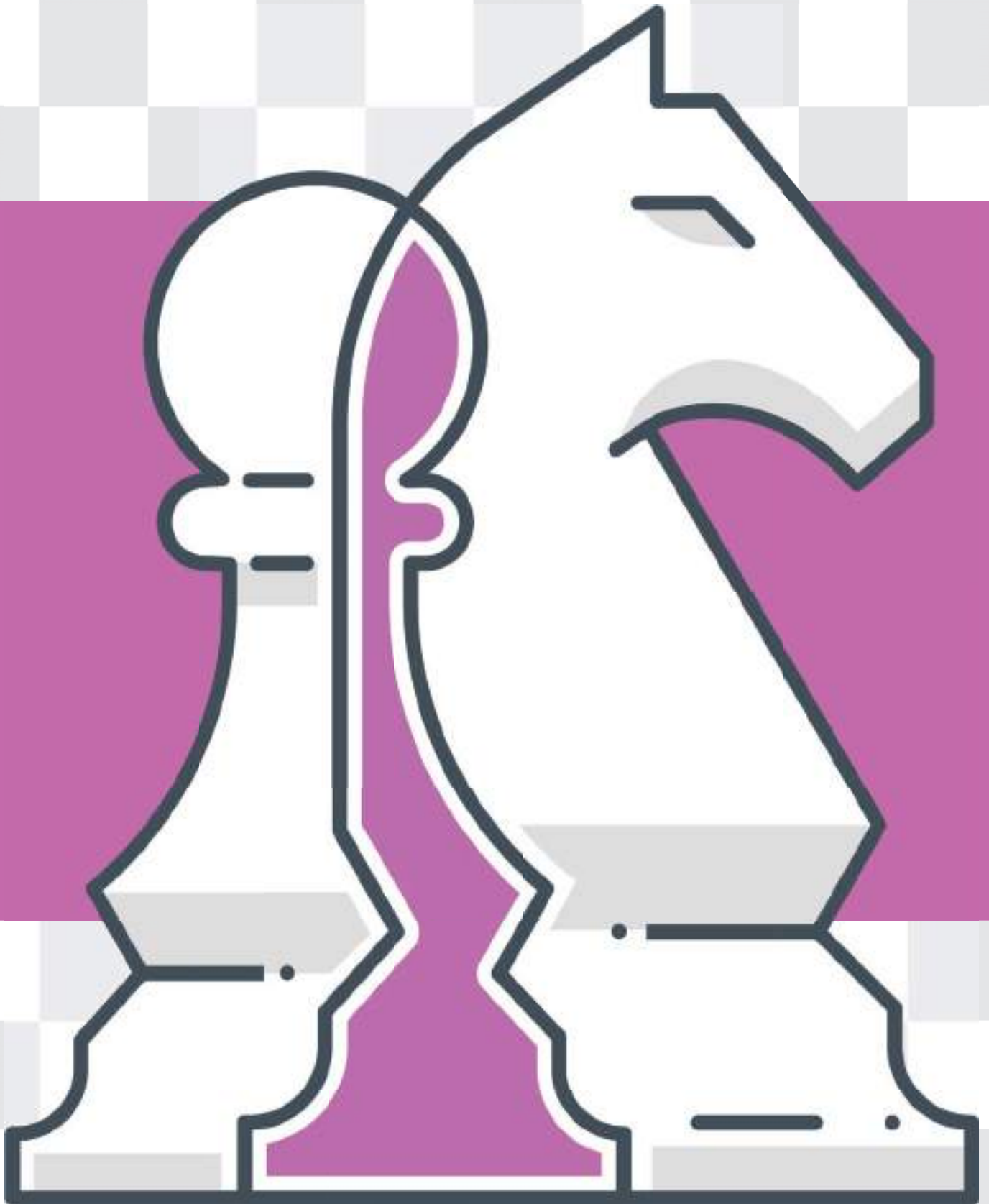
Para manter as associações e fundações em pleno funcionamento, não basta apenas seguir à risca o que a lei determina. O capital humano também é um fator de extrema importância para o sucesso de uma organização. Mas, mais do que contar com um grupo de voluntários e profissionais bem intencionados, é essencial que se invista em capacitação técnica. Quanto mais qualificada e bem preparada for a equipe, mais chance de sucesso e continuidade se tem. Cursos, palestras, workshops, entre outras atividades, devem ser sempre estimulados.

9 COMUNICAÇÃO

De nada adianta ter um “superprojeto” e uma equipe gabaritada se ninguém conhecer o trabalho realizado e a causa defendida pela associação ou fundação. Por isso, é importante desenvolver um bom trabalho de comunicação, tanto por meio de uma assessoria de imprensa – pensando em organizações com mais disponibilidade de recursos financeiros – quanto por meio de blogs, vlogs e redes sociais.

10 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Toda organização precisa de recursos para se manter – essa afirmação é mais do que óbvia, certo? Mas como conseguir esses recursos? Aqui, acabamos retomando um pouco dos tópicos apresentados anteriormente. Para conquistar a atenção de potenciais doadores, é preciso que a documentação da organização esteja em dia com as obrigações legais, que esteja munida por uma equipe bem preparada para enfrentar os desafios do dia a dia e que, também, conte com uma boa comunicação (não apenas na hora de divulgar a causa, mas também na hora de prestar contas). Sem isso, quem se arriscaria a investir? 🌀





FILANTROPIA ESTRATÉGICA NA ROTA DAS OSCS

POR LUCIANO GUIMARÃES

Com foco no desenvolvimento e na mudança efetiva da sociedade, a filantropia estratégica está presente no investimento baseado em metas inteligentes, modelos de avaliação robustos e utilização de dados consistentes para o planejamento visando o melhor uso dos recursos



Quando ouvimos a palavra “filantropia”, é possível que a primeira ideia que nos venha à mente seja um ato de caridade pura e simples, de ajudar ao próximo. De fato, etimologicamente, a palavra “filantropia” significa o “Amor à Humanidade”, e um

ato de amor à humanidade pode ser, sim, um ato de caridade. Porém, a Filantropia vai muito além disso – principalmente nos dias de hoje, quando o Terceiro Setor tem um papel crucial no desenvolvimento do país e na prestação de serviços a diversos públicos e causas. E é daí que vem o termo “filantropia estratégica” – pois as ações das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) promovem o fortalecimento concreto da sociedade. Cada vez mais, as organizações percebem a importância de uma atuação planejada, profissional e que gere impactos reais e mensuráveis.

É por isso também que as empresas passam a querer atrelar o nome a uma causa social considerada justa por seus administradores e adotada pelos colaboradores. A filantropia estratégica – ou de desenvolvimento – é um conceito de negócio cujo retorno não é financeiro diretamente, mas indireto, pela identificação e reconhecimento dos consumidores da marca e dos produtos, bem como de seus parceiros, com a causa social adotada.

As OSCs encontram nesta parceria uma importante fonte de financiamento e garantia de sustentabilidade. Ao mesmo tempo, aprendem a promover ações em busca de transparência e governança, e geralmente são acompanhadas de perto pela empresa financiadora, afinal a prestação de contas é fundamental para a continuidade do apoio.

A filantropia estratégica é uma forma de atuação das OSCs e empresas para o cumprimento da sua responsabilidade com a sociedade, contribuindo com as causas sociais em que acreditam. Ela considera o investimento baseado em metas inteligentes, modelos de avaliação robustos e utilização de dados consistentes na formulação do planejamento para o uso dos recursos obtidos, a fim de otimizar os resultados.

Em resumo, para dar certo, a expansão deste modelo no país passa, necessariamente, pela profissionalização das quase 3 milhões de pessoas com vínculo de emprego em uma das 820 mil organizações da sociedade civil, de acordo com estudo “Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil”, relativo a 2017, divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Deste total, são 709 mil (86%) associações civis sem fins lucrativos, 99 mil (12%) organizações religiosas e 12 mil (2%) fundações privadas.

Embora uma parcela considerável das OSCs esteja trilhando o caminho da profissionalização, ainda estamos bem longe do que é praticado atualmente em outras nações, com destaque para os Estados Unidos, Japão, Reino Unido e alguns países da Europa continental.

“A filantropia estratégica no Brasil é ainda muito precária. Na verdade, se formos analisar um conceito no contexto mundial, ela ainda deixa muito a desejar porque nós estamos engatinhando, precisamos melhorar muito. Nós temos ilhas de excelência, em alguns Estados, onde já existe uma cultura ou foi adquirida pelos empresários e por empresas nacionais ou estrangeiras, que buscam fazer isso de forma mais contundente”, argumenta o empresário e administrador Rilder Flávio de Paiva Campos, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e

O QUE VOCÊ ENTENDE POR FILANTROPIA?



“Atuar de forma positiva e propositiva por uma causa social, visando uma sociedade mais justa e com igual oportunidade para todos.”

Nicole Ferraz Hoedemaker, assessora jurídica da Associação Paulista de Fundações (APF) e conselheira titular do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo (Conseas-SP)



“É o uso de recursos privados para a produção de bem público, na busca por resultados por um mundo melhor. Seu significado é o amor à humanidade, a generosidade com o outro.”

José Marcelo Zacchi, secretário-geral do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) e membro do conselho de governança da Associação Casa Fluminense

ao Adolescente com Câncer (Coniacc) e da Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva.

Segundo ele, o Brasil como um todo ainda carece do desenvolvimento de uma cultura de maior proximidade entre empresas e OSCs, visto que esta é uma ferramenta muito forte de mercado que aproxima o consumidor da marca que está investindo em responsabilidade social.

“Como o Estado por si só não tem condições de atender tudo isso, e as organizações do Terceiro Setor têm um papel de protagonismo na resolução das demandas da sociedade, é necessário entender que o investimento social feito pelas empresas tem de ser um ato mais constante, contínuo e presente para minimizar os problemas da sociedade”, afirma o presidente da Coniacc, que reúne 55 instituições filiadas em todo o país.

Na visão do gestor, não dá para comparar a aplicação da filantropia estratégica no Brasil com o que se faz nos Estados Unidos e na Europa. “Eles estão mais avançados. Eles têm muitas pesquisas e estudos, muita experiência e vivência. Existe essa cultura, e os resultados se apresentam de forma mais contundente, mas temos avançado de certa forma. Os Estados Unidos são campeões nisso”, exemplifica.

Para mudar esta realidade, o país tem visto o crescente debate em torno da filantropia estratégica, vide o Fórum Interamericano de Filantropia Estratégico (FIFE), evento anual organizado pela Rede Filantropia, que neste ano foi realizado no Recife (PE), e em 2019 será no Rio de Janeiro, de 9 a 12 de abril.

Nos quatro dias são discutidos e há troca de conhecimento sobre legislação, contabilidade, comunicação, administração, voluntariado e assistência social, com especialistas de várias partes do mundo.

OLHAR ATENTO

Secretário-geral do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) e membro do conselho de governança da Associação Casa Fluminense, o advogado e mestre em administração pública José Marcelo Zacchi acredita que a filantropia estratégica demanda dos administradores das OSCs um olhar atento em busca de objetivos claros e transparentes a serem alcançados.

“É necessário fazer um diagnóstico apurado antes de pensar a estratégia por trás do projeto, baseando-se em dados claros para se chegar aos seus objetivos, padrões de prestação de contas (*accountability*) e alto rigor na avaliação dos projetos, de forma a gerar valor para a sociedade”, complementa.

Para o gestor do Gife, OSC que conta com 142 associados, entre institutos, fundações e empresas, é imprescindível que seja levada em consideração a atuação em rede, analisando as iniciativas de forma sistêmica, sempre articuladas com outros atores para criar tecido social, *framework*, laços e durabilidade nas ações realizadas.

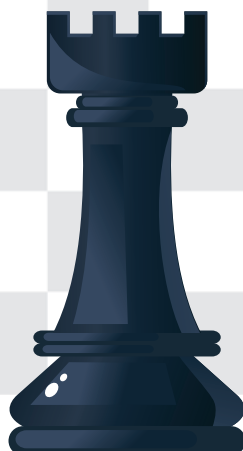
“A atuação em redes é importante para que as ações irradie e tenham perenidade. Assim, as organizações poderão desenvolver muito os seus processos de aprendizagem e profissionalização”, concorda a advogada Nicole Ferraz Hoedemaker, assessora jurídica da Associação Paulista de Fundações (APF) e conselheira titular do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo (Conseas-SP).

Para a operadora do direito, os marcos regulatórios, em especial o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, suscitaram a importância do aperfeiçoamento dos processos internos de monitoramento, prestação de contas, transparência e governança, propiciando ainda mais a formação de redes e parcerias das OSCs com os demais setores.



“É se preocupar com o outro, com o seu entorno. Estar antenado com o que está acontecendo, com as demandas, as necessidades da sociedade. Então, é se doar para resolver parte dos problemas da sociedade.”

Rilder Flávio de Paiva Campos, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (Coniacc) e da Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva



“É o ato de fazer o bem a terceiros, sem se preocupar em receber nada em troca. Do ponto de vista da sociedade civil, filantropia significa as pessoas entenderem que exercer a cidadania também inclui doar para promover o desenvolvimento da sociedade.”

João Paulo Vergueiro, diretor-executivo da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR)

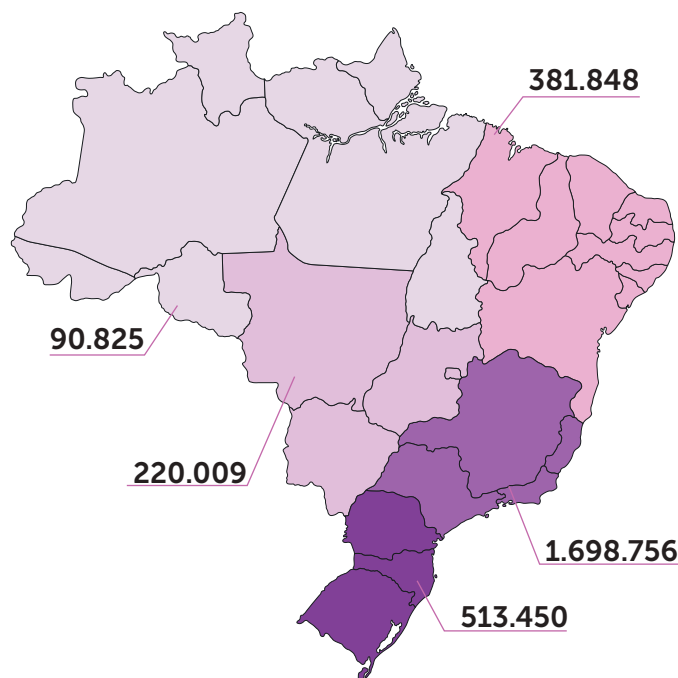
De acordo com ela, a APF, entidade civil sem finalidade econômica que busca integrar, associar, apoiar, representar e defender os interesses institucionais das fundações do estado de São Paulo, sempre que possível, atua em parceria com o Primeiro e o Segundo Setores, não como fonte de receita, mas como estratégia para atuação em favor do fortalecimento do Terceiro Setor.

“A filantropia estratégica, junto com a legislação que hoje se impõe ao Terceiro Setor, com destaque para a revogação da proibição de remuneração de dirigentes, tem exigido das OSCs o aperfeiçoamento dos processos de prestação de contas, demandando mais transparência e atuação com base nos conceitos da governança corporativa, o que, conseqüentemente, tem gerado uma maior profissionalização do setor”, comenta.

A gestora da APF acredita que as OSCs de grande porte - ou por área de atuação, ou por volume de financiamento - estão com sua gestão e processos de atuação muito desenvolvidos, mas as de pequeno e médio porte, especialmente na área da assistência social, ainda precisam percorrer um longo caminho, inclusive em relação a financiamento, para atingir um nível de profissionalização que permita a elas garantir uma prestação de contas clara, transparente e efetiva.

“Isto não significa que essas organizações não sejam e não atuem de forma correta e transparente, mas sim, que para serem visíveis aos demais setores, precisam promover a profissionalização e o desenvolvimento de processos de governança. Além disso, é importante avançarmos na uniformização e segurança jurídica da legislação que revoga a proibição de remuneração de dirigentes, pois sem esse esclarecimento, retardaremos ainda mais a evolução da profissionalização do quadro diretivo das organizações”, afirma Nicole.

NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NAS OSCS POR REGIÃO, BRASIL - 2015



FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2015).

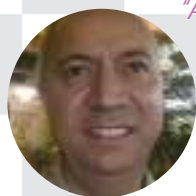
TIMIDEZ

Embora as OSCs encontrem grandes dificuldades para mudar essa realidade, a aplicação da filantropia estratégica por parte do Terceiro Setor brasileiro “ainda é tímida, mas muito importante tanto para a conexão com o empresariado quanto do ponto de vista da profissionalização do setor”, pondera o administrador



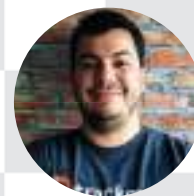
“Generosidade acima de tudo. Um profissional do Terceiro Setor que deseja o sucesso de sua organização deve ser generoso acima de tudo.”

Leonardo Dufloth, coordenador de captação de recursos do Instituto Ethos



“A filantropia é a vontade de servir ao próximo, e devidamente sincronizada com as boas práticas de gestão, certamente se torna um grande instrumento de transformação social.”

Reinaldo Cabral, presidente da Fundação Futuro Brasil



“Acredito que é o sentimento de poder mudar o mundo com o amor e a empatia, pensando na benfeitoria e em gerações que possam viver de forma pacífica, justa e sadia. A filantropia é simplesmente amar e desejar encontrar caminhos de demonstrar isso.”

Jonas Araujo, CEO da Trackmob

de empresas Leonardo Dufloth, coordenador de captação de recursos do Instituto Ethos, Oscip que reúne 460 associados e objetiva mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.

Segundo ele, o processo de profissionalização da organização e do setor de captação vem se dando ao longo de vários anos, primeiramente criando um plano estratégico envolvendo todas as áreas com orçamentos precisos e visualização de atividades a serem desenvolvidas.

Baseado em pesquisas internas de satisfação e mensuração de dados para desenvolver projetos que melhor

reflitam os investimentos a serem feitos e os benefícios concedidos, o Instituto Ethos tem colhido resultados muito positivos. Nos últimos quatro anos, por exemplo, aumentou sistematicamente as contribuições de novos associados em mais de 500%.

“Acreditamos ser muito importante que o investidor sintá-se seguro de que está apoiando uma causa de forma consistente, portanto a filantropia estratégica auxilia as organizações a operar de forma mais sólida financeiramente e com objetivos mais claros”, completa Dufloth.

COMO TUDO COMEÇOU NO BRASIL

As práticas da filantropia e da assistência social, no país, têm suas raízes no século 17 e estão ligadas à caridade, por meio de ações geralmente isoladas e voluntárias, geralmente promovidas por instituições religiosas. Mais adiante, com a chegada da República, em 1889, o Estado começou a investir em assistência social.

Um dos divisores de água da filantropia no Brasil foi a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, ambos durante o governo de Getúlio Vargas (1882-1954).

Enquanto o CNSS foi extinto pela Constituição Federal de 1988 para dar lugar ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a LBA foi extinta em 1º de janeiro de 1995.

A Constituição foi outro marco na questão das isenções tributárias, além da criação, em 1993, do Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos.

Regulamentadas pela Lei nº 9.790/1999, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) têm feito a diferença na sociedade, principalmente pela

amplitude de seu alcance. Mais recentemente, em 2013, a Lei nº 12.868 trouxe mudanças importantes para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

No exterior, a questão da filantropia é um assunto tão sério que, em países como Estados Unidos e Reino Unido, fazer caridade é algo cultural, fazendo parte da identidade das respectivas sociedades. Segundo levantamento da Giving USA, são doados em torno de R\$ 300 bilhões anualmente.

É muito comum que tradicionais famílias e empresários bem-sucedidos, como Bill e Melinda Gates, Warren Buffett, Michel Dell, Ted Turner, Mark Zuckerberg, Paul Allen e George Soros doem bilhões de dólares a instituições de caridade, ou mesmo para as universidades em que estudaram.

Muitos preferem criar fundações e reverter a maior parte de suas fortunas para a defesa de causas planetárias, como o combate à fome, a defesa dos direitos humanos, pesquisa e combate a doenças e a busca de soluções por acesso à água, educação e habitação.



“Indica um ato heroico de ajudar o próximo, sem esperar recompensa, por meio de várias atitudes altruístas, justas e solidárias.”

Ir. Luiza Cordeiro de Melo Silva, diretora-secretária do Centro Social Dom João Costa



“Filantropia é busca! É a busca esperançosa por soluções para os problemas do mundo, pelo viés altruísta.”

Shidhartha Fonseca Rosa, CEO e fundador da BHBit



“A Filantropia envolve esforços para a promoção do fortalecimento concreto da sociedade. A filantropia estratégica está ligada à atuação profissional das OSCs, de forma planejada, organizada e eficiente, para gerar mudança efetiva e impacto social.”

Rede Filantropia

DISTRIBUIÇÃO DE OSCS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR TIPO DE SERVIÇO PRESTADO, BRASIL – 2016

Serviços	Número de OSCs
Serviços de Proteção Social Básica	10.529
Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	3.780
Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos	15.096
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	3.622
Outras Ofertas	6.269
Benefícios Eventuais	2.360

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2016), SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (2016).

TECNOLOGIA AUMENTA CREDIBILIDADE E ESTIMULA DOAÇÕES

Embora praticamente todas as organizações da sociedade civil (OSC) adotem algum tipo de tecnologia – principalmente o e-mail, para divulgar suas ações, angariar apoio e captar recursos –, o uso cada vez maior dela tem sido crucial para a realização de trabalhos que buscam mais resultados atualmente.

A tecnologia da informação fornece meios efetivos de comunicação, gestão e análise, impactando diretamente nos resultados dos projetos de uma OSC. Com o uso de determinadas ferramentas, as organizações conseguem amplificar o profissionalismo no trabalho, com maior transparência para fornecer uma melhor experiência aos doadores.

“Porém, as organizações muitas vezes não possuem as condições necessárias para a utilização de uma solução, e é nesse momento que a filantropia estratégica se mostra decisiva para auxiliar as OSCs”, pondera o empresário Jonas Araujo, CEO da Trackmob, que trabalha com soluções tecnológicas de gestão de doadores e doações, voltadas exclusivamente para o Terceiro Setor.

Segundo ele, as OSCs brasileiras já perceberam que essas ferramentas são transformadoras e podem gerar resultados bastante positivos. Isso é um ponto muito bom, pois gera a tendência de crescimento e mudanças na cultura de doação do país.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Para o fundador e CEO da BHBit, Shidhartha Fonseca Rosa, em contrapartida, com o advento da filantropia estratégica, muitas organizações sociais estão se adaptando a esta nova realidade.

“Afim, a filantropia não se traduz em um envolvimento imediato e pontual, que busque satisfazer uma necessidade ou carência de curto prazo, mas, sim, na busca por transformação social. Fazer caridade não é o mesmo que fazer filantropia”, entende.

Segundo ele, no curtíssimo prazo e com baixo investimento, os sistemas de informação permitem às instituições se organizarem para exercer a maioria de suas tarefas administrativas.

“Novos projetos ou parcerias geralmente costumam aumentar significativamente a carga administrativa da organização. Portanto, OSCs que abraçam a tecnologia como aliada normalmente saem na frente e conseguem com maior facilidade escalar suas operações”, argumenta.

IMPACTO PROFUNDO

No Terceiro Setor, um fato é incontestável: a tecnologia tem gerado um impacto profundo no trabalho das ONGs, a começar com a crescente necessidade de automatizar processos e manter uma metodologia de trabalho linear.

A gerente do Sistema de Apoio a ONGs (SAO), criado pela Casa de Apoio às Pessoas com Câncer (Capec), de Belo Horizonte (MG), se o assunto for inovação na área de captação de recursos, o público doador costuma se identificar com os novos métodos de realizar a doação de forma mais rápida, simples e segura, utilizando meios eletrônicos como site, cartão de crédito e aplicativos.

“Manter as informações sempre atualizadas no site e em redes sociais gera uma credibilidade com o doador, consequentemente um aumento considerável na arrecadação”, argumenta.

Para ela, com processos internos bem estruturados e automatizados, com a utilização de um CRM, a gestão consegue se dedicar de forma mais efetiva ao trabalho social. “O principal desafio diante desse cenário é a insegurança entre os gestores, que muitas vezes não foram inseridos neste contexto tecnológico e ainda sentem receio em investir na tecnologia”, arremata a executiva.

AQUI E LÁ FORA

Em comparação às organizações sociais do exterior, em especial as dos Estados Unidos, onde as relações entre a sociedade e o Terceiro Setor são bem mais desenvolvidas, o Brasil ainda caminha a passos tímidos na adoção de sistemas de informação.

“Nos Estados Unidos podemos observar expressivo número de organizações utilizando diversos sistemas no apoio às atividades-meio, como gestão financeira, captação de recursos, fidelização de doadores, campanhas de marketing, o que ainda não acontece com frequência no Brasil”, comenta o CEO da BHBit.

Ele ressalta que este cenário ocorre por uma postura ainda conservadora do nosso Terceiro Setor, visto que muitas organizações nacionais ainda acreditam que soluções de TI são caras e de difícil uso. “O que, na maioria dos casos, não é verdade. Com o advento da nuvem (*cloud computing*), foi possível diminuir sensivelmente o custo de implantação desses sistemas, aumentando em grande parte sua adoção”.

A mesma opinião sobre o atraso do Brasil em comparação a outros países no uso de tecnologias no Terceiro Setor tem Jonas Araujo, CEO da Trackmob.

O empresário salienta que em regiões mais desenvolvidas e que possuem uma cultura de doação mais sólida, como os Estados Unidos, a utilização da tecnologia é bem avançada, com inúmeras opções de soluções existentes nesses lugares e que fornecem uma melhoria na condução do trabalho das organizações.

“Contudo, o nosso país está caminhando rapidamente para mudar esta realidade, sentindo a transformação que as ferramentas de TI podem gerar nos resultados das organizações. Isso é um ponto muito positivo, pois gera a tendência de crescimento e mudanças na cultura de doação”, completa.

RESULTADOS

Não para de crescer a quantidade de OSCs que estão apostando nas novas tecnologias para obter novos doadores, fidelizar os já existentes e elevar o volume de doações.

Em janeiro deste ano, por exemplo, a Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil, fundada em 1910 no Rio Grande do Sul e presente em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, turbinou a interação com o seu público doador.

A partir de uma plataforma de gestão da BHBit, a ONG emite relatórios com resultados mais precisos. “Adquirimos inicialmente para três departamentos da organização, mas expandimos para cinco. A plataforma facilitou o nosso trabalho”, afirma Fabiana Silvestrini, secretária-executiva da instituição filantrópica, que atua em projetos missionários, ensino teológico e projetos sociais na comunidade.

Resultados positivos também têm sido conseguidos pela ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, presente em dez estados e no Distrito Federal, e que em maio de 2015 firmou parceria com a Trackmob.

“Temos aproveitado a oportunidade para o incremento de aportes por meio das vendas de produtos da entidade e da criação de programas exclusivos para doadores, tudo isso baseando-se nas informações dos sistemas que adotamos”, expõe Marcio Correa, gerente de relacionamento com o Investidor Social da entidade.

“No passado, a captação de doadores era realizada com fichas em papel, demandando mais tempo porque as pessoas precisavam anotar muita coisa, e às vezes, acabávamos tendo falhas de informações, como ausência de dados e até caligrafias ilegíveis, dificultando cadastramentos”, lembra. 📌

Produção editorial de **REVISTAS E INFORMATIVOS** de organizações sociais

- Produção de textos e reportagens
- Diagramação, revisão e tradução
- Impressão e publicação on-line
- Publicação em tablets e smartphones
- Distribuição



Peça um orçamento: (11) 2978-6686 | comercial@zeppelini.com.br



ZEPPELINI
PUBLISHERS

| www.zeppelini.com.br



UM TERÇO

DAS MULHERES BRASILEIRAS SOFRE DE ASSÉDIO OU VIOLÊNCIA

POR BIANCA FERMIANO,
DÉBORA MONTIBELER E ALISSON BITTENCOUT

A pesar da crescente discussão sobre desigualdade de gênero e dos recentes avanços na conquista de direitos pelas mulheres brasileiras, a realidade ainda nos impõe grandes desafios para mitigar os principais problemas enfrentados por elas e abolir, de fato, a desigualdade.

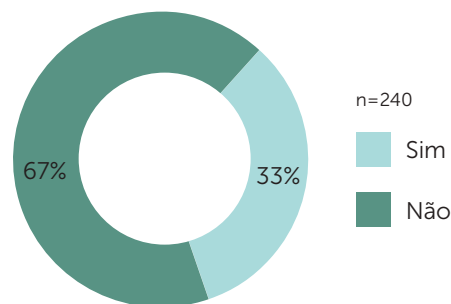
A violência de gênero e o medo da violência ainda marcam a vida cotidiana das mulheres, dentro e fora de suas casas. Ainda vivemos uma cultura que faz “vista grossa” diante da invasão do corpo e da intimidade das mulheres.

Uma pesquisa do instituto Market Analysis ouviu mulheres em todos os estados brasileiros e revela que a violência de gênero ainda é realidade para uma parcela bastante significativa da população. A pesquisa demonstra que, ao longo dos últimos 12 meses, uma em cada três mulheres brasileiras (33%) sofreu algum tipo de agressão física ou psicológica, ou assédio sexual.

Entre as vítimas mais frequentes de violência e abuso estão as mulheres jovens, inseridas no mercado de trabalho. Pelo fato de circularem por múltiplos âmbitos, as chances de exposição a potenciais situações de abuso aumenta entre mulheres desse perfil. Metade das jovens com 17 ou 18 anos sofreu algum tipo de violência ou assédio em 2017, e essa incidência se reduz gradualmente na medida em que a idade aumenta, com uma em cada dez mulheres de 45 anos ou mais reportando terem sido vítimas.

A mulher jovem torna-se alvo da desigualdade e da violência num processo na qual ela muitas vezes termina sendo reduzida a

Sofreu violência de gênero ou assédio sexual no último ano?



um objeto e não é mais vista como um sujeito que tem direitos e aspirações. Talvez o ponto mais relevante dessa forte objetificação da mulher jovem no Brasil seja a dificuldade que ela enfrenta para ser respeitada como cidadã com interesses e habilidades além de sua aparência física ou do desempenho de papéis tradicionais associados ao casamento e ao ambiente doméstico.

A pesquisa ainda revela que a violência não está limitada apenas às populações mais vulneráveis da sociedade. A incidência de relatos de violência de gênero é semelhante em todas as classes sociais: uma em cada cinco mulheres, independentemente de seu meio social e econômico, sofreu violência de gênero no último ano. No entanto, em se tratando de abuso

sexual, há uma diferença importante na identificação de assédio entre mulheres de diferentes rendas: aquelas com maior renda afirmam terem sido vítimas de assédio com mais frequência (34%). Já as de menor renda tendem a perceber essa violação com menos frequência, com índice abaixo da média nacional (18%). Na medida em que a população mais pobre está mais exposta à violência social, é plausível supor uma naturalização ou minimização dos atos abusivos, não identificando como assédio situações que mulheres com melhor condição socioeconômica consideram como tal.

O estudo ainda mapeou as percepções de desigualdade e violência de gênero na América Latina e na América do Norte para obter um panorama da situação da mulher em nosso continente. A análise possibilita observar a posição de nosso país dentro de um contexto mais amplo.

A violação dos direitos das mulheres é um tema de grande relevância em todo o continente americano, uma vez que aproximadamente seis em cada dez entrevistadas nos países pesquisados afirmam acreditar que os direitos das mulheres são “pouco ou nada” respeitados (56%), contra 44% que acreditam que eles são “muito” respeitados.

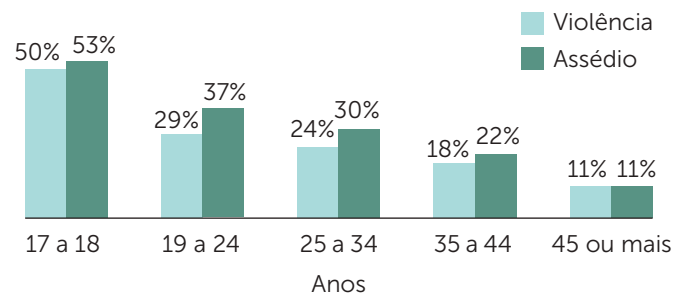
No entanto, as disparidades entre os hemisférios são bastante notáveis. A vasta maioria das norte-americanas (84%) afirma que seus direitos são “muito” respeitados, uma proporção que cai significativamente, para meros 36%, na América Latina.

Enquanto a América do Norte se destaca pelo respeito aos direitos das mulheres, dois terços das latino-americanas (64%) afirmam sentir que seus direitos são pouco ou nada respeitados em seus países, um índice significativo que reforça a necessidade de mais ações de mitigação da desigualdade e da garantia de direitos na América Latina. Todavia, é curioso perceber que mesmo em países que parecem estar mais avançados no que diz respeito à garantia dos direitos das mulheres, como Canadá e Estados Unidos, a violência de gênero e o assédio ainda são temas presentes. Nesses países, 16% e 22% das entrevistadas, respectivamente, foram vítimas de assédio.

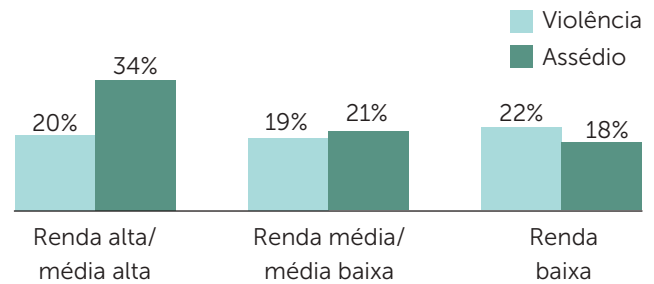
Ao colocar o foco no Brasil, chama atenção que o país tenha o quarto maior índice de assédio nas Américas (23%), e que duas em cada dez mulheres brasileiras tenham sido vítimas de violência no último ano. Ou seja, mesmo tendo uma das leis mais avançadas do mundo contra a violência de gênero, a Lei Maria da Penha, e frente às notáveis mudanças comportamentais recentes da sociedade, o Brasil ainda enfrenta barreiras para desarticular costumes machistas e discriminatórios que impulsionam esse tipo de agressão e abuso.

Os dados da pesquisa indicam que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer no sentido de dismantlar o conjunto de práticas que mantêm e confirmam as desigualdades de gênero e machismo. Apenas por meio da visibilidade dessa temática será possível desnaturalizar a violência e promover avanços na igualdade de gênero. 🌱

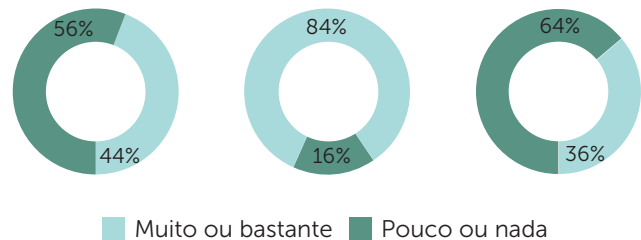
Porcentagem de atos de violência / assédio por idade



Porcentagem de atos de violência / assédio por renda



Opinião: os direitos das mulheres são respeitados?



FICHA TÉCNICA

“Mulheres: percepção de direitos e exposição à violência”
– por Market Analysis e WIN Américas.

Pesquisa realizada por meio de entrevistas online com 1019 respondentes de 128 cidades de grande e médio porte no Brasil, e um total de 5.982 mulheres de 17 anos ou mais em 11 países que cobrem 87% da população do continente americano. No Brasil, homens e mulheres com 17 anos ou mais, pertencentes a todas as classes socioeconômicas, foram entrevistados entre os dias 23 de novembro e 4 de dezembro de 2017. Cotas cruzadas de idade, sexo e classe social foram estabelecidas para garantir a representatividade de todos os grupos demográficos na amostra.

Tem sempre aquele curso bacana. Mas, ou é longe ou não te sobra tempo?

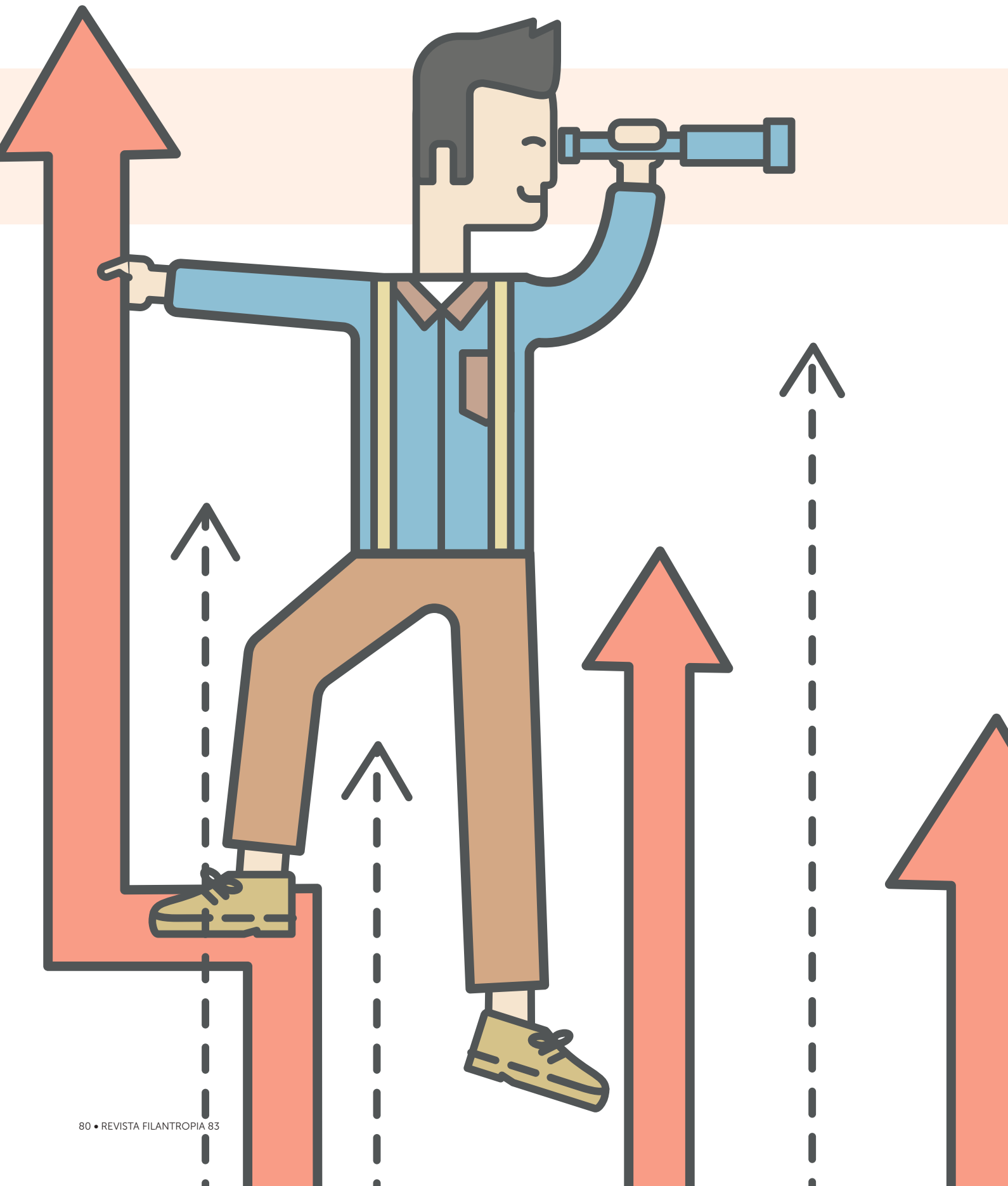
Nós te ouvimos e criamos as vídeo-aulas com exclusividade para os Integrantes da **Rede Filantropia***



VÍDEO-AULAS **FILANTROPIA**

Aulas direto ao ponto, divididas em módulos de **curta duração**.
Assista quando e onde quiser a diversos temas do Terceiro Setor.

*Exclusividade dos Integrantes Prata, Ouro e Platina



ÍNDICES

FUNDAMENTAIS

PARA AS OSCs

Organizações da sociedade civil e gestores públicos apostam cada vez mais na geração de indicadores sociais para a criação e o desenvolvimento de projetos e políticas governamentais

POR LUCIANO GUIMARÃES

Trinta anos após a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) criarem o Marco Lógico – um dos primeiros instrumentais para planejamento, monitoramento e avaliação de resultados e impactos –, parte do universo de 820 mil organizações da sociedade civil (OSCs) brasileiras e dos milhares de administradores públicos corre contra o tempo para entender e produzir indicadores (parâmetros avaliativos) em consonância com as respostas colaborativas ou fomentadoras de políticas públicas.

Ao mesmo tempo, o mercado de investimento socioambiental, formado por empresas e institutos corporativos, procura justificar o aporte de recursos às suas ações e às das OSCs apoiadas, diante do seu efeito (resposta ao objetivo traçado), eficiência (método utilizado e sistematizado) e efetividade (impacto dos resultados das ações diante da causa).

Além disso, a Lei nº 13.019/2014, que estabeleceu o Marco Regulatório do Terceiro Setor, consolidou no país a necessidade

de estabelecer indicadores de efeito, eficiência e, principalmente, de efetividade, ou seja, de influência de um projeto/programa diante de uma causa.

Segundo a especialista em desenvolvimento institucional e avaliação socioambiental, Carol Zanoti, a busca das ações das organizações da sociedade civil, do mercado e do poder público por mensurar de forma clara – quantitativa e qualitativamente – seus resultados, metodologias e impactos nas políticas públicas, tornou-se fundamental para a própria existência das ações socioambientais.

“Porém, se formos aferir a quantidade de organizações que medem e/ou indicam seus processos, resultados e impactos, teremos uma lógica decrescente, em que a maioria mede resultados, a minoria, processos, e raríssimas e ousadas organizações medem o impacto dos seus programas/projetos”, argumenta.

Com mais de 30 anos de atuação na área socioambiental, Carol explica que na década de 1990, muitas organizações da sociedade civil buscavam aprofundar e mensurar seu

“Essas mensurações resultam no fortalecimento das metodologias atualizadas e suas otimizações para que se democratizem tecnologias e soluções práticas diante de uma causa - ou seja, a eficiência do projeto/programa”

Carol Zanoti, especialista em desenvolvimento institucional e avaliação socioambiental, Carol Zanoti

monitoramento a partir de parâmetros (indicadores) apresentados pelas agências financiadoras demonstrando o quanto suas ações poderiam contribuir para alavancar uma causa, mas ainda sem o envolvimento de todos os públicos e com foco apenas no monitoramento de resultados, e não no impacto.

“A criação da certificação das OSCIPs colaborou muito com esse processo, pois incluiu o parâmetro de não só realizar processos de desenvolvimento, mas também, de estabelecer o quanto esses processos poderiam servir de referência - interesse - diante de uma causa”, comenta.

De acordo com ela, mesmo com avanços normativos e reflexivos, a lógica das OSCs as leva a continuar realizando muitas ações para responder às demandas, com frequência não de forma colaborativa com o primeiro e o segundo setores, mas para gerar sobrevivência à própria organização.

“Falta aos públicos envolvidos um entendimento essencial - teórico e prático - sobre conceituação metodológica e prática diagnóstica de efeito, eficiência e efetividade. Não se constrói um processo avaliativo sem dar prioridade aos princípios da propriedade, precisão, viabilidade e utilidade, e que esse processo possa ser feito entre todos os envolvidos”, explica.

O primeiro princípio, o da propriedade, determina que a primeira etapa do processo avaliativo deve ser um diagnóstico que envolva a participação de todos os atores, que ao analisarem os dados primários e secundários do território, da população e da cultura estabeleçam de forma clara e precisa qual é a causa (motivo de existência da ação) e seus desafios locais e globais (contextualização singularizada e participativa das capacidades envolvidas nas ações).

“Esse diagnóstico é o Marco Zero, que não contém somente o levantamento de dados, mas que estipula, com propriedade, quais são os objetivos e as metas desejados e possíveis dentro de um cronograma”, salienta Carol, diretora da DHZipper Comunicações e Consultorias no Terceiro Setor.

O segundo, o da precisão, enfatiza os objetivos e as metas estabelecidos e justificados diante de um cenário presente e futuro, sendo gerados os parâmetros de monitoramento das ações. Ou seja, são criados os indicadores de monitoramento para não só avaliar se as ações estão sendo feitas (indicadores de efeito), mas também como elas estão sendo sistematizadas (indicadores de eficiência).

“Inclusive com instrumentais próprios de monitoramento para que cada *stakeholder* possa, no decorrer do processo do projeto/programa, dar maior precisão metodológica e mensurar se os objetivos e as metas traçados estejam realmente sendo atingidos, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente”, reforça.

O terceiro princípio, o da viabilidade, dá conta de que durante o processo de monitoramento deve-se mensurar, de forma específica, qual é a contribuição de cada *stakeholder* nas viabilidades, tanto das ações quanto do próprio monitoramento e da sistematização dos processos. Em outras palavras, medir quanto e qual foi a capacidade de cada membro do processo em colaborar para o efeito (resultado diante do objetivo) do projeto/programa.

“Essas mensurações resultam no fortalecimento das metodologias atualizadas e suas otimizações para que se democratizem tecnologias e soluções práticas diante de uma causa - ou seja, a eficiência do projeto/programa”, frisa Carol.

Por último, o princípio da utilidade, para o qual, ao final do projeto/programa não basta para medir seu efeito ou eficiência, mas se houve, afinal, a efetividade, isto é, se os resultados e a metodologia aplicada, experienciada, monitorada e sistematizada são úteis para impactar a causa. “Assim, só faz sentido se bons efeitos e boas eficiências servirem, de fato, para identificar parâmetros de como gerar sustentabilidade na causa”, complementa a especialista.

Para Carol, hoje há um número significativo de profissionais, organizações e equipamentos públicos e privados que desenvolvem métodos e instrumentais de mensuração de efeito e eficiência. No entanto, reitera, são pouquíssimos ou pouco visíveis os setores que conseguem identificar a efetividade de suas ações.

“Os indicadores são construídos pensando somente na mensuração do que foi feito e, menos significativamente, como são feitos. Ainda temos poucos profissionais e organizações - de todos os setores - que conseguem desenvolver métodos e instrumentais para medir a quantidade e a qualidade do impacto diante da causa. Um dos principais motivos dessa deficiência é a falta de clareza da própria causa”, considera Carol, uma das palestrantes e membro do Conselho Consultivo da Rede Filantropia.



CASOS DE SUCESSO

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) mantida pelas Empresas Bancorbrás e que há dez anos atua no Distrito Federal e nas capitais, o Instituto Bancorbrás iniciou, em 2017, a primeira fase de implantação de indicadores sociais, por meio da criação do índice de maturidade organizacional e da causa institucional. O trabalho de construção desse processo envolveu diretores, colaboradores, parceiros e beneficiados.

A OSCIP empreende programas e projetos voltados para a promoção do protagonismo de indivíduos e instituições que fomentam a educação e formação cidadã de crianças e adolescentes, a preservação do meio ambiente, além de estimular mais qualidade de vida pelo esporte.

“A ideia surgiu no segundo semestre de 2016. O nosso interesse pelos indicadores sociais nasceu da necessidade de saber o impacto social do Instituto Bancorbrás por conta da proximidade da primeira década de atividades. Para nos orientar na criação desses indicadores, contamos com o apoio da consultoria DHZipper, que nos auxiliou na descoberta da nossa causa social e no desenvolvimento do índice de maturidade, necessários para iniciar os trabalhos da primeira etapa”, conta

Roberta Abreu, coordenadora da organização, onde atua na área de responsabilidade social corporativa e investimento social privado.

Aplicados efetivamente neste ano, o monitoramento e os indicadores têm ajudado a identificar as organizações sociais e a mapear o grau de maturidade institucional de parceiros e beneficiados da OSCIP.

“Após esse diagnóstico inicial, a ideia é traçar estratégias de fortalecimento das nossas ações e desenvolver outras metas para as situações que precisam ser mais bem trabalhadas. Atualmente, a proposta do nosso monitoramento é ajudar a indicar pontos fortes e de melhoria nos serviços prestados, contribuindo para profissionalizar os atendimentos”, reforça Roberta.

Embora a OSCIP ainda esteja passando por um processo de levantamento dos resultados, a gestora ressalta que esse processo de criação dos indicadores gerou uma quebra de paradigma. “Na minha percepção, o Instituto Bancorbrás passou a ser visto como parceiro e não só como financiador dos projetos. Isso é um reflexo da maior aproximação com as organizações sociais credenciadas”, argumenta.

3

GRANDES INDICADORES

Todos eles foram estabelecidos no Marco Zero e devem ser levados em consideração pelos gestores das OSCs ao formular um projeto em torno de uma causa.

POR CAROL ZANOTI

EFEITO

Trata-se do diagnóstico, com objetivos e metas, de uma situação. Medido ao final de um projeto/programa, mensura se os resultados alcançados foram, de fato, realizados segundo os objetivos e as metas traçados.

EFICIÊNCIA

Pode ganhar qualidade/quantidade durante o processo/execução do projeto/programa. É a mensuração, sistematização e inteligência do desempenho do projeto/programa na sua metodologia. Ele conversa diretamente com o modo que o projeto/programa foi desenvolvido e monitorado (acompanhado e sistematizado). Esse indicador possibilita que um projeto/programa possa gerar uma referência metodológica/tecnológica diante de uma causa.

EFETIVIDADE

Deve nortear o fim ou a consequência final de um projeto/programa diante de uma causa (clara e mensurável). Ele mede o quanto o resultado e o método de um projeto/programa gerou de impacto em uma causa. A efetividade conversa diretamente com a razão e o sucesso de um projeto/programa, pois ela deve sempre mensurar o que se gerou de sustentabilidade diante de uma causa.

ACCOUNTABILITY

Há mais de dez anos se guiando pelo Marco Lógico, a Assistência e Promoção Social Exército de Salvação, no Brasil, vem utilizando essa ferramenta para diagnosticar as fragilidades e o índice de maturidade de sua comunicação interna.

Segundo Philippa Chagas, secretária de projetos internacionais da organização desde 2015, a ONG vive mundialmente, nos mais de 125 países nos quais atua, um processo mais intenso de *accountability*, ou seja, prestação de contas, transparência e trabalho responsável.

“Esse movimento é composto por quatro pilares - boa governança, medição de impacto, finanças e proteção à criança. Sendo assim, um processo constante de monitoramento e avaliação, quer interno ou externo, contribui para termos maior eficácia e eficiência em nosso trabalho social”;

observa a gestora, salientando que esse processo já beneficiou os departamentos de comunicação, social, financeiro, de propriedades e jurídico.

De acordo com Philippa, o Exército de Salvação está promovendo processos de avaliação externa, análise de contexto e índice de maturidade de comunicação interna, que têm resultado em mais conhecimento dos atores envolvidos na elaboração da proposta e na implementação do programa nas unidades sociais.

“Seguindo a última avaliação externa e o início de um novo triênio em 2018, estamos ainda na fase inicial de implementação e, embora tenhamos estabelecido indicadores para o monitoramento e uma linha de base, somente conseguiremos avaliar o impacto e o sucesso dos processos mais adiante”, complementa Juliana Bicudo, coordenadora de programa do Exército de Salvação. 🌀



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

50 ANOS

de Compromisso com
as Entidades do Terceiro Setor

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



MANUAL DO EMPREGADOR

A Caixa Econômica Federal publicou em junho a versão 3.0 do Manual do Empregador e do Desenvolvedor, que apresenta a nova solução sistêmica e operacional para a consulta e geração de guias relativas ao FGTS, após a vigência do eSocial. Para este procedimento, o empregador poderá optar por aplicativo de folha de pagamento (web service) ou pela utilização de funcionalidade na Internet, sendo o acesso realizado de duas formas. Para testes e simulações em ambiente restrito, se dará em: www.conectividade-social-restrito.caixa.gov.br, e a partir da obrigatoriedade de utilização, o acesso para consulta e geração de guia válida para quitação (ambiente de produção) será em: www.conectividade-social.caixa.gov.br. A geração da guia será realizada com base nas informações prestadas pelo próprio empregador. O Manual pode ser baixado no site da Caixa.

🌐 www.caixa.gov.br



Áreas de atuação (Funções)
Faça a consulta pelos dez funtores de governo.com.br

Órgãos e Serviços

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Qualquer brasileiro que costuma acompanhar a aplicação do dinheiro público já pode fazer isso pelo novo Portal da Transparência, mantido pelo Ministério da Transparência e pela Controladoria-Geral da União (CGU). O mesmo vale para os gestores de organizações da sociedade civil (OSCs), especialmente aquelas que monitoram os gastos do poder público, como os Observatórios Sociais. O usuário poderá acessar informações de diferentes bases de dados em uma única página, em uma linguagem cidadã. O leiaute tornou-se mais intuitivo e responsivo, adaptado a diferentes plataformas, como smartphones e tablets. Além disso, aumentou a interatividade, com a integração com redes sociais e a possibilidade de ativar notificações se houver atualizações dos dados.

🌐 www.portaltransparencia.gov.br

REFORMA TRABALHISTA

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou em 21 de junho os critérios de aplicação da Lei 13.467/2017, conhecida popularmente como reforma trabalhista e em vigor desde 11 de novembro do ano passado. De acordo com a Instrução Normativa nº 41/2018, a aplicação das novas regras deve ser imediata, porém os contratos de trabalho iniciados ou consolidados na vigência da antiga lei, revogada, devem ser julgados de acordo com os critérios estabelecidos na época. Embora não tenha caráter vinculante, na prática a IN deve ser seguida também pelos juízes e tribunais de primeira e segunda instância.

🌐 <http://economia.ig.com.br>

MUDANÇAS NO IOF

As organizações da sociedade civil (OSCs) que contraíram empréstimos em instituições financeiras devem ficar atentas. Em 20 de julho, por meio da Instrução Normativa nº 1.814, a Receita Federal atualizou as regras da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na renegociação desta modalidade de crédito. A ideia é evitar contenciosos administrativos ou judiciais causados por interpretação equivocada das regras de cálculo do IOF na prorrogação, renovação, novação ou consolidação de operações de crédito. O cálculo do imposto é realizado pela aplicação de uma alíquota diária ao montante da operação, com cobrança limitada aos primeiros 365 dias. Em prazo inferior, a base de cálculo será o valor não liquidado da operação anteriormente tributada. Essa tributação será considerada complementar à anteriormente feita, aplicando-se a alíquota em vigor à época da operação inicial até completar 365 dias. Em prazo igual ou superior a 365 dias, haverá incidência de IOF complementar sobre o saldo não liquidado da operação anteriormente tributada. Exceção feita apenas se a operação já tiver sido integralmente tributada pelo prazo de 365 dias.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br>



CONTAS DE CAMPANHA

O desenvolvimento de processos cada vez mais rígidos e abrangentes promovidos pela Justiça Eleitoral, a fim de dar mais transparência à prestação de contas de candidatos a cargos públicos no Executivo e no Legislativo, está levando boa parte dos profissionais da contabilidade a ter dúvidas e até mesmo a se equivocar com a geração de informações provenientes das análises de contas eleitorais. “Três dos erros mais graves que levam à reprovação de contas de campanhas políticas são as divergências nas diversas prestações de contas, a não observância do limite de gastos e a não comprovação adequada dos gastos de campanha”, enumera o analista judiciário do TSE Thiago Bergmann, especializado em contabilidade e matemática, que trabalha examinando contas eleitorais.



MANUAL DO eSOCIAL

Disponível desde 16 de julho, o Manual do Módulo eSocial Web Geral é uma ferramenta auxiliar on-line destinada à inserção de dados no eSocial, desenvolvido para permitir aos empregadores brasileiros o cumprimento das obrigações legais em situações de contingência ou indisponibilidade de softwares próprios, compatíveis com a transmissão dos arquivos para o web service. A ferramenta permite a consulta e edição (inclusão, alteração, retificação e exclusão) de eventos enviados para o ambiente nacional do eSocial. Serão exibidos ao usuário, além do conteúdo do evento, os números de recibo, permitindo efetuar acertos e correções nos próprios sistemas. Faça o download em: <https://bit.ly/2uSe1Wb>.

<http://portal.esocial.gov.br>

CPF NO RG

A Secretaria da Receita Federal, em conjunto com o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), vinculado à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), implantou o serviço gratuito de inscrição do CPF no momento da emissão da carteira de identidade. Inicialmente, foi implantado projeto-piloto no Poupatempo Itaquera que, nesta primeira fase, emitirá CPF para menores de 16 anos que solicitarem a primeira via do RG. O atendimento será estendido aos demais postos de atendimento, de acordo com o cronograma definido pelo IIRGD. A iniciativa faz parte de um projeto maior de integração do CPF com os órgãos responsáveis pela emissão de RG de todas as unidades da federação. A estimativa é que até dezembro deste ano a implantação chegue aos estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Maranhão, Santa Catarina e Rondônia.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br>

GUIA DO FGTS

A Caixa Econômica Federal definiu que a nova Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRFGTS) poderá ser utilizada apenas para desligamentos de contrato de trabalho ocorridos a partir de agosto de 2018. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de 2 de julho, por meio da Circular Caixa nº 815/2018. O recolhimento rescisório do FGTS contempla, inclusive, fatos geradores havidos no mês imediatamente anterior ao da rescisão. A instituição bancária definiu, ainda, que as demais guias serão acatadas pela Rede Arrecadadora, desde que geradas pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Sefip), Sistema de Geração da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF Eletrônica), GRFWEB Doméstico e Módulo de Regularidade do FGTS.

🌐 www.cenofisco.com.br

CADASTRO ÚNICO

Desenvolvido para facilitar o acesso às informações da população inscrita no Cadastro Único para programas sociais do governo federal, o aplicativo Meu CadÚnico, versão mobile do site Consulta Cidadão, já pode ser baixado em qualquer smartphone com Android e iOS. Com a ferramenta, fica mais fácil saber se os dados estão atualizados para que benefícios como o Bolsa Família não sejam cancelados. O app permite verificar se a família está inscrita no Cadastro Único, a renda informada, o Número de Identificação Social (NIS) e disponibiliza o comprovante de cadastramento e as informações sobre todos os programas sociais do governo federal. Outra facilidade é a validação do comprovante de cadastramento a partir do leitor de QR Code. Quem não está inserido no Cadastro Único também pode usar o aplicativo, mas só poderá acessar informações sobre endereços das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (Cras).

🌐 <http://mds.gov.br>



MEU INSS

A Previdência Social continua investindo em tecnologia para desburocratizar o atendimento aos segurados. Por meio do “Meu INSS”, no site do órgão federal agora é possível realizar mais um serviço: atualizar dados de contato, tais como endereço, telefone e e-mail. Basta acessar a central de serviços, pelo computador ou aplicativo para smartphone, e clicar na última opção da lista, em “Atualizar Dados de Contato”. Também é possível incluir um endereço secundário, inclusive em país estrangeiro. Quem ainda não tem cadastro no “Meu INSS”, basta acessar o site do INSS e ter em mãos documentos e Carteira de Trabalho, pois algumas perguntas são realizadas para conferir a identidade do usuário. Se errar mais de uma pergunta, o segurado pode aguardar 24 horas para tentar novamente ou ligar para o 135 e, em último caso, ir à agência do INSS.

🌐 <https://meu.inss.gov.br>



NOME SOCIAL

A Portaria DG nº 96/2018, do Ministério Público do Estado de São Paulo, publicada em 22 de junho, liberou o uso do nome social para travestis e transexuais. Agora regulamentada, a regra vale inclusive para as provas dos concursos públicos. Ainda segundo o texto, esse respeito deve acontecer em qualquer interação com pessoas trans, da portaria ao atendimento do cidadão nas promotorias; dos elevadores aos banheiros. O MP também lançou a cartilha Direito e Diversidade, com 60 páginas, em que reúne artigos sobre a abordagem de gênero nas escolas, o cenário dos registros civis das pessoas transgêneras, questões de saúde e a aplicação da Lei Maria da Penha. A publicação pode ser baixada em: <https://bit.ly/2u6MGyN>.

🌐 www.conjur.com.br

FILANTROPIA RESPONDE

CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR

POR

M. BIASIOLI
ADVOGADOS

1 Prezados, gostaria de um esclarecimento. Uma associação religiosa cujas finalidades, dentre outras, é assistir crianças, jovens e adultos no âmbito educacional, concedendo auxílio financeiro, quando for o caso, pode conceder bolsa de estudo? Ou seja, a entidade pode, após análise econômico-financeira do solicitante, arcar integralmente com a mensalidade da Universidade? Se sim, qual seria o instrumento adequado para reger essa situação?

Caro leitor, não há impedimento legal, posto que, nos termos do Decreto nº 7.107/2010 (Acordo Santa Sé), as pessoas jurídicas eclesiais, que, além de fins religiosos, persigam fins de assistência e solidariedade social, desenvolverão a própria atividade e gozarão de todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios atribuídos às entidades com fins de natureza semelhante previstos no ordenamento jurídico brasileiro, desde que observados os requisitos e obrigações exigidos pela legislação brasileira.

Em relação ao instrumento adequado, recomendamos a elaboração de um Regulamento que preveja o processo de seleção e matrícula via perfil socioeconômico, ou seja, que a renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio, se possível que a bolsa seja destinada a estudante que tenha cursado o ensino em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, bem como que o processo seja realizado pelo Departamento Social da Instituição.

Ainda, para a manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso, é importante que seja estabelecido o cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico.

2 Minha Instituição presta serviços de atenção a dependentes químicos, portanto, nos termos da Lei 12.101/09, poderia ser certificada como entidade beneficente na área de saúde?

Sim, conforme previsto no artigo 8º - B da Lei 12.101/09, excepcionalmente será admitida a certificação de entidades que prestam serviços de atenção em regime residencial e transitório, incluídas as comunidades terapêuticas, que executem exclusivamente ações de promoção da saúde voltadas para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de drogas.

Contudo, sua instituição deverá comprovar a aplicação de, no mínimo, 20% de sua receita bruta em ações de gratuidade. Elas deverão ser previamente pactuadas com o gestor local do SUS, por meio de contrato, convênio ou instrumento congêneres.

3 Na entidade que integro, há membros que possuem contato com entidades também filantrópicas radicadas fora do Brasil. Elas pretendem promover auxílio aos projetos sociais da nossa instituição por meio de doação de recursos financeiros. Poderia essa entidade estrangeira (pessoa jurídica) doar valores diretamente para a conta bancária desse membro (pessoa física) de nossa entidade ou há algum problema legal nisso?

Caro leitor, num cenário de envio de moeda estrangeira para o Brasil, estamos falando de um típico “contrato de câmbio”, tendo-se sempre em mente que, basicamente, o câmbio é a operação de troca de moeda de um país pela moeda de outro país. Neste caso específico, para que os valores não sejam bloqueados pela instituição financeira, o contrato de câmbio (regulado pela Circular 3691/13 BCB) deverá ser realizado de pessoa jurídica (entidade estrangeira) para pessoa jurídica (entidade brasileira), devendo inclusive indicar que os aportes se destinam exclusivamente para subsidiar a atividade-fim filantrópica, evitando-se qualquer interpretação errônea dos órgãos públicos.

4 Prezado colunista, a entidade em que sou gestora tomou serviços de uma terceirizada (prestadora) e esta foi demandada por um dos seus funcionários, colocando-nos também no polo passivo da ação trabalhista. Qual seria a responsabilidade (trabalhista) da entidade em que trabalho, solidária ou subsidiária?

Caro leitor, em se tratando de terceirização de mão-de-obra, há que se distinguir primeiramente o conceito de responsabilidade que poderia recair sobre essa relação: responsabilidade solidária ou responsabilidade subsidiária.

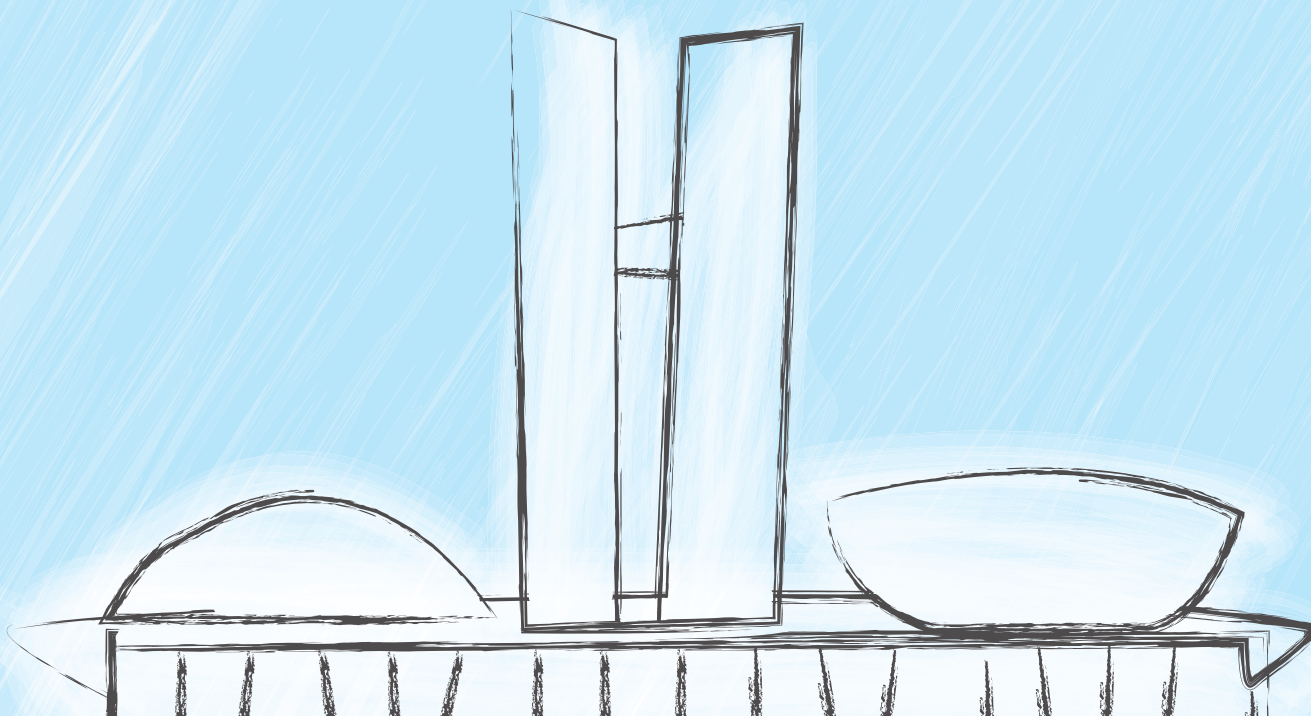
Na responsabilidade solidária, todos os devedores responderiam conjuntamente pelo valor da dívida. Já na responsabilidade subsidiária há um devedor principal (no caso a empresa que presta o serviço) e um devedor subsidiário (no caso a entidade tomadora do serviço), que responderá apenas se o devedor principal não puder pagar a dívida.

Sobre o assunto em questão inclusive já há entendimento pacificado no Tribunal Superior do Trabalho (súmula 331 TST) pela responsabilidade subsidiária da tomadora de serviço na hipótese de terceirização. Nesse sentido, a entidade bem instruída e amparada processualmente apenas responderá pela dívida trabalhista em casos de insolvência do prestador de serviço.



**CRIANÇA NÃO VOTA.
MAS TEM QUEM VOTE POR ELA.**

**VOTE EM UM CANDIDATO QUE DÊ PRIORIDADE À INFÂNCIA.
VOTE EM UM CANDIDATO AMIGO DA CRIANÇA!**



MEMBROS DA FAMÍLIA

Organizações sociais que atuam pela causa dos animais reforçam o caixa com a venda de mimos para os pets e os donos

Estimado em R\$ 25 bilhões anuais, segundo dados fechados no final de 2017 pelo Instituto Pet Brasil, o mercado nacional voltado aos animais de estimação não para de crescer, afinal os bichinhos há muito tempo são considerados membros da família, tratados e mimados como filhos.

Embaladas por essa constatação, organizações da sociedade civil que atuam na proteção e defesa dos animais têm aproveitado essa onda positiva para comercializar produtos (como os bebedouros da ONG Adote um Gatinho, que desde 2003 acolhe felinos abandonados para doação na Grande São Paulo).

As vendas ajudam a financiar o trabalho das ONGs, que vão desde campanhas de conscientização sobre adoção, vacinação e castração e compra de ração e medicamentos a ações de resgate e manutenção de canis e gatis para animais abandonados.

O brasileiro compra de tudo (como as roupinhas vendidas pela PetFeliz, ONG de São Bernardo do Campo que já conseguiu lares para mais de 2 mil cães e gatos). Mas não são só os pets que ganham presentes, os donos engajados também compram para si produtos como canecas, bonés, bijuterias, agendas e vestuário (como as camisetas da Suipa - Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, ONG do Rio de Janeiro que abriga atualmente quase 5 mil cães e gatos e como as bolsas da ONG Amigos de São Francisco, confeccionadas com estampas em homenagem às cadelinhas Sol e Helena. Enquanto a primeira foi resgatada após ter toda a pele queimada em um incêndio, a outra perdeu um olho por causa de uma infestação de larvas. Estabelecida em Ibiúna/SP, a organização fundada em 2012 fechou o ano passado com cerca de 200 adoções). 🐾

Roupinha
PetFeliz
R\$ 10,00



Bebedouro com bomba
d'água(2,5 litros)
Adote um Gatinho
R\$ 150,00



Bolsa
Amigos de São Francisco
R\$ 99,00



Camiseta
Suipa
R\$ 25,00



RESTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Superior Tribunal de Justiça pacifica direito
a restituição dos valores pagos a título de contribuição social

No último mês de maio, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula 612 em que pacifica o início dos efeitos da concessão da isenção contida no artigo 29 da Lei 12.101/09.

Importante destacar que não se trata da imunidade contida no artigo 195, § 7º, da Constituição da República.

A imunidade constitucional, como decidido pelo STF, deve ser regulamentada por lei complementar, como dispõe o artigo 146, II, do texto constitucional.

Assim entendeu o STF:

IMUNIDADE - DISCIPLINA - LEI COMPLEMENTAR. Ante a Constituição Federal, que a todos indistintamente submete, a regência de imunidade faz-se mediante lei complementar. (RE 566622,



RENATA
LIMA

Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 23/02/2017, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-186 DIVULG 22-08-2017 PUBLIC 23-08-2017)

Ocorre que, no tocante a isenção, a lei ordinária 12.101/09 dispõe que:

“Art. 3º - A certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 meses de constituição da entidade, o cumprimento do disposto nas Seções I, II, III e IV deste Capítulo, de acordo com as respectivas áreas de atuação (...).”

Ou seja, exige-se um período mínimo de 12 meses de constituição da pessoa jurídica sem fins



lucrativos. Sabe-se que há exceções, mas elas não serão tratadas aqui por não serem o objeto do presente escrito.

Na prática, é comum que uma organização da sociedade civil protocole, junto aos Ministérios competentes, o pedido de concessão originária, e que esse pedido demore anos para ser analisado. Existem organizações sociais que estão há mais de oito anos aguardando análise do pedido de concessão originária do certificado de entidade beneficente de assistência social.

A questão é que, enquanto espera a análise do pedido de concessão, a organização da sociedade civil continua fazendo o pagamento de todas as contribuições devidas à seguridade social, mesmo que preencha todas as condições para concessão do certificado. Tal fato, por si só, demonstra um abuso por parte do Governo Federal, pois impede determinadas organizações da sociedade civil de usufruírem de seus direitos previstos na Lei nº 12.101/09, especificamente.

A decisão proferida por cada Ministério competente reconhece uma situação existente na data de protocolo referente aos 12 meses anteriores, pois essa é a exigência legal.

Em síntese, a título de exemplo, tem-se o seguinte:

No caso citado acima, há a concessão do certificado em agosto de 2017, sendo que o preenchimento das condições legais está reconhecido desde março de 2014, ou seja, desde a data de protocolo.

A decisão administrativa que concede a certificação é uma decisão de natureza declaratória, pois declara que determinada

organização da sociedade civil preenche as condições exigidas na legislação desde a data do protocolo.

Por assim ser, não é crível que a organização da sociedade civil tenha pagado as contribuições sociais no período compreendido entre o protocolo do pedido e a concessão do certificado.

Essa questão foi pacificada pelo STJ ao editar a Súmula 612, que assim dispõe:

Exercício fiscal analisado	Data do protocolo	Concessão do certificado
Março/13 a Fevereiro/14	Março/14	Agosto/17

“O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.”

Portanto, resta pacificado que todas as organizações da sociedade civil que tiveram o CEBAS deferido podem requerer em juízo a restituição de todos os valores pagos a título de contribuição social no período compreendido entre a data de protocolo e a data de concessão do certificado.

As organizações da sociedade civil devem buscar seu direito! Não se pode renunciar a recursos que serão aplicados, exclusivamente, em ações sociais de interesse coletivo. 🌐




Sistema de Apoio a **ONGs**

Em um cenário onde gerenciar processos e departamentos, mantendo a organização e interação entre os setores de uma instituição, e, ainda arrecadar de forma consistente e eficaz, parece missão "quase impossível", apresentamos o **SAO - Sistema de Apoio a ONGs** - ferramenta totalmente on-line, que tem como objetivo, automatizar os processos do terceiro setor, apoiando os gestores em planejamentos e análises de decisões estratégicas por meio de painéis e relatórios.

Entre suas principais funcionalidades estão:

- Envio de recibos de doações por e-mail;
- Prestação de contas via app "SAO Rotas" ou sistema Web;
- Controle de ligações (Call Center);
- F2F (captação direto com as pessoas via App);
- Página de doações;
- Sistema completo de ligações integrando toda a ONG;
- Módulo SOCIAL/EDUCACIONAL que controla todos assistidos/alunos de sua ong.

**UM NOVO
TEMPO PARA SUA
ONG**

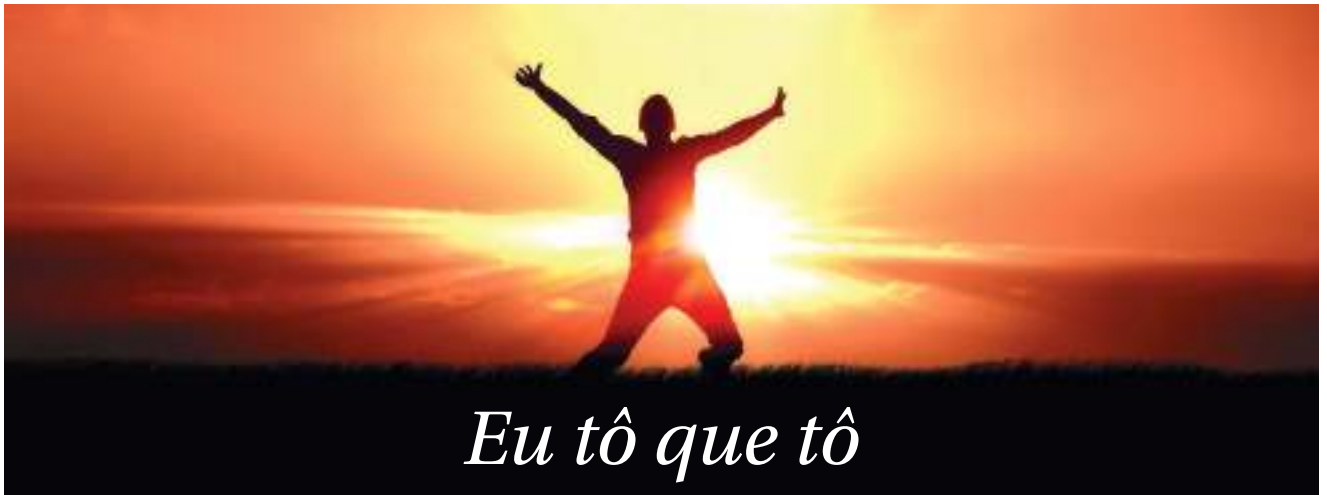


Rua dos Marmelos . 97 . Vila Clóris
BH/MG . Cep: 31.744-093
www.saosistemas.org
contato@saosistemas.org.br



Faça já seu orçamento!

(31) **3459-3030**



Eu tô que tô

Estava tudo certo para o início deste texto. Sabe quando vem aquela ideia que parece perfeita para resolver algo empacado? Tão boa a sensação de eureka, desde os tempos de Arquimedes de Siracusa. Sob o sol paulistano, invasor querido deste inverno esquisito, pensei em começar misturando cultura popular brasileira com rompan-tes agudos de filosofia contemporânea, a partir de trechos de uma música da Simone chamada “Tô que tô”.

Como você já deve ter percebido, o plano não foi adiante, ao menos não em sua pretensão original. Isso porque, ao buscar a letra toda, percebi que eu teria enorme dificuldade em colocar para papear os versos da canção com a temática do texto. Contudo, como você também deve ter notado, botei a expressão central da música no título, porque é dessa sensação que eu quero tratar, aqui. Eu tô que tô! Minha inspiração veio a calhar, afinal.

Sabe quando a gente se sente assim? Quando a gente tá que tá? Penso que nem preciso explicar muito, porque é mais sobre sentir do que falar. Tem gente da pesada estudando isso, como o psicólogo Mihaly Csikszentmihalyi, que trouxe a teoria do *flow* (que significa fluxo, em português). O breve resumo desse conceito é que se trata de um estado mental que podemos atingir pelo envolvimento total em uma determinada atividade. Ou ainda, um contexto em que estamos absolutamente focados, tornando a atividade espontânea, produtiva e gostosa de se fazer.

Ando pensando, estudando e falando muito sobre ideias e práticas relacionadas a essa possibilidade de entrega ao que escolhemos fazer. São muitas as minhas motivações, desde o contato frequente com o voluntariado desde 2001 e a vontade de despertar em mim e no outro o engajamento no fazer social.

Mas quanto eu e você estamos onde estamos? Quanto eu e você estamos com quem estamos? Parecem perguntas sem nexos, pois, se estamos onde estamos e com quem estamos, lá



FELIPE MELLO

estamos com quem estamos. Será? Eu e você, possivelmente, sabemos que não é bem assim. Há momentos em que sentimos que estamos mais. Ou menos. Ou mais ou menos. O risco, se ignoramos essa reflexão, é a gente se acostumar a fazer mais ou menos, investindo, perigosamente, na mediocridade crônica.

Para tentar lidar melhor com essa sensação de traidor do potencial individual, sinto borbulhar cada vez mais a potência do protagonismo. Há tantas maneiras

de cercar esse assunto, mas a brevidade deste encontro escrito me faz escolher a lembrança de que o protagonismo tem como consequência possível, sim, o tal estado de *flow*, mas também tem a ver com as causas às quais estamos consagrando a nossa vida. Sem clareza da relevância do que escolhemos como causas nossas, a chance de engajamento parece reduzir, progressivamente. Ainda, sem respeito pelo que escolhemos como causas nossas, parece se ampliar a chance de nos tornarmos consequência de escolhas alheias, com alienação em nossa própria jornada, pela terceirização de responsabilidades sobre as nossas atitudes.

Quero me lembrar da relevância dos meus propósitos, pois já percebi o quanto ganho quando banco minhas escolhas e as abraço de corpo e, especialmente, alma. Os resultados dessa postura de abraçar as escolhas de corpo e alma são celebrados também pela ciência. Entre outros estudos disponíveis, cito um realizado pela University College London, Princeton University e Stony Brook University, que pesquisou 9.050 ingleses com idade média de 65 anos e descobriu que as pessoas que sentiam que aquilo que faziam realmente valia a pena tinham 30% menos chances de morrer que as demais.

Ai, ai. Neste momento, eu tô que tô. Termino, agora, e vou buscar um café fresco, mas antes, registro a minha torcida genuína para que eu e você estejamos cada vez mais onde estivermos e com quem estivermos, em estado de presença consciente e interessado, ao menos a maior parte do tempo. ☺

LICENÇA PRA QUEM FAZ O

Bem

Defender uma boa causa nunca é fácil. É pensando nisso que ATN, com o Programa TechSoup Brasil, **disponibiliza gratuitamente licenças de softwares** para organizações sem fins lucrativos. Venha obter as ferramentas que sua Organização precisa! Afinal, sua causa é a nossa causa.



☎ 61 3965-3399 📞 61 98245-3507

🐦 /techsoupbrasil 📘 /techsoupbr

www.techsoupbrasil.org.br

techsoup
BRASIL



Assistência Social PAULUS



Imagem: Freepik

O Assessoramento ajuda a qualificar
Projetos, Programas e Serviços.
Gera um novo agir

A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do assessoramento técnico às entidades socioassistenciais em todo o Brasil.



paulus.com.br/assistencia-social

nudeosocial@fapcom.edu.br



Sanduíche bem quentinho! Hmmmmmm...Amei!!

#AviancaLover

 Amei!

**Aqui o amor é recíproco.
A começar pelo serviço de bordo.**

Maior espaço entre todas as fileiras de poltronas em todas as aeronaves, entretenimento de bordo e conforto. Quem gosta de viajar com atendimento de primeira, vai amar voar de Avianca.

Avianca 

A STAR ALLIANCE MEMBER 

QUEM VOA, AMA.

